

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Centro de Educação e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

Sobre o conceito de comportamento em Skinner e em  
Merleau-Ponty

Henrique M. Pompermaier

São Carlos-SP  
Junho de 2017

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Centro de Educação e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

Sobre conceito de comportamento em Skinner e em Merleau-  
Ponty<sup>1</sup>

Henrique M. Pompermaier

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como  
requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Isaías Pessotti.  
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes.

São Carlos-SP

Junho de 2017

---

<sup>1</sup> Projeto financiado com Bolsa de Doutorado concedida pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo n°2013/025363-9)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO

Henrique Mesquita Pompermaier

São Carlos, 29/06/2017

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes (Coorientador e Presidente)  
Universidade Estadual de Maringá/UEM

Prof. Dr. Matheus Hidalgo  
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do Prof. Dr. Matheus Hidalgo e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do aluno **Henrique Mesquita Pompermaier**.

Prof. Dr. Reinaldo Furlan  
Universidade de São Paulo/USP – Ribeirão Preto

Prof. Dr. Luiz Damon Santos Coutinho  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública  
realizada às 14:30h no dia 29/06/2017.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes  
Prof. Dr. Matheus Hidalgo  
Prof. Dr. Reinaldo Furlan  
Prof. Dr. Luiz Damon Santos Coutinho  
Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose

Homologada pela CPG-PPGpsi na

\_\_\_\_\_ª Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Débora de Hollanda Souza  
Coordenadora do PPGpsi

*A meus pais.*

## **Agradecimentos**

Há sempre tanto por agradecer que se torna difícil circunscrever algum limite para os agradecimentos deste trabalho em específico.

Inevitavelmente, começo agradecendo a meus pais e meu irmão, pelo amor, suporte e apoio incondicionais.

Agradeço imensamente a todos os professores que participaram de minha formação. Em especial, nomeio alguns que estiveram mais próximos nesses últimos anos, e que contribuíram para que chegasse até esse momento. Agradeço imensamente ao Carlos, exemplo de competência e compromisso como pesquisador e docente, pela dedicação e generosidade, sem as quais este trabalho não seria possível. Ao Isaías, pelo apoio, segurança e cumplicidade sempre demonstrados nos momentos precisos. Ao Júlio, Luiz Damon, Matheus Hidalgo e Danilo Veríssimo pela acolhida, apoio, disponibilidade e atenção sempre solícita.

Agradeço a todos os docentes do PPGPsi-UFSCar, e à Marinéia pela atenção e auxílios imprescindíveis.

Agradeço a meus queridos amigos, “alicerces do meu encanto pela vida”, por toda ajuda, parcerias, companheirismo e partilha de bons momentos.

Agradeço a Beth, por me abraçar e seguir ao meu lado, soprando força e coragem, e iluminando os caminhos com seu amor e sorriso.

Enfim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento deste trabalho (Processo nº2013/25363-9).

Pompermaier, H. M. (2017). *Sobre o conceito de comportamento em Skinner e em Merleau-Ponty*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

## RESUMO

Apesar de ser fundamento para as proposições de uma “ciência do comportamento”, a obra de B. F. Skinner é marcada por indicações diversas com relação ao conceito de comportamento, nem sempre convergentes e concisas. Tal pluralidade acaba levando a um quadro de interpretações e compromissos teórico-filosóficos não apenas distintos, mas muitas vezes incompatíveis, o que parece refletir em dificuldades para pesquisadores e profissionais da área em lidar com essa noção, tão central quanto incógnita. Tratando da construção de interpretações sobre diferentes conceitos e noções no behaviorismo radical, pesquisadores têm estabelecido articulações e confrontos entre a obra de Skinner e outros autores de distintas correntes e áreas de conhecimento. Dentre esses estudos, há indicações da potencialidade do debate entre abordagem analítico-comportamental e a perspectiva fenomenologia existencial europeia, tal como desenvolvida na obra de M. Merleau-Ponty. À semelhança da compreensão skinneriana, o filósofo francês apresenta críticas contundentes ao idealismo e ao dualismo instaurados por propostas fisicalistas e mentalistas, indicando também o comportamento como objeto de estudo à disciplina psicológica. Com base no estudo e sistematização da compreensão do conceito de comportamento nas obras iniciais de Merleau-Ponty, destacamos aspectos problemáticos presentes nas formulações da noção de comportamento desenvolvidas pelas chamadas “psicologias de laboratório”, bem como características positivas que uma proposta alternativa deveria apresentar. Partindo para o texto skinneriano, encontramos que a possibilidade de diálogo entre o comportamentalismo de Skinner e a fenomenologia de Merleau-Ponty está diretamente relacionada com os princípios filosóficos que fundamentam a compreensão do comportamento nos diferentes momentos da obra skinneriana. Nessa direção, apontamos que a proposta comportamentalista radical pouco avança em relação ao behaviorismo clássico, quanto a possibilidade de tomar o comportamento como fenômeno com sentido próprio, ao encaminhar sua compreensão em uma estrutura do reflexo, comprometida com o pensamento mecanicistas, atomista e causal. Alternativamente, compreendida em uma estrutura operante baseada em princípios selecionistas, o comportamento mostra-se capaz de sustentar um campo próprio de estudo, tal como proposto por Merleau-Ponty por meio da noção de forma. Tendo em vista essas distinções, e buscando manter a coerência com uma abordagem selecionistas, propomos a incorporação da ambiguidade e indeterminação como aspectos constitutivos do fenômeno comportamental, de modo que sua compreensão deve considerar três sentidos inter-relacionados: ocorrência, estado e processo. Encontra-se implicada em tal compreensão a declaração e defesa de uma ontologia relacional e imanentista, na qual o comportamento é entendido como relação entre organismo e ambiente, como ente primordial do sistema, uma configuração que não apenas é irreduzível ao funcionamento de qualquer uma de suas partes, mas que instaura a existência delas, ao mesmo tempo que é realizada pela articulação desses elementos.

Palavras-chave: comportamento; B. F. Skinner; M. Merleau-Ponty; comportamentalismo radical; fenomenologia existencial.

Pompermaier, H. M. (2017). *About the concept of behavior in Skinner and in Merleau-Ponty*. Doctoral dissertation, Graduate Program in Psychology Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

## ABSTRACT

Although it is the basis for propositions of a "science of behavior," B. F. Skinner's work is marked by different indications regarding the concept of behavior, not always convergent and concise. Such plurality ends up leading to a framework of interpretations and philosophical commitments not only distinct but often incompatible, which seems to reflect difficulties for researchers and practitioners in dealing with this notion, as central as unclear. Dealing with the construction of interpretations about different concepts and notions in radical behaviorism, researchers have established articulations and confrontations between Skinner's work and other authors of distinct traditions and areas. Among these studies, there are indications of the potentiality of the debate between analytic-behavioral approach and European existential phenomenology perspective, as developed in M. Merleau-Ponty's work. Like Skinner's understanding, the French philosopher presents strong criticisms of the idealism and dualism established by physicalist and mentalistic proposals, also indicating behavior as object of study to the psychological discipline. Based on the study and systematization of the concept of behavior in the initial works of Merleau-Ponty, we highlight problematic aspects present in the formulations of the notion of behavior developed by the so-called "laboratory psychologies", as well as some positive characteristics that an alternative proposal should present. Taking the Skinnerian text properly, we find that the possibility of dialogue between Skinner's behaviorism and Merleau-Ponty's phenomenology is directly related to the philosophical principles that underlie the understanding of behavior in the different moments of Skinner's work. In this direction, we point out that the radical behaviorist proposal does not advance in relation to classical behaviorism, on the possibility of taking the behavior as a phenomenon in its own right, by developing its comprehension in a reflex structure, committed to mechanism, atomism and causal thought. Alternatively, understood in an operant structure based on selectionistic principles, behavior itself can sustain a proper field of study, as proposed by Merleau-Ponty through the notion of form. Considering these distinctions, and seeking to maintain consistency with a selectionist approach, we propose the incorporation of ambiguity and indetermination as constitutive aspects of behavioral phenomenon, by its comprehensions in terms of three interrelated meanings: occurrence, state and process. We find implicated on this approach a relational and immanent ontology, in which behavior, as the primordial entity of the system, is understood as the relation between organism and environment, a configuration that is irreducible to the functioning of any one of its parts, but which establishes their existence at the same time as it is accomplished by the articulation of these elements.

Key words: behavior; B. F. Skinner; M. Merleau-Ponty; radical behaviorism, existential phenomenology.

## ÍNDICE

<b>AGRDECIMENTOS</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>vii</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>1</b>
<b>Diálogo com outras linhas de pensamento para construção de interpretações</b>	<b>3</b>
<b>Objetivos, estrutura capitular e desenvolvimento</b>	<b>7</b>
<b>PARTE I – FILOSOFIA, CIÊNCIA E FENOMENOLOGIA: MERLEAU-PONTY E A NOÇÃO DE COMPORTAMENTO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Críticas ao Cientificismo no Estudo do Comportamento</b>	<b>24</b>
<b>1.1 – Merleau-Ponty e a Psicologia</b>	<b>24</b>
<b>1.2 – Crítica das propostas psicológicas</b>	<b>27</b>
<b>1.2.1 – A separação consciência-natureza</b>	<b>28</b>
<b>1.2.2 – A crítica às psicologias de laboratório</b>	<b>31</b>
<b>1.2.2.1 – Realismo</b>	<b>32</b>



1.2.2.2 – Pensamento causal e explicação	38
1.2.2.3 – A fisiologia como instância superior de verdade, realidade ou objetividade	44
1.2.2.4 – O objeto em detrimento da experiência	48
1.2.2.5 – A expurgação do sentido	52
1.2.3 – Críticas à alternativa intelectualista	57
1.3 – Por que o comportamento?	64
<b>CAPÍTULO 2 – O Comportamento em uma Filosofia da Forma</b>	<b>70</b>
2.1 - Por que a forma?	71
2.2 - O comportamento como forma	75
2.2.1 – Formas do comportamento	76
2.2.2 – Ordens de realização dos fenômenos	78
2.3 - Comportamento, intencionalidade, consciência e sentido	87
2.4 - Comportamento e existência	93
<b>PARTE II – CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO E</b>	<b>99</b>
<b>COMPORTAMENTALISMO RADICAL: SKINNER E A NOÇÃO</b>	
<b>DE COMPORTAMENTO</b>	
As mudanças na obra skinneriana	106
<b>CAPÍTULO 3 – Skinner e o Comportamento em uma Estrutura do</b>	<b>109</b>
<b>Reflexo</b>	
3.1 – Fisicalismo	111
3.2 – Atomismo	117

<b>3.3 – Explicação causal</b>	<b>120</b>
<b>3.4 – Negação do sentido</b>	<b>123</b>
<b>3.5 – A noção de comportamento em uma estrutura reflexa</b>	<b>126</b>
<b>CAPÍTULO 4 – Skinner e o Comportamento em uma Estrutura Operante</b>	<b>141</b>
<b>4.1 – Acepção biológica de função</b>	<b>148</b>
<b>4.2 – Crítica ao fisicalismo</b>	<b>150</b>
<b>4.3 – Conjunto e configuração</b>	<b>152</b>
<b>4.4 – Variabilidade e indeterminismo</b>	<b>156</b>
<b>4.5 – Comportamento e contingência de reforçamento</b>	<b>158</b>
<b>4.6 – Nova estrutura, mesmas indefinições</b>	<b>169</b>
<b>CAPÍTULO 5 – Algumas Implicações das Indefinições do Texto Skinneriano na Literatura Analítico-Comportamental</b>	<b>173</b>
<b>5.1 – Definição não relacional do comportamento</b>	<b>174</b>
<b>5.2 – Crítica da abordagem não relacional do comportamento</b>	<b>178</b>
<b>5.3 – Diferentes sentidos da noção de “contingência”</b>	<b>180</b>
<b>5.4 – Comportamento e (in)determinismo</b>	<b>189</b>
<b>5.4.1 – Determinismo probabilístico</b>	<b>193</b>
<b>5.4.2 – Indeterminismo</b>	<b>197</b>
<b>5.5 – Retomada do comportamento como objeto de estudo em uma perspectiva comportamentalista radical</b>	<b>200</b>
<b>5.5.1 – Comportamento como ocorrência, estado e processo</b>	<b>202</b>

<b>5.5.2 – Análise funcional, disposicional e dinâmica</b>	<b>207</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>212</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>218</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da história da psicologia, autores de diferentes tradições apresentaram projetos teórico-conceituais, métodos e aplicações de uma ciência cujo objeto de estudo seria o comportamento (e.g., McDougall, 1912; Morgan, 1900; Koffka, 1935; Skinner, 1953/1965; Watson, 1930/1970). Como afirma Abib (1997):

Como ciência, ela (psicologia) é naturalmente uma teoria. Há várias teorias do comportamento na psicologia. A definição e explicação do comportamento dependem de uma teoria sobre ele e, conseqüentemente, diversificam-se de acordo com a multiplicação dessas teorias. (p. 19)

A partir das diferentes concepções e definições para o comportamento, decorrem distintos compromissos filosóficos implicados em cada proposta de compreensão dos fenômenos psicológicos (Lopes, 2008). Entre as tradições ou linhas de pensamento “comportamental” da psicologia, manuais e livros introdutórios da área comumente destacam a tradição behaviorista como sua mais eminente representante (Bermudez, 2005; Bunge & Ardilla, 1987; Gazzaniga & Heatherton, 2005; Simons & Calvo, 2009; Thagard, 2007), no mais das vezes apresentada como limitada a uma abordagem científica naturalista já superada, cuja proposta encaminharia a explicação dos fenômenos psicológicos por meio da análise do comportamento dos organismos humanos e não-humanos (cf. Roediger, 2004).

Figurando entre os temas de interesse da psicologia desde seus primórdios, perguntar sobre uma definição de “comportamento” pode parecer, em um primeiro momento, um tanto banal, desnecessário ou mesmo descabido (Lopes, 2008; Todorov, 2012). Desde indicações corriqueiras na linguagem cotidiana, até discussões

desenvolvidas no âmbito da tradição comportamental de pensamento na psicologia, a interação com esse termo se daria de forma tão constante que, como indica Skinner (1953/1965, 1974/1976), tem-se a nítida impressão de uma “intimidade” com ele. Porém, argumenta Lopes (2008), um exame um pouco mais cuidadoso aproximaria a indagação sobre a definição de comportamento da famosa consideração de Agostinho sobre a noção de tempo: sabemos o que é o tempo até sermos confrontados pela pergunta – o que é o tempo? “Da mesma forma, nossa certeza em relação ao comportamento acaba quando somos solicitados a formular uma definição” (Lopes, 2008, p. 2).

Na mesma direção, Todorov (2012) afirma que mesmo em uma proposta que supostamente teria o comportamento como foco principal (“ciência do comportamento”), frente à demanda por uma definição do conceito, à qual se esperaria uma resposta breve, simples e segura, “a resposta é complexa, pois a palavra *comportamento* tem sido usada de diferentes maneiras na ciência e também na linguagem cotidiana” (p. 33, destaque do original). Encontra-se na literatura especializada, mesmo no âmbito dos trabalhos de discussões teóricas do behaviorismo radical, uma diversidade de definições, muitas vezes incompatíveis e controversas (e.g. Abib, 2004; Botomé, 2013; Burgos, 2004; Carrara & Zilio, 2013; Lazzeri, 2013; Lopes, 2008; Todorov, 2012; Todorov & Henriques, 2013; Tounneau, 2013).

Frente à constatação dessa pluralidade de definições e ausência de consenso, parece ser plausível e interessante buscar a solução para os impasses recorrendo à principal fonte de referência para os trabalhos da área: a obra de B. F. Skinner. Contudo, como aponta Lopes (2008), mesmo “quando se procura por tal definição no interior dos textos skinnerianos, recaímos em dificuldades como, por exemplo, distinguir

comportamento de contingência, ou comportamento de resposta” (p. 2). Ainda, segundo Lopes, há passagens em que Skinner identifica comportamento com a noção de probabilidade ou disposição.

Cada um desses usos ou ênfases na compreensão do comportamento têm sido articulado na defesa de interpretações do behaviorismo radical não apenas distintas, mas muitas vezes incompatíveis e opostas, como por exemplo, interpretações mecanicistas (Marr, 1993; Overton, 1984), fisicalistas (Creel, 1980), materialistas (Flanagan Jr., 1980), contextualistas (Morris, 1988, 1993) e pragmatistas (Abib, 2001; Lopes, Laurenti & Abib, 2012; Malone, 2004). Desse modo, longe de ser desnecessária, a análise e discussão das diferentes indicações e usos do conceito de comportamento na obra de B. F. Skinner, bem como de suas implicações na elaboração da abordagem behaviorista radical, mostra-se pertinente e relevante para o avanço da área. A partir dessa discussão, pode-se explorar a validade das críticas colocadas à abordagem comportamentalista (cf. Carrara, 2005; Schnaitter, 1999), bem como o alcance da pretensão apresentada desde o início de sua obra (e.g., Skinner, 1938) de fazer da noção de comportamento o fundamento para o desenvolvimento de uma abordagem consistente dos fenômenos psicológicos em um campo próprio, irreduzível à outras disciplinas (e.g., fisiologia).

### **Diálogo com outras linhas de pensamento para construção de interpretações**

Lopes (2008) salienta que, frente à pluralidade de interpretações de um conceito, buscar *articular uma compreensão coerente de um dentre os sentidos possíveis*, é uma atitude interpretativa mais interessante e frutífera, que forçar a busca por um *sentido verdadeiro*. Nessa linha, Lopes defende a adoção de uma posição filosófica hermenêutica: “o sentido dado pelo autor, já não pode ser captado *ipsis litteris* por quem

interpreta seu texto. É por isso que dizemos, aqui, que o texto é aberto a diferentes interpretações” (p. 3).

Em direção semelhante, Abib (1996; 2005) aponta como possibilidade de realização do trabalho de pesquisa teórico-conceitual a utilização de textos de outras correntes filosóficas como *pré-texto* para a leitura e interpretação da obra foco da investigação. A leitura e referência a outro(s) autor(es) funcionaria, dessa forma, não como fonte de *comparação* ou tentativa de *redução* de uma obra a outra, mas como *provocação* para busca de aspectos possivelmente novos ou pouco explorados e aprofundados na obra do autor principal.

Tratando da construção de interpretações sobre diferentes conceitos e noções no behaviorismo radical, alguns pesquisadores têm estabelecido articulações e discussões entre a obra de Skinner e autores de distintas correntes e áreas do conhecimento. Citando apenas alguns exemplos, Day (1969) apresenta uma discussão sobre proposições skinnerianas e o trabalho filosófico de Wittgenstein. Já Abib (1999), analisa criticamente proposições de W. Wundt, W. James, G. H. Mead e B. F. Skinner em relação noção de sujeito. Lopes (2006) analisa criticamente proposições skinnerianas a luz de reflexões de G. Ryle, W. James e da *Gestalttheory* na construção de uma proposta de compreensão da subjetividade no behaviorismo radical. Em movimento semelhante, Tourinho (2006) explora análises e discussões do sociólogo alemão N. Elias em uma análise comportamental dos fenômenos subjetivos. Lopes, Laurenti e Abib (2012), por sua vez, exploram o diálogo dos pressupostos filosóficos do behaviorismo radical com autores da tradição pragmatista.

Entre os trabalhos pautados no de entre proposições de Skinner e de autores de diferentes tradições, encontram-se alguns que trazem como proposta o estudo das

aproximações e distanciamentos entre a abordagem behaviorista radical e a fenomenologia. Um dos principais trabalhos nesse sentido é o livro *Behaviorism and phenomenology: Contrasting bases for modern psychology* (Wann, 1964) organizado a partir de um simpósio realizado em 1963, na Universidade de Rice, congregando psicólogos de orientação fenomenológica, behavioristas e filósofos da ciência, como C. Rogers, B. F. Skinner e N. Malcolm. As posições colocadas no debate referem-se, em grande medida, à abordagem existencial-fenomenológica estadunidense, que, como comentam Kvale e Grenness (1967), distanciam-se em aspectos cruciais da proposta da fenomenologia europeia, tal como apresentada nas obras de J. P. Sartre e M. Merleau-Ponty.

Kvale e Grenness (1967) argumentam que a versão norte-americana da fenomenologia existencial, desenvolvida primordialmente no contexto clínico, apresentaria marcadamente interpretações idealistas, subjetivistas e voluntaristas, incompatíveis com a compreensão desenvolvida pelos autores franceses. Os autores afirmam que as falas de alguns dos palestrantes no referido simpósio (e.g., Koch, 1964), compreendem a fenomenologia como uma reedição da psicologia introspeccionista, ou um “experencialismo” (estudo da “experiência pura”). Essa posição seria bastante questionável na perspectiva filosófica da fenomenologia europeia, uma vez que autores como Merleau-Ponty dedicaram-se justamente a superar criticamente as abordagens não só do behaviorismo clássico, mas também de propostas idealistas (Merleau-Ponty, 1942/2006, 1945/1994). Nessa direção, as oposições da versão norte-americana ao behaviorismo radical não podem ser estendidas ao debate entre a tradição comportamentalista e as propostas fenomenológico-existencial de Sartre e Merleau-Ponty. Ao contrário, Kvale e Grenness salientam a proximidade e fecundidade de um



diálogo entre as proposições metapsicológicas das obras de Skinner, Sartre e Merleau-Ponty. Isso porque parece existir importantes afinidades entre as propostas desses autores, como a) a relação entre a compreensão do operante e a noção de direcionalidade e ação no mundo, b) as críticas ao subjetivismo e ao mentalismo, bem como o decorrente c) questionamento e propostas de superação do dualismo instaurado pela tradição mentalista na psicologia.

Também nesse sentido, Abib (1988) indica a pertinência de um projeto de pesquisa explorando o diálogo entre as concepções expressas no livro *A Estrutura do Comportamento*, de Merleau-Ponty (1942/2006), e o behaviorismo radical de Skinner. De acordo com o autor,

No debate realizado por Merleau-Ponty, Watson é o interlocutor do Behaviorismo. Estava-se em 1942. Doze anos após, 1954, Lyotard, em seu livro ‘A Fenomenologia’, ainda toma Watson como interlocutor do Behaviorismo. O debate realizado nos Estados Unidos acerca do Behaviorismo e da fenomenologia (editado por T. W. Wann em 1964, sob o título “Behaviorism and Phenomenology”) e que contou com a participação de Skinner, deixou a desejar. (Abib, 1988, p. 426)

Nessa direção, o autor indica o interesse e mérito em se retomar “o clássico debate realizado por Merleau-Ponty em seu livro ‘A Estrutura do Comportamento’ acerca da fenomenologia, *Gestalt* e Behaviorismo, mas agora utilizando Skinner como interlocutor do Behaviorismo” (Abib, 1988, p. 426).

Assim, a escolha de Merleau-Ponty como *pré-texto* para condução desta investigação sobre o conceito de comportamento pauta-se nas indicações de Kvale e Grenness (1967) e de Abib (1988) da pertinência e relevância do confronto entre

proposições metapsicológicas do behaviorismo radical e da abordagem fenomenológica-existencial do filósofo francês. Tal argumento fundamenta-se tanto na disposição da obra merleau-pontyana para discussão crítica com a tradição behaviorista, quanto na ênfase também partilhada pelas duas tradições da rejeição veemente a compreensões mentalistas<sup>1</sup>, e da consideração do comportamento como objeto fundamental de estudo (Hidalgo, 2017; Kvale & Grenness, 1967).

### **Objetivos, estrutura capitular e desenvolvimento**

Com base nos argumentos apresentados nas seções anteriores, este trabalho pretende: a) apresentar uma interpretação do conceito de comportamento na proposta fenomenológico-existencial de Merleau-Ponty; b) discutir diferentes compromissos filosóficos da proposta skinneriana, bem como suas implicações para uma definição de comportamento no behaviorismo radical; e c) indicar possibilidades de aproximações e distanciamentos entre as propostas de Skinner e Merleau-Ponty. A divisão e estrutura capitular foi guiada por esses objetivos, o que justifica a divisão do trabalho em duas partes, seguidas por uma seção de “Considerações finais”.

A Parte I expõe e discute os argumentos de Merleau-Ponty em torno da noção de comportamento, passando pela discussão do autor acerca das relações entre fenomenologia, filosofia e ciência. No primeiro capítulo, apresentamos as críticas de Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994) às propostas da psicologia científica da época – reflexologia, behaviorismo e psicologia da *Gestalt* –, herdeiras da perspectiva empirista de separação entre natureza e consciência. Essa discussão culmina na indicação do

---

<sup>1</sup> A rigor, a análise crítica do intelectualismo conduzida por Merleau-Ponty (e.g. 1945/1994) e a oposição ao mentalismo professada por Skinner (e.g. 1985, 1990, 1991a) se dão em terrenos distintos. Neste trabalho, porém, propomos a aproximação dessas posições com base no direcionamento de ambas ao questionamento e superação do caráter iniciador ou mediacional atribuído à consciência ou à mente.

comportamento como noção fundamental para o desenvolvimento da compreensão dos fenômenos psicológicos. O segundo capítulo apresenta os argumentos positivos de Merleau-Ponty acerca da psicologia como ciência do comportamento. Esses argumentos amparam-se na proposta de compreensão do comportamento em uma *filosofia da forma*.

Já a Parte II explora o desenvolvimento da noção de comportamento na obra de Skinner, considerando os elementos críticos apresentados na discussão merleau-pontyana, bem como as mudanças de ênfases e compromissos filosóficos na obra skinneriana. Nessa linha, o terceiro capítulo analisa criticamente os argumentos da proposta skinneriana que mantêm a noção de comportamento em uma estrutura do reflexo, mostrando que, desenvolvida nesses moldes, ela é passível das mesmas críticas endereçadas por Merleau-Ponty à reflexologia e ao behaviorismo clássico. No quarto capítulo, por outro lado, são destacadas mudanças na proposta de Skinner que tornam a aproximação e diálogo com as reflexões merleau-pontyanas possíveis e profícuas. Nesse sentido, destacam-se o modelo explicativo de seleção pelas consequências e o conceito de contingência tríplice, que marcam o desenvolvimento da noção de operante (em detrimento do modelo reflexo), e do comprometimento de Skinner com uma perspectiva seletcionista (em detrimento da compreensão mecanicista). Entretanto, essa passagem não se dá completamente sem o devido exame e esclarecimento dos compromissos filosóficos da noção de contingência, bem como uma reflexão sobre a adoção de uma perspectiva indeterminista do comportamento. Nessa direção, o quinto capítulo examina alguns desdobramentos das proposições skinnerianas na literatura analítico-comportamental recente acerca desses pontos. Com base nesse exame, defendemos a compreensão de que é a noção de comportamento, e não a de contingência de reforçamento (e.g. de Souza, 2000; Todorov, 2007, 2012), que deve figurar como

fenômeno de interesse, ou seja, como objeto de estudo de uma ciência do comportamento. Buscando sustentar essa tese, apresentamos uma proposta de definição do comportamento como uma relação entre organismo e ambiente, de caráter aberto, ambíguo e indeterminado (o que de forma alguma impede que ele seja alvo de investigação científica e de intervenção), aproximando mais claramente a proposta comportamentalista de aspectos centrais da alternativa merleau-pontyana de compreensão do comportamento.

Por fim, nas “Considerações finais”, são retomados brevemente os argumentos apresentados para encaminhamento de uma compreensão relacional e imanentista do comportamento no âmbito do comportamentalista radical, salientando potenciais aproximações e distanciamentos em termos de compromissos filosóficos e proposições metapsicológicas entre o comportamentalismo radical e a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty.

Vale destacar aqui que, uma vez que o mote para o trabalho foi a revisão e discussão da noção de comportamento na abordagem comportamentalista radical, majoritariamente fundamentada no trabalho de Skinner, concentramo-nos nos questionamentos e críticas acerca dos possíveis problemas e mudanças na proposta deste autor. Apesar de não ignorarmos que a proposta merleau-pontyana também foi alvo de críticas e revisões (inclusive pelo próprio autor), tomamos seus primeiros trabalhos, nos quais a noção de comportamento e a relação entre filosofia e psicologia são centrais, como base para elaborar um instrumento de análise crítica para questionar a proposta comportamentalista radical. Em suma, por estarmos de acordo com argumentos como de Kvale e Grenness (1967) de que “A visão metapsicológica skinneriana . . . pode ser melhor entendida – em suas forças e fraquezas – com base nas discussões mais

compreensivas de . . . Merleau-Ponty sobre os fundamentos filosóficos da psicologia”; e de que “aspectos positivos do behaviorismo podem ser mais bem desenvolvidos nas bases da fenomenologia radical, focando-se a relacionalidade [*relatedness*] do homem para com o mundo, como revelado em seu corpo” (p.147-148), o movimento do texto é marcadamente uma leitura crítica da proposta skinneriana a partir de considerações sobre a proposta de Merleau-Ponty, sem ignorar o fato de que um movimento contrário também poderia ser explorado.

Para atingir os objetivos apontados, realizamos a leitura e análise conceitual de artigos e livros de Skinner (e.g. 1931/1961a, 1935/1961b, 1938/1966, 1953/1965, 1957, 1945/1961c, 1947/1961d, 1951/1961e, 1968, 1969, 1971, 1974/1976, 1981, 1985, 1986, 1987, 1990, 1989/1991) e dos dois primeiros livros de Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994). Como indicado, a seleção dos textos de Merleau-Ponty se deu com base na centralidade da noção de comportamento (Merleau-Ponty, 1942/2006) e da relação entre filosofia e psicologia (Merleau-Ponty, 1942/2006, 1945/1994), recorrendo-se a outros textos do autor e trabalhos de comentadores quando pertinente. No caso de Skinner, a seleção dos textos se deu considerando as principais referências indicadas em trabalhos que discutem o tema na literatura analítico comportamental (e.g., Abib, 1997, 2004; Baum, 1994; Botomé, 2013; Carrara, 2005; Carrara & Zilio, 2013; Chiesa, 1994; Lazzeri, 2013; Lopes, 2008; Moore, 2008, 2011; Moxley, 1998, 1999; Todorov, 2012, Todorov & Henriques, 2013), buscando tomar ao menos uma obra para cada década do período total de publicações do autor (de 1930 a 1990).

As análises conceituais propostas foram realizadas com base no *Procedimento de Interpretação Conceitual de Textos*, descrito por Laurenti e Lopes (2016), que se caracteriza pela “análise do uso de um conceito ou da rede conceitual de um texto

psicológico, além de auxiliar na identificação de seus compromissos e afinidades filosóficas” (p. 55). O procedimento pode ser descrito, sumária e esquematicamente, em quatro etapas:

a) Levantamento e análise das principais categorias conceituais do texto estudado, objetivando a identificação e definição dos conceitos fundamentais do texto estudado.

b) Análise das teses encontradas no texto, caracterizando-as enquanto teses tradicionais, críticas e alternativas, com identificação e caracterização das teorias e doutrinas apontadas no texto.

c) Elaboração de esquemas a partir das análises feitas nas etapas anteriores, estabelecendo as relações entre as teses encontradas.

d) Elaboração de sínteses interpretativas (textos com introdução, desenvolvimento e conclusão), acerca dos argumentos trabalhados nas segunda e terceira etapas, articulando-os com a análise categorial feita na primeira etapa.

## PARTE I – FILOSOFIA, CIÊNCIA E FENOMENOLOGIA: MERLEAU-PONTY E A NOÇÃO DE COMPORTAMENTO

Merleau-Ponty (1942/2006) inicia seu primeiro livro – *A estrutura do comportamento* – indicando ter como objetivo compreender as relações entre a consciência e a natureza. Questões concernentes à relação entre essas duas instâncias dão a tônica do desenvolvimento da obra do autor, ao menos na primeira metade de sua carreira (Veríssimo & Furlan, 2007; Chauí, 1984). E o caminho adotado pelo filósofo para o desenvolvimento dessa problemática é bastante emblemático: como apontam Veríssimo e Furlan (2007), a obra de Merleau-Ponty ocupa-se em grande medida em questionar e ultrapassar o “divórcio radical” entre a filosofia e a ciência. Nesse sentido, é possível observar o constante debate do autor com a herança cartesiana, na qual o humano havia se definido pelo mistério da união entre a alma e o corpo, presente tanto no discurso filosófico quanto no científico.

A concepção cartesiana teria fundado, de um lado, o ponto de vista interior ou idealista da reflexão filosófica, que trataria corpo e consciência como instâncias radicalmente distintas, buscando, assim, desvendar o mistério do contato entre eles. De outro lado, encontrar-se-ia o ponto de vista exterior ou realista da ciência, no qual toda natureza se resume em unidades objetivas concatenadas em uma cadeia causal, determinada e determinável, que se apresenta, ou melhor, se impõe, à consciência. Ambos os discursos estariam, portanto, marcados pela separação entre *res cogitans* e *res extensa*, ou, mais ainda, pela configuração perpetrada pelo pensamento criticista na separação do *em si* e do *para si*. Frente aos impasses entre essas perspectivas, cada um deles buscava, sozinho, oferecer um conhecimento totalizante do fenômeno humano – a

filosofia espiritualista, por meio do “poder de animação do espírito”; a ciência experimental, a partir do “enraizamento fisiológico da consciência” (Bimbenet, 2004, p. 15).

Merleau-Ponty coloca-se diante desse quadro, em grande medida, a partir da leitura da obra de E. Husserl (Veríssimo & Furlan, 2007; Chauí, 1984), enxergando na abordagem fenomenológica a possibilidade de dissolução do “problema do século” (Merleau-Ponty, 1951/1973, p. 15) – a crise sobre as possibilidades de desenvolvimento dos discursos filosófico e científico. Aprofundando-se em ambas as tradições, opostas, porém igualmente problemáticas, Merleau-Ponty analisa criticamente tanto o “mito do saber filosófico” quanto o “mito do saber científico” (Bimbenet, 2004; Veríssimo & Furlan, 2007). Nessa direção, o autor enfrenta duas cisões ou colocações dicotômicas: aquela que opunha filosofia e ciência, e outra, dentro de cada domínio, que opunha intelectualismo e empirismo.

Em grande medida, o desenvolvimento das análises e discussões de Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994) tratam de evidenciar que apesar de se mostrarem opostas, essas posições e perspectivas adversárias – empirismo e intelectualismo – padecem dos mesmos problemas, provenientes de fundamentos comuns, que acabavam por não reconhecer, questionar e muito menos superar a manutenção, ainda que com diferentes roupagens, do dualismo, do realismo e da compreensão causal. Inscrevendo-se na tradição fenomenológica, Merleau-Ponty procura oferecer uma alternativa a essa visada dicotômica, que balizava, majoritariamente, tanto a filosofia quanto a ciência.

Contra o distanciamento entre natureza e consciência, seja em nível ontológico (substâncias distintas – *res extensa* e *res cogitans*), seja em nível metodológico



(observação e controle empírico *versus* introspecção e reflexão), Merleau-Ponty (1942/2006) defende a intimidade entre esses polos:

Para marcar ao mesmo tempo a intimidade dos objetos com o sujeito e a presença, neles, de estruturas sólidas que os distinguem das aparências, nós os chamaremos de ‘fenômenos’ e a filosofia, na medida em que se atém a este tema, se torna uma fenomenologia, ou seja, um inventário da consciência como meio do universo. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 308)

Na fenomenologia, afirma Merleau-Ponty (1945/1994), os problemas filosóficos “resumem-se em definir essências” (p. 1). A fenomenologia é, portanto, uma “filosofia transcendental”, ou seja, uma filosofia que busca encontrar as condições de possibilidade, a “fonte absoluta de sentido” (Furlan, 2000a, p. 176). Contudo, acrescenta Merleau-Ponty (1945/1994), a fenomenologia também se apresenta como uma filosofia que “repõe as essências na existência”, ou seja, que encaminha a compreensão do humano e do mundo a partir de sua “facticidade”, sem com isso recair em uma filosofia materialista. Nas mãos de Merleau-Ponty, a fenomenologia assume a fisionomia de uma “filosofia da ambiguidade”: os fenômenos são constitutivamente ambíguos – carregam em sua estrutura a concatenação entre o empírico e o transcendental.

A ambiguidade, o paradoxo, a convivência de opostos, deixam de ser um índice de erro ou fraqueza das propostas explicativas. São, ao contrário, características constitutivas do fenômeno. O que a proposta merleau-pontyana traz de mais rico nesse aspecto é a demonstração de que os fenômenos se oferecem como existência, como manifestação de materialidade e sentido. Todo objeto, assim como todo gesto, só se oferece como dotado de sentido. E toda significação só se manifesta, só se dá a conhecer, por algum meio material. Não se tratam, pois, de polos opostos de uma

dicotomia, que podem ser separados, apartados, cuja relação possa se resolver pela concentração em um dos lados. “A racionalidade é exatamente proporcional às experiências nas quais ela se revela” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 18). Assim, a convivência de mundo e razão, ou natureza e consciência, não é um problema a ser solucionado. Está aí, na experiência – “digamos, se se quiser, que são misteriosos” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 19), mas esse mistério lhes é constitutivo.

A partir dessa caracterização, encontramos outro aspecto da proposta merleau-pontyana de caráter epistemológico bastante relevante: a defesa da noção de *indeterminação*. Tanto empirismo quanto intelectualismo pressupõem um mundo verdadeiro, “um único texto sem lacuna” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 86), como ponto de ligação entre consciência e natureza, seja como mundo objetivo (“experiência monádica e intersubjetiva”), dado como “o mundo em si” para o empirismo; seja como mundo de essências, constituído “para si” por uma consciência, para o intelectualismo. O indeterminado seria apenas a aparência distorcida desse universo determinado ainda não descoberto pelo conhecimento completo, já realizado, seja nas coisas *em si*, seja nas categorias do *para si*. O mistério, o desconhecido, o “em aberto” dos fenômenos, seria sempre banido por algum discurso explicativo.

Em uma compreensão empirista tradicional, por exemplo, a ciência seria a amplificação do movimento de encontro ou contato com o mundo em si, por meio do método científico, de modo a alcançar o conhecimento que já está nas coisas. Para Merleau-Ponty, nessa perspectiva, “o conceito científico é o meio de fixar e de objetivar os fenômenos” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 86).

Em uma compreensão intelectualista, por sua vez, a reflexão metódica permitiria à consciência encontrar nos objetos do mundo uma estrutura que já havia sido

constituída de antemão em uma verdade racional. “Se a consciência encontra o círculo geométrico na fisionomia circular de um prato, é porque ela já o tinha posto ali” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 54). O saber alcançado pelas operações mentais é, então, como um voltar a si, tal como se diz que uma pessoa que desmaiou volta a si, ou seja, sair de um “semi-sono” para encontrar as coisas que se havia deixado tal como as havia deixado. Trata-se de superar o erro e a indeterminação que a experiência empírica apresenta, como fonte de “distração e vertigem”, atrapalhando o processamento do que é visto realmente, e voltar a encontrar, pela percepção atenta comandada pelo juízo, o que já se havia disposto. A consciência, no limite, não conheceria obstáculos – ela constitui tudo, “possui eternamente a estrutura inteligível de todos os seus objetos” (p. 55).

Colocando-se contrariamente tanto ao empirismo quanto ao intelectualismo, a proposta merleau-pontyana compreende a indeterminação como um aspecto constitutivo dos fenômenos, o que não interdita a construção de um discurso científico ou filosófico, mas exige uma atitude diferente daquela comprometida com o *preconceito do mundo objetivo*. “Precisamos reconhecer o indeterminado como um fenômeno positivo” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 27).

Tal perspectiva alternativa não implica em uma defesa do relativismo. O reconhecimento da ambiguidade e indeterminação dos fenômenos não significa dizer que tudo depende de tudo (Merleau-Ponty, 1942/2006), mas alertar que há sempre mais de uma única opção, e que interpretar, compreender, é fazer uma escolha (Merleau-Ponty, 1945/1994). Uma escolha que não se dá a esmo, sem regularidade ou previsibilidade. No limite, o relativismo é a ausência de escolha, uma não implicação. Se vale qualquer coisa, nada vale. Ao contrário, fazer escolhas é fazer valer algo.

Defender que há *mais do que uma* compreensão possível é diferente de sustentar que *qualquer uma* tem igual valor. Desse modo, a fenomenologia de Merleau-Ponty convida a enfrentar o terror de fazer escolhas, sem subterfúgios, sem esconderijos. Negar pressupostos, suspender os juízos, colocar-se no mundo tal como ele é, “voltar as próprias coisas”, nada mais é do que se colocar nas relações sem as muletas ou os escudos do objetivismo ou do intelectualismo. Trata-se de não se esconder atrás de um mundo que garante *em si* mesmo “a” verdadeira razão de ser, ou atrás de uma consciência que carrega *para si* “o” verdadeiro sentido.

O que a filosofia busca, enquanto investigação fenomenológica, é “reencontrar o contato ingênuo com o mundo” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 1), a existência, cuja facticidade e concretude a lança incessantemente para além de si, sem nunca, contudo, desprender-se ou descolar-se de sua materialidade. Justamente por isso, a tarefa da filosofia não deve se dar descolada e independentemente, mas num debate incessante com o discurso científico. Para Merleau-Ponty (1945/1994), o papel da filosofia é despertar a consciência para sua própria história, sua vida irrefletida nas coisas, o que permite não apenas “retornar ao mundo vivido aquém do mundo objetivo” (p. 89), mas justamente por esse movimento, permite também “compreender tanto o direito como os limites do mundo objetivo” (p. 89). Desse modo, a ciência pode fornecer à reflexão filosófica elementos da facticidade e concretude de um modo especialmente organizado, recebendo, em contrapartida, a reflexão estruturante da filosofia sobre seu escopo de atuação.

Para Merleau-Ponty, o problema da ciência não é sua pretensão de rigor, seu “positivismo”, mas sua pretensão de saber fundante, originário. O próprio rigor, sentido e alcance da ciência dependem e demandam o despertar dessa “experiência do mundo

da qual ela [ciência] é expressão segunda” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 3). Antes de qualquer rótulo que as disciplinas científicas possam atribuir ao ser do sujeito (“ser vivo”; “homem”; “consciência”), há um sujeito que é fonte absoluta dessa existência, da qual a ciência fala, mas que não pode lhe ser produtora. A experiência não provém do ambiente, seja ele físico ou social. Tampouco deriva de uma interioridade, mental ou fisiológica, cabe acrescentar. Ao contrário, é ela quem inaugura essas instâncias; “ela caminha em direção a eles e os sustenta . . . este horizonte cuja distância em relação a mim desmoronaria, visto que ela [experiência] não lhe pertence como uma propriedade, se eu não estivesse lá para percorrê-las com o olhar” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 4).

Seguindo essa linha crítica, Merleau-Ponty afirma que as representações científicas que tentam fazer do sujeito “um momento do mundo são sempre ingênuas e hipócritas” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 4). Elas carregam de modo subentendido, e por isso confuso, a tese de que há um mundo que se dispõe ao meu redor e começa a existir para mim. Nesse sentido, a conhecida fórmula fenomenológica de “retornar às coisas mesmas” significa, para Merleau-Ponty (1945/1994), “retornar a este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre *fala*, e em relação ao qual toda determinação da ciência é abstrata, significativa e dependente, como a geografia em relação à paisagem” (p. 4).

De acordo com Merleau-Ponty (1945/1994), a primeira ordem da fenomenologia é descrever, e não explicar ou analisar. Porém, o que parece configurar uma aproximação ao empirismo mais categórico, marca, ao mesmo tempo, “antes de tudo uma reprovação da ciência” (p. 3). Isso porque na busca por varrer a metafísica de seu domínio, a ciência antecipava-se em asseverar uma compreensão sobre o ser, ainda que sem reconhecer tal movimento. Mas ao fazê-lo de modo não declarado ou explícito, a

ciência implicava-se com posições ingênuas e problemáticas, as quais, segundo Merleau-Ponty (1945/1994), a reflexão fenomenológica revelaria como infundadas: “Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada” (p. 3).

Vale esclarecer, contudo, ao menos duas confusões comumente relacionadas ao posicionamento crítico da perspectiva fenomenológica em relação à ciência. A primeira delas seria de que fenomenologia encerraria, no limite, uma proposta de retorno ao idealismo. O texto merleau-pontyano (Merleau-Ponty, 1942/2006, 1945/1994) é bastante enfático em argumentar que a fenomenologia, ao menos em uma perspectiva existencialista, é tão avessa ao “mito do saber filosófico”, intelectualista, quanto ao “mito do saber científico”, empirista. Como exemplo disso encontramos a crítica de Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994) tanto ao cartesianismo quanto ao kantismo por desligarem a consciência do mundo, colocando como movimento primordial do conhecimento o *retorno sobre si*. Nessas tradições, a consciência é apresentada “como a condição sem a qual não haveria absolutamente nada, e o ato de ligação como fundamento do ligado” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 4). A existência do mundo emanaria do sujeito e da ação do juízo. Oposta ao empirismo, a análise reflexiva procura encaminhar o caminho da verdade como direcionamento ao “homem interior”, donde emanaria um “poder constituinte”, como uma “subjetividade invulnerável”. “Mas isso”, afirma Merleau-Ponty (1945/1994), “é uma ingenuidade ou, se se preferir, uma reflexão incompleta que perde a consciência de seu próprio começo” (p. 5).

Contra essa compreensão, Merleau-Ponty (1945/1994) argumenta que o ato de ligação não pode ser nada se não houver algo a que ligar, no caso, o “espetáculo do

mundo”. Nessa direção, o autor argumenta que o *cogito* cartesiano nunca deixa de carregar o mundo em sua reflexão, posto que o mundo está sempre ali, junto, ao menos a título de “pensamento de...”. Para Merleau-Ponty, a unidade da consciência apresenta-se como contemporânea da unidade do mundo; ambas se instauram ao mesmo tempo, e com participação de uma na outra. Ao contrário do que quer a análise reflexiva, a verdade não está no “homem interior”, mesmo porque, para Merleau-Ponty (1945/1994), “não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (p. 6).

Marca-se, aqui, o compromisso da reflexão merleau-pontyana de alcançar a experiência sem reintroduzir a noção de representação, como faz a tradição cartesiana. Essa ressalva é especialmente importante no diálogo com partidários do cientificismo, para quem qualquer crítica da ciência parece culminar na defesa de uma abordagem “metafísica” ou intelectualista.

Outra ressalva pertinente refere-se ao fato de que em sua busca por “reencontrar o contato ingênuo com o mundo”, a fenomenologia não se pretende como discurso lato, “experencialista” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 1). Ao contrário, pretende-se como discurso rigoroso, “uma filosofia que seja uma ‘ciência exata’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 1); mas exata no sentido do “não mediado”, do “não desviado” – “um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vividos’. É a tentativa de uma descrição direta tal como ela é” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 1).

Tais ressalvas servem à defesa do argumento de que, apesar de crítica, a proposta merleau-pontyana não repudia, muito menos ignora, a concepção científica dos fenômenos em questão. Mais do que isso, tal como aponta Furlan (2000a), a investigação fenomenológica proposta em Merleau-Ponty “visa uma correção de

perspectiva das investigações empíricas mal fundadas epistemologicamente, e não sua substituição” (p. 176). Dessa forma, o desenvolvimento da abordagem fenomenológica “tem a tarefa de mostrar os fundamentos das ciências humanas e naturais . . . evitando, assim, confusões entre os sentidos de ser” (p. 176). Para Furlan, essa compreensão encontra, especialmente no caso de Merleau-Ponty,

um uso positivo das investigações científicas na revelação do sentido do fenômeno (inclusive da consciência). E, é no bojo dessa interação de sua fenomenologia com as ciências em geral, que se revela claramente o quanto a revelação dos sentidos dos fenômenos é custosa e não se confunde sempre com a descrição imediata do sentido vivido, o que parece outro mal-entendido em algumas pesquisas empíricas que pretendem assumir o método fenomenológico. (Furlan, 2000a, p. 176)

Desse modo, o papel das ciências seria explicitar a “lógica real” segundo a qual as qualidades do objeto estão articuladas, não como elementos isoláveis, mas como concordância e configuração.

Em seu curso sobre *As ciências do homem e a fenomenologia* (Merleau-Ponty, 1951/1973), no qual aborda as discussões da proposta husserliana sobre as possibilidades de uma psicologia científica, Merleau-Ponty indica explicitamente o viés da leitura que faz de Husserl, afirmando conduzir o filósofo alemão “mais além do que ele próprio quis ir” (p. 49) acerca das implicações mútuas entre ciência e fenomenologia. Entretanto, argumenta Merleau-Ponty, a “noção de essência experimentada ou de experiência eidética continha em germe a consequência” (p. 49) por ele encaminhada, qual seja, que o “conhecimento das essências seja todo



experimental, não comportando qualquer espécie de faculdade supra-sensível, e que por consequência a essência seja, em fins de conta, tão contingente quanto um fato” (p. 49).

Merleau-Ponty (1945/1994) afirma que “A aquisição mais importante da fenomenologia foi sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção do mundo ou da racionalidade” (p. 18). A racionalidade de que fala a fenomenologia é o sentido que aparece no confronto das perspectivas e percepções. Contudo, esse sentido não é algo que se possa separar, colocar a parte – ele existe e se dá a conhecer na existência, na experiência.

Em suma, o que a proposta fenomenológica de Merleau-Ponty preconiza na relação entre ciência e filosofia é a superação de uma oposição, prioridade ou sucessão, “por uma relação de reciprocidade ou de entrelaçamento” (Merleau-Ponty, 1951/1973, p. 75). Com isso não se pretende que uma seja reduzida à outra, mas sim que a solução dos problemas em cada âmbito seja encaminhada com o auxílio da outra. Busca-se uma reordenação que dissolva a perspectiva dicotômica: fato *ou* essência; duração *ou* eternidade; ciência positiva *ou* filosofia (Merleau-Ponty, 1951/1973).

Desse ponto de vista, a questão fundamental colocada por Merleau-Ponty, sobre a relação entre consciência e natureza, deve possibilitar e favorecer, e não impedir uma abordagem científica. Contudo, uma abordagem científica não se faz de pura objetividade, ou ainda, não se faz sem filosofia. Isso porque as considerações críticas que a filosofia pode oferecer à ciência serviriam, em grande medida, para ampliar o campo e o rigor do conhecimento científico. Filosofia e ciência corrigem-se e retificam-se mutuamente. Não se pode visar as essências sem recorrer à experiência de algum fato, nem abordar os fatos sem implicar-se com certa visão de essência na maneira de

tratá-los (Merleau-Ponty, 1951/1973). É preciso combinar, portanto, conhecimento indutivo e reflexivo para se alcançar uma *análise intencional*.

Novamente, isso não significa uma ode ao senso comum, à opinião corriqueira. O sentido apreendido na percepção, “as intuições imperfeitas da percepção comum” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 245) devem ser corrigidas e reorganizadas. E nessa direção, as explicações parciais que a ciência pode fornecer “não tem como efeito apenas ‘preencher’ a noção comum, pode ainda nos levar a modificar nossa ideia . . . para neles integrar certas atitudes parciais que haviam escapado ao conhecimento comum” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 246). Em contrapartida, contudo, para Merleau-Ponty (1945/1994), o método descritivo tão almejado pela abordagem científica “só pode adquirir um direito próprio do ponto de vista transcendental” (Merleau-Ponty, 1945/1994, nota 5, p. 614). Desse modo, o que a proposta merleau-pontyana busca, não é refutar o pensamento científico, mas fazer um esforço para compreender as dificuldades que lhe são próprias.

## CAPÍTULO 1 – Críticas ao Cientificismo no Estudo do Comportamento

### 1.1 - Merleau-Ponty e a Psicologia

O objetivo de Merleau-Ponty de reelaboração da compreensão da relação entre consciência e natureza encontrou terreno fértil na psicologia. O interesse por essa disciplina e a compreensão dessa potencialidade mostram-se claramente no desenvolvimento de sua carreira. O primeiro projeto de pesquisa financiado do autor foi sobre a *Gestalttheorie*. Tanto na Universidade de Lyon (1948) como na Sorbonne (1948-1951), Merleau-Ponty ocupou cadeiras relativas a cursos de psicologia. Além disso, os dois primeiros livros do autor, *A Estrutura do Comportamento* (Merleau-Ponty, 1942/2006) e *Fenomenologia da Percepção* (Merleau-Ponty, 1945/1994), trabalhos que decorrem do desenvolvimento de sua tese de doutoramento, são exemplos emblemáticos da relação de uma perspectiva fenomenológica com a ciência psicológica, configurando-se como trabalhos de interface e intenso debate entre filosofia e ciência, com especial atenção aos trabalhos de psicologia experimental à época.

Realizando uma análise rigorosa de dados de pesquisas e teorias científicas da psicologia do final do século XIX e, principalmente, da primeira metade do século XX, Merleau-Ponty aponta as lacunas e incoerências desses projetos a partir dos fundamentos filosóficos que lhes faltam ou desviam. Ao mesmo tempo, seu trabalho filosófico se desenvolve sobre esse solo científico, donde toma material e interlocução (Furlan, 2000a; Verissimo & Furlan, 2007).

Para assegurar-se como uma “ciência natural”, a psicologia recorria frequentemente a uma suposta aproximação ou equiparação à física, de modo a defender e sustentar o comprometimento com pressupostos implicados com o realismo e o

pensamento causal. Para Merleau-Ponty, entretanto, a física moderna empregava “indiferentemente modelos mecânicos, dinâmicos ou mesmo psicológicos, como se, liberada de pretensões ontológicas, ela se tornasse indiferente às antinomias clássicas do mecanicismo e do dinamismo que supõem uma natureza em si” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 1). Já a psicologia, refém da visão dicotômica “realismo *versus* idealismo”, mostrava-se profundamente marcada por uma espécie de “crise de identidade”, expressa em grande medida a partir da herança cartesiana do problema mente-corpo.

A psicologia desenvolvia-se bipartida. De um lado, em uma vertente fisicalista, o psíquico era *localizado* na matéria (em partes do cérebro, por exemplo), como forma de assegurar seu caráter empírico. Buscava-se compreender o aparecimento da consciência pela consideração de que “entre os acontecimentos em si, alguns, no cérebro, tinham a propriedade de existir também para si” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 2).

De outro lado, em uma vertente espiritualista, o psíquico remetia a uma consciência produtora, ou causadora. Para essa segunda perspectiva, os fatos psíquicos seriam de outra substância, não-extensa (*res cogitans*), e conhecidos, no limite, apenas pelo próprio indivíduo.

Como discutido em relação às concepções científica e filosófica na seção anterior, vale ressaltar aqui que as críticas e argumentos na direção do fracasso da proposta de uma psicologia “objetiva” ou “empirista” não representam para Merleau-Ponty a defesa do sucesso de sua antípoda, uma psicologia “intelectualista” ou “subjetivista”. Não significa, portanto, substituir uma abordagem fisicalista pela ideia de que o psíquico deve ser compreendido a partir do polo mental, interior ou intelectual. A superação dessa perspectiva intelectualista é justamente o que Merleau-Ponty considera como

contribuição positiva por parte de uma visão científica dos fenômenos. Porém, afirma o autor, cientificidade não pode ser confundida com objetivismo, ou ainda com o “preconceito do mundo objetivo” perpetrado pelo realismo reducionista e mecanicista. A proposta merleau-pontyana visa à superação dessa compreensão polarizada e dicotômica; visa uma transformação do “problema das relações entre a alma e o corpo” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 332).

Para Merleau-Ponty, a abordagem psicológica científica deve, portanto, ser capaz de superar a perspectiva idealizante dos fenômenos psicológicos, sem, contudo, comprometer-se com uma posição realista. Deve ser capaz de manter-se no campo da experiência, ou seja, no campo empírico, sem com isso transformá-lo no reino das *coisas em si*. Deve ser capaz de responder às “antinomias filosóficas entre o objetivo e o subjetivo, entre o corpo e alma, entre o materialismo e o mentalismo” (Merleau-Ponty, 1990, p. 181) não pela filiação a um dos polos ou pela negação do outro, mas por sua “neutralização”, pela conciliação dialética entre “qualidade e quantidade, explicação e compreensão, causalidade e valor” (p. 181). Deve, enfim, estabelecer-se na fronteira – ciência objetiva do que é subjetivo – tomando-a não como uma linha, mas como um campo, seu próprio campo – “*o campo psicológico*” (p. 186).

As discussões de Merleau-Ponty que se direcionam ao campo psicológico tratam de diferentes funções ou âmbitos, como o comportamento (Merleau-Ponty, 1942/2006), a atenção, a percepção do corpo, a percepção do espaço, a sexualidade e a fala (Merleau-Ponty, 1945/1994). Neste trabalho, concentraremos nossas análises na noção de comportamento, entendendo que ela é central às colocações de Merleau-Ponty no diálogo com a psicologia.

Entendemos que o que Merleau-Ponty mostra mais detalhada e detidamente na *Fenomenologia da percepção*, já inspira e sustenta a argumentação d'*A estrutura do comportamento*: os fenômenos devem ser considerados na ordem da existência, o que implica tomar em conta a relação dialética entre concretude e transcendência. Nessa direção, o modo de ser do comportamento é a existência concreta que não se contém (ou seja, não tem a si mesma como conteúdo, nem se delimita), que se lança para além de si, sem nunca abandonar a si mesma.

## **1.2 – Crítica das propostas psicológicas**

No início d'*A estrutura do comportamento*, Merleau-Ponty (1942/2006) reconhece e salienta a condição desfavorável em que a psicologia se encontrava: “o pensamento criticista só lhe deixa como recurso ser . . . uma psicologia analítica que, paralelamente à geometria analítica, encontraria o julgamento presente em toda parte e, de resto, um estudo de certos mecanismos corporais” (p. 2).

O que se observa, tal como discutido na seção anterior, é a imposição de uma configuração dicotômica. De um lado, para uma corrente materialista, o psíquico estaria localizado em partes do cérebro. É a tentativa de enraizar a consciência na fisiologia e nos moldes da física clássica. De outro, em uma corrente espiritualista, a explicação do psíquico estaria em uma consciência produtora, ou causadora, de natureza não apenas irreduzível, mas também independente do corpo.

Vale notar, entretanto, que apesar de se apresentarem como opostas, ambas as posições se mostram comprometidas com um conjunto de fundamentos e posições comuns. Esse é um ponto fundamental da construção da proposta de Merleau-Ponty. Ela não se limita a reconhecer o panorama dicotômico em que as questões psicológicas são

inseridas, e argumentar pela escolha de um lado, mas avança um passo a mais na reflexão e mostra que os problemas e dificuldades em que acabam incorrendo tanto a perspectiva empirista quanto a perspectiva idealista decorrem dos mesmos pressupostos problemáticos. Entre esses fundamentos problemáticos comuns, destaca-se a separação e isolamento entre consciência e natureza, que acaba implicando as propostas, seja de cunho empirista, seja de cunho intelectualista, com outros pressupostos também problemáticos (e.g. realismo e o pensamento causal) que impedem a abordagem efetiva dos fenômenos psicológicos.

### **1.2.1 – A separação consciência-natureza.**

A compreensão da consciência e da natureza como entidades ou substâncias distintas e separadas encontra-se, para Merleau-Ponty, na raiz dos problemas e dificuldades das propostas tanto científicas (materialistas, fisicalistas) quanto intelectualista (racionalistas, espiritualistas). Essa tese é assumida como ponto de partida por ambas as posições, ainda que se apresentem como opostas. De fato, a oposição constrói-se justamente em decorrência dessa separação. Apartadas e independentes, a disputa entre a primazia da consciência ou da natureza se constitui justamente por uma suposta necessidade de garantir a determinação de um dos polos da dicotomia sobre o outro, de forma a tornar inteligível a improvável relação entre essas entidades distintas. Como é possível vislumbrar nas discussões das seções anteriores, a análise merleau-pontyana mostra que as teses tradicionais nesse tema podem ser agrupadas nos seguintes discursos: uma visão científica da natureza; uma visão científica da consciência; uma visão intelectualista da consciência; e uma visão intelectualista da natureza.

Para a análise científica as relações objetivas da natureza se desenvolveriam independentemente de qualquer reconhecimento ou experiência por parte de uma consciência. As relações mecânicas entre as unidades elementares poderiam ser contempladas como conteúdos por uma consciência organizadora ou coordenadora, mas sua ocorrência e estruturação seriam imposta pelas leis da natureza, pelo funcionamento determinado e exato do mundo objetivo.

Atada a essa perspectiva, a análise científica se encontra a todo momento às voltas com questões sobre as possibilidades e garantias em relação a construção de um conhecimento seguro, ou verdadeiro. Ainda que os eventos da natureza aconteçam independentemente de uma consciência, conhecer essa natureza e seus elementos é uma atividade própria da consciência. Frente a isso, o pensamento científico se coloca diante de duas possibilidades. De um lado, caberia aceitar a consciência como atividade de um “sujeito epistemológico” que não pode ser alcançado em sua plenitude pelos métodos científicos. Nesse caso, a ciência contentar-se-ia em abordar apenas as relações mais periféricas desse sujeito com o mundo, considerando as atividades dessa “essência conhecedora” como fenômenos imanentes ou epifenômenos dos processos da natureza. De outro lado, a ciência propor-se-ia uma objetificação da consciência, especialmente desenvolvida em uma perspectiva fisiológica, na tentativa de subsumir a consciência ao domínio da natureza, ou ainda, das coisas. Nesse caso, a consciência é identificada à atividade do sistema nervoso, sendo explicada pelos mesmos processos de análise e relação de unidades elementares utilizadas para explicar as funções orgânicas mais simples.

Em contrapartida, a análise intelectualista buscaria fundamentar justamente esse sujeito epistemológico como “um ser cuja essência é conhecer”, uma “consciência



testemunha”, mantendo ainda o divórcio entre ela e a natureza. A natureza é não mais do que sombras imperfeitas, um conjunto de elementos caóticos e amorfos, à espera da luz da consciência, que lhes conferiria uma organização racional e inteligível. As categorias e leis objetivas são pertinentes à consciência.

Fica claro a partir desses apontamentos que, para Merleau-Ponty, empirismo (ou cientificismo) e intelectualismo (ou idealismo) convergem em seu *modus operandi*. De uma atitude a outra, observa-se apenas uma inversão na direção do vetor. Se no empirismo era a natureza como “mundo objetivo” que se impunha, no intelectualismo é a consciência, doadora de sentido, a única fonte segura para se compreender e justificar a relação entre essas duas instâncias distintas e apartadas. Cada uma dessas perspectivas toma sempre o polo contrário como aparência, fonte de enganos e ilusões; como algo que deve ser ultrapassado em nome dos *dados em-si* (empirismo), ou do *significado para-si* (intelectualismo). Desse modo,

entre *o que existe* e *o fato* da existência, entre a consciência dos conteúdos e a consciência da ação que os enraíza no ser, a relação permanece necessariamente exterior. Em última análise, a consciência é definida pela posse de um objeto de pensamento ou pela transparência para si mesma, e a ação, por uma série de acontecimentos exteriores entre si. Estes foram justapostos, mas não interligados. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 255)

O pressuposto da separação entre natureza e consciência inscreve-se tão profundamente na base tanto de uma como de outra posição, que mesmo em seus confrontos não é questionado por nenhuma das partes. Mais do que isso, conduz tanto empirismo quanto idealismo a se comprometerem com o realismo e com o pensamento causal. Desse modo, para Merleau-Ponty, ao se constituir exatamente sobre as questões

da relação entre consciência e natureza, a psicologia é chamada a superar a disposição dicotômica em que essas noções se encontravam configuradas. Ao contrário do que empirismo e intelectualismo tentavam impor em suas interpretações e reconstruções abstratas, o que a experiência concreta, vivida, dos fenômenos mostra é que em sua realização, natureza e consciência estão condenadas a se realizarem juntas, como “correlativos inseparáveis” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 308).

### **1.2.2 – A crítica às psicologias de laboratório.**

As discussões de Merleau-Ponty indicam que o pressuposto da separação entre consciência e natureza leva tanto as propostas científicas quanto intelectualistas a se comprometerem com interpretações problemáticas e insuficientes dos fenômenos. Considerando que o foco deste trabalho é justamente a aproximação e debate da filosofia merleau-pontyana com a abordagem científica do comportamento, e acompanhando o caminho trilhado por Merleau-Ponty nas duas principais obras tomadas como objeto de estudo, concentramos a discussão desses compromissos a partir da análise crítica desenvolvida pelo autor com respeito às chamadas “psicologias de laboratório”: reflexologia, behaviorismo e *Gestalttheorie*.

Apesar desenvolverem propostas que direcionam a compreensão do campo psicológico como campo comportamental, tal como preconizado por Merleau-Ponty, essas correntes psicológicas teriam sua potencialidade prejudicada justamente pela fraqueza de suas bases filosóficas. Ainda reféns da visada dicotômica, e dos compromissos com o realismo e o pensamento causal, as psicologias científicas acabariam por não desenvolver a noção de comportamento como objeto de estudo em um sentido próprio, incorrendo em posicionamentos problemáticos como: a) recorrer à

fisiologia como instância superior de verdade, realidade ou objetividade; b) focar no objeto em detrimento da experiência, e a conseqüente inverter a relação entre experiência e análise científica, na tentativa de fazer da última a natureza originária e fundante; e c) expurgar o sentido dos fenômenos como algo ilusório, epifenomênico ou metafísico. A fim de captar elementos para a construção de nosso instrumento de análise sobre a noção de comportamento, passamos a uma discussão mais detida desses aspectos.

#### ***1.2.2.1 – Realismo.***

Diante do impasse da relação entre consciência e mundo, já tomados de início como constitutivamente distintos, os diferentes discursos buscam fundamentar suas posições conferindo um caráter absoluto, autônomo, *real* a um dos polos da dicotomia instaurada. No “realismo materialista”, o mundo é real e a consciência, efeito, subproduto, aparência. Já em um “realismo intelectualista”, a consciência é absoluta, e o mundo, efeito, aparência, constructo. Trocam-se os termos, mas a mesma configuração é mantida, e a mesma dificuldade de compreender o fato da relação entre consciência e natureza se impõe.

Com relação à versão do realismo materialista presente na concepção cientificista da psicologia, Merleau-Ponty encaminha sua crítica passando pelas noções de *atomismo* e *preconceito do mundo objetivo*. Para o autor, essas noções decorreriam da reprodução acrítica de pressupostos tomados como inerentes ou indispensáveis à abordagem empírica, tal como apresentada pelas chamadas “ciências naturais”. A compreensão atomista dos fenômenos toma-os como produtos da composição ou justaposição de unidades elementares isoláveis, independentes, com características e

atributos dados aprioristicamente. Como argumenta Merleau-Ponty (1942/2006), para essa compreensão, “O objeto de ciência se define pela exterioridade mútua das partes ou dos processos” (p. 9). A compreensão científica, portanto, se daria pela decomposição dos fenômenos em suas partes mais elementares, associadas na experiência.

As unidades elementares são tomadas como entidades reais, objetos cujas características estabelecidas em descrições físico-químicas se impõem e determinam as ocorrências, os encadeamentos longitudinais de unidades elementares. São esses objetos reais que se revelam pela *análise* científica. Revelam-se porque não são, de fato, percebidos na experiência corriqueira, ingênua. Tudo se passa de modo independente da experiência do sujeito, ou ainda, da consciência.

É exatamente esse o quadro apresentado pelas teorias clássicas do reflexo, que propunham a redução dos fenômenos psicológicos a comportamentos reflexos, tomando-os como fenômenos longitudinais: operações de agentes físicos ou químicos determinados sobre um receptor específico, provocando uma resposta determinada. Explorando a noção de estímulo, Merleau-Ponty (1942/2006) encontra na reflexologia e no behaviorismo uma definição pautada em características topográficas (localização, intensidade). Um estímulo seria, portanto, um “excitante”, com propriedades pontuais a agir sobre terminais sensoriais. Desse modo, a estimulação seria uma operação discreta e determinada. Quando da atuação de mais de um estímulo, o efeito seria determinado por uma soma algébrica da ação dos estímulos envolvidos.

Para Merleau-Ponty, uma das fontes de dificuldades e da insuficiência da proposta behaviorista seria justamente a tentativa de preservar para compreensão da aprendizagem a ideia dos fenômenos como associação entre realidades (estímulo real e movimento real), que, não obstante, permaneciam intactos a essa associação. Nesse

sentido, as propostas de Pavlov e o behaviorismo watsoniano, acabavam por realizar apenas uma transferência da lógica da teoria clássica do reflexo para os comportamentos condicionados – uma transferência do “poder reflexogênico” dos movimentos incondicionados para os condicionados.

Trata-se, pois, da tentativa de aplicar aos fenômenos psicológicas a lógica explicativa das coisas – se o conhecimento dos objetos pode se dar por sua decomposição em partes menores, elementares, o mesmo deveria se dar com os processos presentes na relação dos organismos com o mundo. Tentando imprimir a mesma configuração usada no estudo dos objetos, ou seja, tentando fazer dos fenômenos psíquicos algo redutível ao nível material, físico, as propostas científicas em psicologia definiam seus fenômenos, como o comportamento, como uma composição *partes extra partes*. O trabalho investigativo consistia justamente em, dada a experiência, a observação do fenômeno como um todo, encontrar e descrever as fissuras que possibilitariam separar as partes elementares que estavam combinadas para formar esse conjunto.

A compreensão expressa nessa perspectiva científicista configura o que Merleau-Ponty (1942/2006) chama de “preconceito do mundo objetivo”. Essa atitude refere-se à tese de que é pela ciência que se conhecem “as coisas como elas são”, de que pela análise científica alcançam-se os elementos fundamentais, primários, constituintes dos fenômenos. Ela busca os objetos reais, alcançados pelas descrições físicas, que nunca se apresentam imediatamente à consciência e que são as verdadeiras causas dos fenômenos, superando o suposto estado ilusório no qual a consciência ingênua se encontra. Desse ponto de vista, em sua construção, o átomo apresenta-se como mais real que o objeto, os processos físico-químicos mais reais do que os corpos, os átomos

psíquicos mais reais que os fenômenos percebidos, as significações da lógica mais reais que a consciência.

Merleau-Ponty argumenta que a resistência encontrada pela ciência em algum momento de suas indagações à natureza dever-se-ia justamente ao comprometimento com essa perspectiva realista, tomando a natureza como realidade em si, *partes extra partes*, independente de qualquer sujeito ou consciência. Para o autor as dificuldades em que incorreriam as teorias psicológicas em geral dizem respeito ao fato de buscarem o significado dos fenômenos psicológicos em elementos ou instâncias aquém desses próprios processos.

A análise científica, desenvolvida no sentido da redução dos dados observados a conceitos físicos, permitiria desvendar os fenômenos como objetos, como coisas reais, “físicas”. Isso ficaria bastante marcado na psicologia pelos constantes e insistentes movimentos em direção à fisiologia, como tentativa de garantia de sua cientificidade e objetividade. Por meio desse posicionamento, o cientista já delimita e determina as características possíveis daquilo que se pode conhecer. Os fenômenos psicológicos só poderiam ser eventos físicos, pois a realidade, tudo que efetivamente existe e, portanto, que pode ser conhecido, é físico. Desse modo, a ciência já “sabe”, de antemão, o que irá descobrir, ao mesmo tempo que, ignora, exclui, sob o rótulo de “irreal”, “metafísico”, tudo aquilo que não se ajusta a seus parâmetros.

Invertendo a fórmula da experiência, ou seja, fazendo dos elementos objetivos ou dos elementos do conhecimento, anteriores, fundantes, o preconceito do mundo objetivo leva tanto materialismo quanto intelectualismo a dois enganos fundamentais sobre o mundo, ou ainda, sobre as qualidades apreendidas pelos sentidos: a) fazer delas um elemento da consciência, como uma “impressão muda”; e b) acreditar que sentido e

objeto são plenamente determinados. Nessa direção, Merleau-Ponty aponta que, para as abordagens calcadas no pensamento realista não haveria qualquer opacidade ou ambiguidade nos objetos. A confusão, a dúvida, o erro estariam em nós, em nossos processos de captação ou processamento dos estímulos fornecidos pelo mundo. “No mundo tomado em si tudo é determinado . . . sempre admitimos que nenhuma paisagem real é em si confusa. Ela só o é para nós” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 27); o mundo “se torna ambíguo por desatenção” (p. 27). Contra essa compreensão, Merleau-Ponty argumenta que noções como a de atenção aparecem nas teorias sempre como hipóteses auxiliares, servindo ao preconceito do mundo objetivo, sem encontrar a “seu favor nenhum testemunho da consciência” (p. 27). Incorre-se, assim, em um círculo vicioso: colocada contra um ideal de ordenação e regularidade, a experiência se mostra mais opaca e ambígua, o que faz salientar a ordenação e regularidade da realidade idealizada, fazendo, novamente, ressaltar a ambiguidade da experiência, e assim por diante.

A crítica de Merleau-Ponty à compreensão realista dos estímulos, professada nas propostas da reflexologia e do behaviorismo, é feita em grande medida com base nos argumentos desenvolvidos pelos psicólogos da *Gestalt*. Em pesquisas envolvendo animais e humanos, os autores da “escola de Berlim” mostram que a disposição de um mesmo elemento em relação aos demais altera a forma como o organismo interage ou se relaciona com ele. Um estímulo nunca é apreendido isoladamente, em suas partes reais, mas sempre em um contexto, uma situação. E uma situação que em nada ganha, para a compreensão do fenômeno, com a descrição de suas propriedades reais, do estímulo “em si”, mas sim da estrutura que conforma com a conduta: “Já que a decomposição em partes reais nunca pode ter fim, nunca é como realidade física individual que o estímulo se torna reflexógeno, é sempre como estrutura” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 162).

Como exemplos, Merleau-Ponty (1942/2006) aponta experimentos utilizando a figura de Jastrow e o uso de diferentes iluminações ou composições com cores distintas<sup>2</sup>. Os resultados desses estudos mostrariam que o excitante não pode ser concebido como um estímulo discreto (como propriedades físico-químicas encerradas em si mesmas), devendo ser tomado como uma situação, um contexto, ou ainda, uma estrutura:

O verdadeiro excitante das reações condicionadas não é nem um som, nem um objeto considerados como indivíduos, nem uma reunião de sons ou objetos considerados como conjuntos ao mesmo tempo individuais e confusos, mas antes a distribuição dos sons no tempo, sua sequência melódica, as reações de grandeza dos objetos; em geral: a estrutura precisa da situação. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 83-84)

Contudo, apesar dos avanços na constituição de um pensamento estrutural, contra o pensamento analítico, que dominava as teorias do reflexo, Merleau-Ponty argumenta que a *Gestalttheorie* recai na armadilha do pensamento polarizado de uma “filosofia da substância”, como se precisasse escolher entre encontrar seus elementos em uma substância material ou uma substância imaterial (Furlan, 2000b). Pendendo novamente para a vertente fisicalista como defesa e garantia de cientificidade, a teoria da *Gestalt* não se liberta dos postulados realistas: não alcança uma verdadeira “filosofia da forma” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 206).

---

<sup>2</sup> Merleau-Ponty (1942/2006) discute alguns experimentos apresentados por Köhler em que animais eram treinados a escolher a menor entre duas figuras, ou uma determinada cor, ou ainda um determinado gradiente de cor, de modo a obter comida em seguida a cada resposta correta. Quando colocados diante de duas figuras idênticas, mas dispostas de modo que uma aparenta ser menor que a outra, ou de discos com cores idênticas, mas sob condições de iluminação de modo a aparentarem cores ou gradiente distintos, os animais escolhiam sistematicamente a figura que aparece à percepção humana como menor, ou com a cor ou gradiente treinado.



Para Merleau-Ponty, “as mesmas razões que descreditam a concepção positivista das leis descreditam também a noção das formas em-si” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 218), qual seja, a redução dos fenômenos ao nível físico. Nesse movimento, a teoria da *Gestalt* acaba por tratar a forma como coisa, tentando novamente fazer da ordem física “o fundamento real do comportamento” e da “estrutura perceptiva” (p. 225). Combatendo a reificação das concepções atomistas, a teoria da *Gestalt* acaba por recorrer, de modo a se comprometer com os mesmos fundamentos, a uma reificação das formas ou estruturas.

#### ***1.2.2.2 – Pensamento causal e explicação.***

A fim de manter a compreensão da natureza e da consciência como substâncias distintas e apartadas, e defender a primazia de um dos polos, o pensamento realista articula-se a outro fundamento problemático: o pensamento causal. Por meio da noção de causalidade, busca-se garantir a junção e explicar a relação entre as partes independentes compõem cada uma das instâncias, isoladas pelo trabalho analítico, bem como explicar a relação entre natureza e consciência, nos casos em que não era possível negar a participação de ambas.

Para Merleau-Ponty, o pensamento causal, tal como o realismo, se impunha às tentativas de uma ciência psicológica pela reprodução desajeitada da ordem estabelecida nas ciências naturais – uma tentativa de adequar os fenômenos psicológicos a uma ordenação mecânica. “Uma ação mecânica . . . é aquela em que a causa e o efeito são decomponíveis em elementos reais que se correspondem um a um” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 250). Desse ponto de vista, o materialismo cientificista compreenderia a explicação dos fenômenos como a indicação de suas causas: “A ciência só começaria

com a explicação que deve investigar, abaixo dos fenômenos, as condições das quais eles dependem, segundo os métodos provados da indução” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 162). A preocupação era assegurar que “a relação entre o estímulo e a percepção podia ficar clara e objetiva”, e para isso, considerava-se necessário que os acontecimentos psicofísicos fossem “do mesmo tipo que as relações de causalidade ‘mundana’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, pp. 111-112).

O pensamento causal, encontrado por Merleau-Ponty nas propostas científicas de psicologia, tomava os fenômenos em uma perspectiva atomista e analítica, como apontado nas críticas ao realismo. Os fenômenos eram entendidos como conjunções de elementos independentes, e sua explicação se dava pela descrição de relações determinadas (ou pré-determinadas) de tipo “se ... então”: “relações exteriores e mecânicas, seja no sentido estrito de um movimento recebido e transmitido, seja no sentido amplo de uma relação de função a variável” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 111). Nessa perspectiva, o trabalho explicativo em relação ao comportamento, por exemplo, para a reflexologia e para o behaviorismo, se daria pela tradução “do funcionamento do corpo na linguagem do em si” (p. 111), de modo a determinar as dependências lineares entre estímulos e receptores, e entre receptores e efetores. O comportamento seria composto por unidades que se associam e se dissociam de acordo com leis preestabelecidas. Para a reflexologia e o behaviorismo, a excitação proveniente dos estímulos seria a causa do comportamento, “no sentido empirista de um antecedente constante e incondicionado” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 8). O organismo, passivo, executaria o que lhe era prescrito pela excitação.

O que os “métodos provados da indução” encontravam, portanto, eram as propriedades pontuais agindo sobre setores determinados, disparando processos

específicos, numa reprodução de circuitos preestabelecidos. Para Merleau-Ponty, ainda que se concedesse a esse funcionamento algum poder de transformar o mundo material, ou seja, que se considerasse que dos circuitos preestabelecidos do comportamento poderiam emergir novas determinações, essas transformações se davam nos limites das vias conhecidas do aparato nervoso. O argumento behaviorista era de que a aprendizagem se daria pela associação de estímulos e respostas, produzida por uma “contiguidade de fato” (espacial ou temporal) entre esses elementos, e que a explicação das condutas se daria pela análise da sequência dessas associações, bem como de suas leis e limites. O “enraizamento” de uma determinada ação, portanto, seria causado pelo fortalecimento de um circuito em detrimento de outro. Nessa direção

O aprendizado e o desenvolvimento do comportamento não realizam propriamente nada de novo. Apenas transferem a certos estímulos o poder de acionar certos movimentos cujas condições motoras são consideradas como dadas de antemão. O desenvolvimento da conduta nada mais faz do que associar de modo diferente elementos preexistentes. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 148)

O desenvolvimento da compreensão causal nas propostas científicas revela o comprometimento com o método indutivo, para o qual o conhecimento dos fenômenos se daria pelo “simples recenseamento de fatos” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 165), como se designando entre eles antecedentes constantes e incondicionados se pudesse explicar os fenômenos. Nessa direção, o pensamento indutivo endossa a perspectiva de que há elementos reais fundamentais que podem ser isolados e que antecedem ou balizam por suas características a explicação. Explicar, nessa compreensão, significa ser capaz de, por meio da observação sistemática, revelar um fato como causa de outro fato.

Exemplificando essa proposta, Merleau-Ponty argumenta que a ciência psicológica tomava emprestadas noções do senso comum para “visão” e “audição”, por exemplo, para sustentar a compreensão dos fenômenos pela combinação de elementos isoláveis. Como na experiência cotidiana, ingênua, considera-se no corpo aparelhos anatomicamente distintos para cada um desses sentidos, o argumento de que essas habilidades poderiam ser tomadas como unívocas e independentes parecia pouco questionável. E pela extensão dessa lógica para os demais sentidos, acreditava-se assim poder testar e medir a sensibilidade visual, auditiva, tátil, por meio de sensações puras. Bastava fazer um bom controle dos estímulos físicos, e o trabalho científico decorreria sem dificuldades: “fazer o inventário das qualidades sensíveis que compõem sua consciência (em linguagem empirista), ou dos materiais dos quais seu conhecimento dispõe (em linguagem intelectualista)” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 163).

Para Merleau-Ponty, a ideia de uma sensação pura, como do “tato puro” deveria ser considerada como um fenômeno patológico, e não constitutivo da normalidade: “não há no sujeito normal uma experiência tátil e uma experiência visual, mas uma experiência integral em que é impossível dosar as diferentes contribuições sensoriais” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 169). Seria ingênua a pretensão de fazer variar um “tipo de experiência”, tátil, por exemplo, enquanto se mantém outro “tipo de experiência” constante, “de modo a determinar a causalidade própria a cada uma” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 170). Além disso, argumenta Merleau-Ponty, as propostas científicas só eram capazes de “dizer algo” quando não se limitavam “a notar presenças, ausências e variações concomitantes”, quando concebiam e compreendiam “os fatos sob ideias que não estão contidas neles” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 164).

Contra essa compreensão fragmentária inspirada pelo pensamento causal para os fenômenos psicológicos, Merleau-Ponty afirma que o comportamento, por exemplo, não se trata de um evento que se dá em função de variáveis independentes, mas de uma configuração que já está pressupostas na identificação e definição dessas variáveis, “assim como cada uma delas está pressuposta na definição da outra” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 170). Resumindo sua crítica, Merleau-Ponty (1945/1994) afirma: “Não podemos escolher entre uma descrição da doença que nos daria seu sentido e uma explicação que daria sua causa, e não há explicação sem compreensão”, ao que o autor acrescenta que a explicação não é descoberta, mas invenção: “ela nunca é dada como fato, é sempre uma interpretação provável” (p. 165). A explicação, seja na física, seja na psicologia, já demanda do cientista a elaboração de ideias que não estão contidas nos fatos, e que inclusive balizam a coordenação desses fatos.

Se o comportamento é uma forma em que os ‘conteúdos visuais’ e os ‘conteúdos táteis’, a sensibilidade e a motricidade só figuram a título de momentos inseparáveis, ele permanece inacessível ao pensamento causal, ele só é apreensível por um outro tipo de pensamento – aquele que surpreende seu objeto no estado nascente, tal como ele aparece àquele que o vive. (Merleau-Ponty, 1945/1994, pp. 170-171)

Contra a compreensão de consciência e mundo como entidades, ou ainda, realidades estranhas, Merleau-Ponty (1942/2006) defende o reconhecimento da inerência de um ao outro, não como um “acoplamento”, por uma relação de causa e efeito, mas por uma espécie de “reconhecimento”, “uma presença na consciência de sua própria história e das etapas dialéticas que atravessou” (p. 322). Desse modo, se os termos que se supunham separados e independentes, para serem relacionados como

causas e efeitos, “não forem isoláveis, se cada um deles pressupuser os outros, o fracasso não caberá ao empirismo ou às tentativas de experiência crucial, mas ao método indutivo ou ao pensamento causal em psicologia” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 169). Trata-se, portanto, da recusa ao “método indutivo e o pensamento causal em geral” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 165). E cabe ressaltar que nesse movimento, Merleau-Ponty inclui o pensamento funcional: “O objeto da psicologia é de tal natureza que não poderia ser determinado por relações de função a variável” (p. 165).

A explicação não pode ser encontrada na descrição cega de elementos isolados, como se os fenômenos psíquicos se tratassem de expressões de uma causa. Para Merleau-Ponty (1945/1994), a explicação encontra-se na interpretação de “um mesmo fenômeno central” (p. 168), de uma “razão”, de uma “condição de possibilidade inteligível”, ou ainda, de uma “noção fenomenológica de *motivação*” (p. 81). “Um fenômeno desencadeia um outro não por uma eficácia objetiva, como a que une os acontecimentos da natureza, mas pelo sentido que ele oferece” (p. 81), uma espécie de “razão operante”, que não está em nenhum dos fenômenos, particularmente, mas que se apresenta como sentido do fluxo como um todo. Um objeto, por exemplo, provoca, aciona a atenção e, ao mesmo tempo, é apreendido e recolocado em sua dependência. Mas nessa relação, o objeto não aparece como causa, mas como “motivo”. A atenção não aconteceria se não houvesse o objeto, mas também o objeto não “aconteceria” se não houvesse uma consciência a se atentar. A atenção seria a constituição ativa de uma figura, de uma unidade nova, de algo que era “horizonte indeterminado” e se torna uma configuração com contornos delimitados.

À medida que o fenômeno motivado se realiza, sua relação interna com o fenômeno motivante aparece e, em lugar de apenas sucedê-lo, ele o explicita e o

faz compreender, de maneira que ele parece ter preexistido a seu próprio motivo.

(Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 81)

É por esse movimento que se tenderia a fazer dos objetos da ciência, do conhecimento objetivo, a “causa” da percepção, do comportamento, enfim, de todo funcionamento do mundo – “perdemos de vista a relação original de motivação” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 81). A questão a ser explorada ganha, para Merleau-Ponty, os contornos de “um problema da gênese” – mostrar como a consciência se encontra inserida na natureza, ou ainda, como a implicação mútua dos elementos e instâncias não se dá apenas no funcionamento, mas já em sua origem, de modo a “tratar o sujeito humano como uma consciência indecomponível e presente inteira em cada uma de suas manifestações” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 171).

Em suma, para Merleau-Ponty, a explicação da ordenação e regularidade dos fenômenos psicológicos, como o comportamento, não deve ser a busca por suas causas. Deve, ao contrário, se dar pela descrição de um movimento dialético entre os conjuntos envolvidos: organismo e estímulos físicos deixam de ser “dois termos definidos isoladamente”, sendo “substituídos por dois correlatos, o ‘meio’ e a ‘aptidão’, que são como dois polos do comportamento e participam de uma mesma estrutura” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 251).

### ***1.2.2.3 – A fisiologia como instância superior de verdade, realidade ou objetividade.***

Em seu “esforço de objetivação”, a ciência psicológica buscava respaldo em uma redução de todos os seus fenômenos à ordem físico-fisiológica. Um dos argumentos consagrados à interpretação da teoria do reflexo era de que esse tipo de

compreensão seria a única forma de assentar a abordagem dos fenômenos psicológicos em uma perspectiva verdadeiramente científica. As abordagens científicas em psicologia recorriam constantemente à fisiologia como instância superior, como se essa última possuísse, por um atributo de materialidade, maior grau de realidade e, por conseguinte, de verdade. O organismo humano deveria, portanto, ser representado como um sistema físico, uma “máquina orgânica” frente a estímulos definidos também por propriedades físico-químicas. Aproximando-se pretensamente da física, defendia-se que a passagem das excitações nervosas funcionaria de acordo com patamares, como na mudança de estados físicos – “os trajetos reflexos são acessíveis apenas a uma excitação de determinada intensidade e, quando as excitações acumuladas ultrapassam o patamar atribuído para um deles, elas se estendem a outros circuitos” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 36).

A essa compreensão “fiscalista”, a experiência deveria encontrar sua natureza física. Os fenômenos psicológicos encontrariam sua explicação na descrição de processos corporais, mas entendendo o funcionamento do corpo como uma série de sequências causais discretas e independentes, de circuitos nervosos aferentes e efeitores, como uma sequência de dominós. O corpo vivo seria mais um objeto entre outros objetos, uma “coisa sem interior” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 87).

Nessa direção, a maneira de ser no mundo de uma pessoa, expressa em seus gestos, fisionomia, sotaque, deveria ser reduzida a uma série de relações causais fisiológicas. O comportamento, enquanto “maneira particular de tratar o mundo”, deveria ser reduzido a “processos em terceira pessoa”, ou seja, processos genéricos, independentes dos sujeitos. A vivacidade, o afetivo e o prático, são absorvidos como



funcionamento de mecanismos fisiológicos, reduzidos a “impressões elementares de prazer e de dor” assentados no funcionamento do aparato nervoso.

Apresentando um quadro da teoria clássica do reflexo, Merleau-Ponty comenta que nessa compreensão fisiologista do movimento, o comportamento seria reduzido ao funcionamento do sistema nervoso: arcos reflexos predeterminados, num mosaico de processos autônomos, que até poderiam interferir, ou mesmo “corrigir” uns aos outros, mas em ações pontuais, mecânicas, de acordo com as possibilidades preestabelecidas dos circuitos. O sistema, em resumo, funcionaria por meio de correspondências anatômicas (“ponto a ponto”) entre excitação e reação, da “periferia ao centro” – a estimulação adentra ao sistema, passa por um centro de associação (ou dissociação), e volta à periferia para ser executada como comportamento.

Para Merleau-Ponty, contudo, nesse movimento, o que a psicologia consegue é apenas importar os problemas que a fisiologia sofria quando tentava situar seu objeto no mundo, tratando-o como “fragmento de extensão” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 28). O psicólogo que recorre à fisiologia para encontrar as causas dos fenômenos psíquicos encontra as dificuldades de qualquer teoria impregnada pelo preconceito realista do mundo. Analisando argumentos construídos no próprio campo da fisiologia, o autor afirma que “a teoria clássica do funcionamento nervoso é levada, pela força das coisas, a anexar hipóteses auxiliares que estão quase em contradição com ela” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 19). Exemplo disso seriam os achados mostrando que uma mesma resposta motora poderia ser obtida a partir de distintas estimulações, contradizendo a compreensão de “vias privadas” (um único circuito ligando um ponto de estimulação e um ponto de reação). “Os diferentes reflexos, em vez de corresponder ao mesmo

número de circuitos ‘privados’, representariam os modos variados de funcionamento de um mesmo sistema nervoso” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 19).

A redução ao fisiológico e ao físico sempre encontra seus limites no fenomênico, sempre acaba por clamar ao percebido seus termos e definições. Por exemplo, quando a teoria da *Gestalt* tenta estabelecer um “isomorfismo rigoroso” para falar de “formas fisiológicas”, se vê obrigada a “emprestar do mundo fenomênico ou percebido os termos de ‘figura’ e ‘fundo’” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 145). Desse modo, uma vez que as relações estabelecidas entre o indivíduo e o mundo são determinadas funcionalmente (não no sentido da fórmula variável-função, mas em sentido de “funcionamento” – e.g. função ‘figura sobre fundo’), e que essa funcionalidade só é apreendida no mundo percebido, “O percebido seria explicável apenas pelo próprio percebido, e não por processos fisiológicos” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 145).

Justamente nesse ponto, para Merleau-Ponty, a *Gestalt* não leva o pensamento estrutural até suas últimas consequências. Para se manter supostamente fora do dualismo, a teoria da forma vê ainda como única possibilidade manter-se atada ao universo da física, buscando “processos nervosos estruturais que, de um lado, tenham a mesma forma do psíquico e, de outro, sejam homogêneos às estruturas físicas” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 209).

Ainda que se pretenda argumentar que os fenômenos psicológicos, como o comportamento, são sustentados pelo funcionamento cerebral, a estrutura, tanto dos fenômenos quanto do funcionamento cerebral “só pode ser concebida em termos emprestados ao mundo percebido” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 146). O funcionamento do sistema neurofisiológico nunca aparece como uma mera descrição dos elementos que compõem o sistema em suas atividades isoladas, “mas como mais

rica que esta”, imbuída de uma funcionalidade, de um sentido percebido. Em conclusão, para Merleau-Ponty “A fisiologia não poderia ser completamente pensada sem o auxílio da psicologia” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 146).

#### ***1.2.2.4 – O objeto em detrimento da experiência.***

A pretensão de materialidade como índice de realidade e verdade, presente na fisiologização da explicação dos fenômenos psicológicos, acabava, contraditoriamente, por conduzir as psicologias científicas a construções cada vez mais afastada da experiência empírica propriamente dita:

A ciência definia um estado teórico de corpos que não estão submetidos à ação de nenhuma força, exatamente através disso definia a força, e reconstituía, com o auxílio desses componentes ideais, os movimentos efetivamente observados. Ela estabelecia estatisticamente as propriedades químicas dos corpos puros, delas deduzia as propriedades dos corpos empíricos, e parecia assim deter o próprio plano da criação ou, em todo caso, reencontrar uma razão imanente ao mundo. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 86)

Dito de outro modo, as propostas científicas tentavam tomar seu objeto de estudos localizando-o em um “meio de existência inerte”, que não interferia nem modificava as coisas – o espaço geométrico, ambiente onde se operaria a “fixação do ser” em termos físicos. Por meio de seus métodos, a ciência seria detentora de todo discurso possível sobre os objetos, entendidos como “unidade ideal”, como “um entrelaçamento de propriedades gerais” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 87). A experiência seria, desse modo, o produto de um mosaico de elementos, mais reais que a própria experiência – soma dos efeitos (excitações) provocadas pelos cumprimentos de onda visuais e

sonoros, pressão mecânica na pele e interações químicas nas papilas e receptores de odor. Assim, para um comprimento de onda específico, por exemplo, corresponderia uma excitação determinada que conduziria a uma reação específica.

Para Merleau-Ponty, as teorias do reflexo e do condicionamento seriam exemplos de um pensamento que ignora a si mesmo, instalando-se nas coisas, como se delas emanasse toda a realidade. O único *para si* que ainda sobreviveria nesse sistema é o pensamento do cientista, que ignorando a si deixa de residir nele, como um olhar de sobrevoo por excelência. Na percepção, como processo impessoal, objetivo, opera a inserção da consciência em um mundo que já lhe reserva todas as normas de sua atuação.

Contudo, ao colocar a verdade no mundo, como um aspecto tácito das coisas, o empirismo subtrai da percepção sua função essencial – inaugurar o conhecimento. Como indicado na seção anterior, reitera-se que a unidade da percepção é condição para consideração dos objetos e não seu resultado. Isso não quer dizer que os objetos percebidos são independentes, ou mesmo indiferentes, aos aspectos e elementos dos quais a ciência fala. A questão problemática se dá quando a ciência se comporta como “uma percepção que esquece suas origens e se acredita acabada” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 89). Esquecendo-se seu fundo existencial, perde-se o momento decisivo da percepção, “primeira abertura ao projeto” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 40); toma-se como anteriormente dado o “mundo verdadeiro e exato”, que é exatamente o que a percepção faz surgir.

Merleau-Ponty busca destacar que as insuficiências dessa concepção “objetiva” podem ser encontradas muitas vezes nos próprios estudos das teorias clássicas do reflexo e do reflexo condicionado, quando se veem às voltas com a necessidade de

retornar à experiência propriamente dita. A teoria behaviorista tradicional encaminhava a explicação da aprendizagem por meio da ideia de formação e fortalecimento de circuitos fechados. Essa interpretação comprometia-se com a consideração (não factível) de que uma conduta seria repetida impreterivelmente quando na mesma situação. Entretanto, como argumenta Merleau-Ponty, a experiência mostra é que não há nem “mesma situação”, nem repetição da mesma conduta. O que se observa é tanto a realização de comportamentos semelhantes envolvendo grupos dos sistemas aferentes e efeitores bastante distintos, como no fato de as pessoas escreverem com “a mesma letra” em uma lousa afixada em uma parede vertical ou em um caderno sobre uma mesa; quanto a não realização de condutas que envolvem os mesmos sistemas, mas que apresentam significações distintas, como no caso em que um paciente neurológico que se mostra capaz de “reagir” a uma picada de mosquito, mas incapaz de atender ao pedido de indicação da mesma área em seu corpo, quando tocada por uma régua.

Como indicado anteriormente, a crítica de Merleau-Ponty às propostas da teoria clássica do reflexo e ao behaviorismo inspiraram-se fortemente nos trabalhos da *Gestalttheorie*. Contra o “externalismo” behaviorista e sua compreensão de estímulo como unidade discreta, dotada de poder e valor em si, os psicólogos da *Gestalt* propunham a consideração tanto de um “ambiente comportamental”<sup>3</sup>, quanto das ações do organismo como configurações<sup>4</sup> dotadas de sentido próprio, indecomponível em elementos discretos. Contudo, ao buscar fazer de algumas das categorias encontradas na experiência perceptiva, como contiguidade e semelhança, leis da percepção, “princípios constitutivos”, os gestaltistas acabavam incorrendo nos mesmos compromissos que

---

<sup>3</sup> Por ambiente comportamental entende-se o meio percebido pelo organismo, que não corresponde a uma descrição física desse ambiente, mas que também não independe desse meio físico. Em outras palavras, trata-se do ambiente resultante da interação entre organismo e meio físico, apreendido sob determinação das forças que regem a percepção (e.g. equilíbrio, simetria, estabilidade, simplicidade).

<sup>4</sup> Por configuração entende-se uma totalidade articulada, organizada e indivisível.

criticavam na reflexologia e no behaviorismo. Em uma legítima “descrição pura”, contiguidade e semelhança dos estímulos não podem ser anteriores à constituição do conjunto, como leis prescritivas da experiência perceptiva.

O que Merleau-Ponty busca clarificar aqui é justamente que os dados não são indiferentes, associando-se em conjuntos por semelhança ou contiguidade ou qualquer outra lei inerente às coisas em si. A apreciação de elementos ou dados independentes só é possível porque percebemos os conjuntos. E a percepção desses conjuntos não se dá por leis e mecanismos que nada devam ao organismo que percebe.

São os próprios princípios da teoria da Gestalt que aqui invocamos contra ela. O todo, numa forma, não é a soma das partes. Mesmo que admitamos que o organismo é passível de uma análise física de direito ilimitada, ninguém contesta, por exemplo, que a físico-química do organismo é a mais complexa que existe, é absolutamente certo que suas estruturas não poderiam encontrar um equivalente nas estruturas físicas no sentido restrito da palavra. Construir um modelo físico do organismo seria construir um organismo. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 236)

A semelhança e a contiguidade, que baseiam a atitude analítica da percepção de algumas formas, não tem na percepção do conjunto apenas sua possibilidade de observação e de conhecimento por uma limitação ou imposição epistêmica dos objetos ou da estrutura corporal, mas encontram aí, na forma, na estrutura da percepção, sua possibilidade mesmo de existência. Assim, o erro da compreensão empirista, professado pelas “psicologias de laboratório”, é querer fazer da análise científica anterior e fundante em relação à experiência, quando na verdade a relação se mostra em sentido contrário, “pois o organismo verdadeiro, aquele que a ciência considera, é a totalidade

concreta do organismo percebido, *portador* de todas as correlações que a análise descobre e não *decomponível* nelas” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 243, destaque acrescido).

Como discutido anteriormente, a crítica de Merleau-Ponty não culmina no desprezo ao trabalho científico. Trata-se apenas de não inverter a lógica tal como faz o pensamento cientificista: “o ser vivo é conhecido muito antes do inorgânico . . . e é um anacronismo considerar a percepção do ser vivo como secundária” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 244).

#### ***1.2.2.5 - A expurgação do sentido.***

Complementando os aspectos críticos da construção cientificista de explicação dos fenômenos, Merleau-Ponty argumenta que essa perspectiva tratava, em grande medida, de encaminhar em suas propostas o esvaziamento das atividades do organismo de qualquer noção de intencionalidade ou sentido. O organismo, bem como seus processos, seriam o produto real de uma natureza marcada pela exterioridade: o sentir, a imposição das características dos objetos, como projeção do externo no ser vivo; as condutas, uma concatenação de processos fisiológicos. O sentido seria produto de ilusões, equívocos ou, quando muito, epifenômenos: “o mundo humano só tem sentido por acidente” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 49).

Fenômenos como a percepção da continuidade do movimento ou a noção de intencionalidade eram tomados como uma ilusão, a ser esclarecida pela análise científica rigorosa que mostraria os eventos elementares e os mecanismos que lhes constituía verdadeiramente. Intencionalidade, utilidade ou valor deveriam ser traduzidas em uma apreciação científica como o produto dos trajetos nervosos estabelecidos para

obtenção de “satisfação”. Os aspectos que escapassem a essa interpretação eram refutados pelas teorias do reflexo como subjetivos, metafísicos, contrários à objetividade pretendida. Exemplificando essa compreensão, descreve Merleau-Ponty, no caso de eu ter fome, e minha mão se dirigir a apanhar uma fruta sobre a mesa

o que aciona minha reação motora é um conjunto de cores e luzes, um estímulo físico e químico. Se, por estar inatento, eu puser a mão ao lado do ‘objetivo’, uma segunda tentativa de apreensão não deve ser vinculada a alguma intenção permanente, mas explicada simplesmente pela permanência das causas que tinham provocado a primeira. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 8)

Insistindo em uma compreensão fisiologista, as teorias clássicas do reflexo e o behaviorismo acreditavam poder engendrar uma interpretação dos fenômenos psicológicos, ou, mais especificamente, do comportamento, por meio do funcionamento do corpo como um mecanismo cego, sem a participação de qualquer intenção, de qualquer direcionamento próprio ao fenômeno. Não obstante, Merleau-Ponty argumenta que essas abordagens eram confrontadas a todo momento em suas representações com uma “intenção de movimento”, um núcleo a partir do qual a totalidade do movimento se desenvolveria: “Há em nossas respostas reflexas algo de geral que lhes permite justamente essa substituição de efetores” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 41).

Tal generalidade observada favoreceria o argumento de que os movimentos se configuram e são processados não como um agrupamento de contrações discretas e independentes, mas como uma “forma global” (e.g. percorrer um espaço, levar algo à boca, desenhar uma forma) – “O que regula nossas reações motoras de uma maneira decisiva é esse fator geral que não está necessariamente ligado a nenhum dos materiais do comportamento” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 41), ou seja, a estímulos, excitações



e reações tomados isoladamente. Desse modo, Merleau-Ponty defende que o comportamento não pode ser compreendido sem a consideração de que há uma direção, um sentido, uma ordem que é pertinente ao conjunto.

As tentativas de salvaguardar a teoria clássica do reflexo acrescentando outros mecanismos, controles ou instâncias superiores seriam frustradas, segundo Merleau-Ponty, pois mantinham a mesma lógica mecânica e linear das interpretações que buscavam corrigir. As ordenações e regularidades seriam sustentadas pela ação de instâncias superiores que promoveria a integração das vias simples; a complexidade seria explicada pela soma de processos simples. Porém, a inclusão de instâncias superiores como reguladores, fazendo o papel de uma “central de controle” de liberação e inibição apenas criava uma nova instância a ser explicada, em uma regressão *ad infinitum*: “O próprio controle deverá então ser submetido a uma regulação superior, e não é ainda nesse grau que encontraremos o reflexo puro. Mas o mesmo raciocínio deverá recomeçar indefinidamente” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 45). A metáfora da central de controle, como em um sistema ferroviário, não caberia para explicar o funcionamento do sistema nervoso justamente porque, ao contrário do caso das linhas férreas, nem os “trens”, nem as “linhas” do sistema nervoso estariam em posições fixas e únicas.

Ainda nessa direção, Merleau-Ponty argumenta que a recusa do behaviorismo em tomar em conta o sentido e a intencionalidade do comportamento, alegando que seriam imposições antropomórficas aos eventos observados, revelaria uma confusão entre objetividade e realismo. Para Merleau-Ponty, a objetividade não se resume aos métodos de medidas da física e da química, ou ainda, à consideração de elementos “instante por instante e no quadro dos estímulos reais que o desencadeiam” (p. 159),

indutivamente concebidos, livre de qualquer trabalho de inferência ou reflexão. Ao contrário, a objetividade se dá como reflexão sobre as regularidades, obtidas pela observação e descrição a partir dos métodos próprios a cada objeto.

Tomados “materialmente” em seu aspecto sensível, os objetos, paisagens, corpos, perderiam também seu direito às qualidades afetivas reais. Como qualquer outra relação de significação, elas estariam excluídas da compreensão da percepção e da conduta engendrada a partir das propriedades físico-químicas dos estímulos.

o empirismo exclui da percepção a cólera ou a dor que todavia eu leio em um rosto, a religião cuja essência todavia eu apreendo em uma hesitação ou em uma reticência, a cidade cuja estrutura todavia eu conheço em uma atitude do funcionário ou no estilo de um monumento. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 50)

As significações são retiradas, isoladas, como produto de um segundo movimento, “em lugar de desenrolar-se, como ela aparentemente o faz, no espaço humano composto por aqueles com quem discuto ou com quem vivo, o lugar de meu trabalho ou de minha felicidade” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 50).

Contra essa compreensão, Merleau-Ponty discute que as formas físicas, e principalmente os processos e atividades dos organismos, aparecem, mesmo no contexto dos trabalhos de análise científica, como “unidades de significado”: “A totalidade não é uma *aparência*, é um *fenômeno*” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 248). Como indicado, as próprias “investigações objetivas” mostravam que “as condições exteriores do campo sensorial não o determinam parte por parte” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 33), mas já em uma “organização autóctone”, uma configuração que impõe uma significação não encontrada em si mesma, irredutível a sua própria materialidade.

Para Merleau-Ponty, no sentir, a qualidade já aparece “vestida” de um valor vital, ou ainda, uma “comunicação vital”, que faz do mundo o lugar de nossas vidas; uma significação para nós, para nosso corpo, que sempre se realiza como referência: “A visão já é habitada por um sentido que lhe dá função no espetáculo do mundo, assim como em nossa existência” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 83). Sendo assim, sem o atomismo exigido pelo realismo cientificista, não se apresenta também a necessidade de um princípio de ligação entre as supostas unidades elementares. A ligação não seria uma “opção”, uma realização externa à natureza das coisas que poderia ou não ser acoplada aos objetos, mas já seria própria de todo fenômeno.

Os fenômenos realizam-se como unidades de sentido, não há outra opção. E isso tanto para os processos predominantemente atribuídos à materialidade dos corpos, quanto em processos para os quais parece ser exigido algo mais complexo que a matéria em si. Desse modo, a separação entre funções psíquicas elementares (mais ligadas a infraestrutura corporal) e superiores (menos ligadas) não se sustentaria. Não se trata, pois, de compreender o superior ou complexo pelo acréscimo de uma segunda instância ao elementar. Os dois tipos de funções coexistem e se entrecruzam. E tanto quanto as funções superiores, as funções elementares também já são encontradas como unidades de sentido. A diferença do superior é a realização de um modo mais integrado, uma “adaptação mais aceitável”, “utilizando e sublimando as operações subordinadas” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 31).

O sentido, o significado, a intenção ou o valor apreendido na percepção de objetos e de comportamentos não é, portanto, para Merleau-Ponty, um produto secundário, ilusório, como operação de uma consciência que por hábito ou qualquer outro processo decorrente de sua própria natureza imperfeita faria o sujeito ver mais do

que os fatos reais. Tampouco resulta da associação de sensações, como efeito imanente da organização, natural e independente, de elementos exteriores. Em todo fenômeno, em tudo que aparece, o sentido é posto em ação, seja como configuração atual, presente, seja como evocação do passado. Desse modo, as sensações elementares e os fragmentos de movimento não são nem o ponto de partida nem de chegada do conhecimento, mas já aparecem como configuração, em um horizonte de sentido.

### **1.2.3 – Críticas à alternativa intelectualista.**

Colocada a crítica à perspectiva cientificista, parece pertinente retomar um questionamento apontado por Merleau-Ponty já no início d'*A estrutura do comportamento*: uma vez que as abordagens empiristas da psicologia se mostravam insuficientes para encaminhar as questões da relação entre consciência e natureza, “A solução estaria num puro e simples retorno ao criticismo?” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 3). Ou seja, o questionamento em relação às abordagens calcadas na análise empírico-experimental deveria culminar na filiação a uma perspectiva idealista ou espiritualista de inspiração puramente filosófica? Em outras palavras, deixando a busca por soluções no reino do *em si*, deveríamos nos concentrar no reino do *para si*?

Como já apontado, no desenvolvimento de sua proposta Merleau-Ponty destaca que sua crítica ao empirismo não implica na defesa de uma perspectiva intelectualista. Neste trabalho abordamos mais detalhadamente as críticas às posições empiristas em razão dos debates e análise que buscamos realizar, confrontando os argumentos merleau-pontyanos com a análise do comportamento skinneriana, uma abordagem calcada justamente na pretensão de construção da psicologia como um saber científico. Contudo, sendo um aspecto importante dos textos de Merleau-Ponty, e que também

pode ser fonte de aproximações entre sua proposta e a abordagem analítico-comportamental, tratamos de apresentar e discutir brevemente as principais críticas às alternativas intelectualistas ao empirismo na tentativa de construção do conhecimento sobre a relação entre mundo e consciência.

Podemos destacar ao menos dois argumentos principais da crítica merleau-pontyana às posições intelectualistas. Um refere-se à marcação da não identificação da fenomenologia, ao menos tal como Merleau-Ponty a desenvolve, com compreensões “internalistas”. O outro se refere à discussão de que apesar de apresentar-se como oposto ao empirismo, o intelectualismo partilha com ele a mesma base e fundamentos problemáticos.

Com relação ao primeiro argumento, Merleau-Ponty busca marcar a distinção do campo fenomênico em relação a uma “interioridade”, pertinente a interpretações intelectualistas, afirmando que o fenômeno não é equivalente a “estados de consciência” ou “fatos psíquicos”. O campo fenomênico não é o domínio das imagens, conteúdos da consciência, ou de objetos inextensos e acessíveis apenas por introspecção, como uma espécie de “percepção interior”. A experiência não é, nesse mesmo sentido, equivalente à introspecção ou à intuição. E sendo assim, a fenomenologia não seria a busca pela pura significação, etérea, destacável dos objetos, puro plano da consciência, como queriam as filosofias racionalistas e transcendentais. Para Merleau-Ponty, tais filosofias requerem um pensamento que não está submetido a nenhuma situação; pensamento de um Eu transcendental, despersonificado, ou ainda, que “não é um Ser, mas uma Unidade ou um Valor” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 96).

Já em sua proposta de abordagem fenomenológica, Merleau-Ponty argumenta que a consciência, “Ego meditante”, nunca realiza uma completa supressão de sua inerência

a um sujeito individual, uma perspectiva particular; nunca deixa de ser também um “sujeito empírico”: “A reflexão nunca pode fazer com que eu deixe . . . de pensar com os instrumentos culturais preparados por minha educação, meus esforços precedentes, minha história” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 96). Desse modo, para Merleau-Ponty, o centro do pensamento que busca compreender a relação entre natureza e consciência não pode ser “uma subjetividade transcendental autônoma, situada em todas as partes e em parte alguma, ele se encontra no começo perpétuo da reflexão, neste ponto em que uma vida individual se põe a refletir em si mesma” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 97).

A abordagem fenomenológica é, portanto, um movimento que não coloca a consciência para fora de si, como uma “uma subjetividade transcendental autônoma, situada em todas as partes e em parte alguma” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 97). Para Merleau-Ponty, esse seria o erro primordial das “filosofias reflexivas” e das psicologias intelectualistas ou espiritualistas: *tentar reduzir o ser a um saber*. Justamente nessa direção encontramos o encaminhamento do segundo argumento da crítica às propostas intelectualistas.

Em sua constituição como antítese do empirismo, o intelectualismo propõe a concentração no polo da consciência para compreensão da relação consciência-mundo. Para Merleau-Ponty, essa proposta também configura, tanto quanto a proposta empirista, uma má solução. Tomando a consciência como “um ser cuja essência é conhecer”, o intelectualismo ainda deixa subsistir, sem qualquer modificação profunda, o ponto de partida problemático do empirismo: um mundo definido por exterioridade absoluta das partes (atomismo e realismo), acrescentando agora apenas a duplicação desse mundo pelo pensamento.

Especificamente sobre a base realista das compreensões intelectualistas, Merleau-Ponty comenta que contra as incertezas e constantes mudanças da percepção do mundo, essa perspectiva colocaria sua segurança na atuação da consciência. Sendo apresentada como o “análogo de uma força” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 2), a consciência impunha-se como única certeza absoluta, única realidade segura, que em sua dinâmica poderia, no limite, atuar independentemente do mundo. Na tentativa de se contrapor ao realismo materialista, a resposta intelectualista era distinguir a consciência dos demais seres da natureza, como um objeto composto de uma substância distinta, “uma coisa de uma outra coisa” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 3), um outro tipo de “algo”, ainda que não extenso. Se por um lado o realismo materialista enfrenta dificuldades por não conseguir encontrar o sentido apreendido do todo na soma das unidades elementares, tidas como a realidade última, o realismo espiritualista desemboca na noção absurda e contraditória de uma *coisa sem extensão*.

Dessa maneira, Merleau-Ponty (1942/2006) discute que, na abordagem de qualquer fenômeno,

não é mais com uma realidade material que estamos lidando e menos ainda, aliás, com uma realidade psíquica, mas com um conjunto significativo ou com uma estrutura que não pertence propriamente nem ao mundo exterior, nem à vida interior. É o realismo em geral que seria necessário questionar. (p. 284)

A passagem do empirismo ao intelectualismo, nesses moldes, transporta a reflexão de um “mundo imobilizado e determinado” a uma “consciência sem fissuras”. De modo distinto, ao invés de uma proposta de construção por elementos, Merleau-Ponty propõe que se sigam os passos da consciência, o movimento efetivo que ela faz

ao contrair e fixar um objeto, obtendo nessa unidade constituída a unidade de sua própria vida.

A tomada de consciência intelectualista não chega até este tufo vivo da percepção porque ela busca as condições que a tornam *possível* ou sem a qual ela não existiria, em lugar de desvelar a operação que a torna *atual* ou pela qual ela se constitui (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 68).

O dogmatismo, que no empirismo tem a forma do mundo em si, objetivo, reverbera também no intelectualismo, sob a forma da “ideia do verdadeiro e a ideia do ser nas quais termina e se resume o trabalho constitutivo da consciência” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 69). Nesse movimento, o intelectualismo coloca como “potências do sujeito” tudo aquilo que aparece como necessário para alcançar o mundo e suas qualidades (e.g. o juízo como força psíquica, a atenção como processo cognitivo). A consciência que produz as categorias do mundo, mantém a mesma lógica mecânico-causal. “Apenas se substituiu a energia mecânica por uma energia espiritual” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 93), mas ainda se mantém a descrição do ser em terceira pessoa, isso é, de um ponto que lhe é externo, sem implicar-se com ele.

Convertida em “coisa imaterial” pelo realismo intelectualista, a consciência acabava definindo-se por caracteres e elementos, como os “estados de consciência”, que, à semelhança dos elementos de sua antítese do mundo físico, atuavam uns sobre os outros em cadeias causais (um encadeamento de ideias simples que explica as ideias complexas e o fluxo de pensamento, por exemplo). Além disso, apartada do mundo, e, nesse caso, tomando o corpo como mais um objeto do mundo, a consciência deveria sair de si para tocar algo que lhe é totalmente estranho. Como uma força agindo sobre um objeto físico, a consciência causaria, em sua ação imaterial, o movimento – reação,



efeito – do corpo. Assim, inverte-se a direção do vetor, a entidade com poder iniciador, mas mantendo a mesma lógica mecânico-causal, o mesmo impasse de encontrar meios de pensar e justificar essa relação entre duas naturezas distintas, só que agora localizando o fator gerador em uma natureza especial, independente e superior a sua base material.

O pensamento intelectualista acredita ultrapassar o pensamento causal e realista ao considerar encontrar o sentido ou a essência como uma “unidade da consciência que não se constata no plano do ser, que se atesta a si mesma no plano da verdade” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 176). Contudo, é justamente esse movimento, “passagem da ordem da existência à ordem do valor” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 176), que configura para Merleau-Ponty uma abstração problemática, uma vez que despreza a variedade empírica das consciências – toda consciência estaria condenada a ser a manifestação do mesmo *cogito*.

Em uma análise reflexiva a atividade de síntese apresenta-se como potência de um *cogito* universal. Nesse movimento, o intelectualismo deixa de aderir à nossa experiência de fato, substituindo o que deveria ser um *relato*, uma *descrição*, por uma *representação*. Pois é justamente nesse ponto, como destaca Merleau-Ponty, que se fundamenta a crítica da proposta fenomenológica à filosofia intelectualista de inspiração kantiana. No intelectualismo, o mundo é produto de uma atividade sintética do sujeito, conhecido pela análise *noética*. Já para a fenomenologia, o mundo *é*, em sentido próprio, uma unidade primordial, explicitada pela *reflexão noemática*. “O mundo está ali antes de qualquer análise que eu possa fazer dele, e seria artificial fazê-lo derivar de uma série de sínteses” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 5).

Exemplificando essa posição a partir da análise das teorias sobre a percepção, Merleau-Ponty afirma que ela, percepção, não se confunde com um juízo, um ato de conhecimento. Ao postular a explicação do recorte dos dados dos sentidos encontrado na percepção por meio da “projeção de recordações”, como alternativa às propostas empiristas, o intelectualismo continua a pautar a explicação dos fenômenos em uma lógica associacionista, de “conexões extrínsecas” à própria configuração que se apresenta: “O apelo à experiência adquirida não muda nada . . . na tese empirista” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 37).

Em suma, o intelectualismo estaria no mesmo terreno problemático que o empirismo, qual seja, o dos “prejulgamentos clássicos” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 53). Apesar de concentrar sua força na ação de uma consciência criadora das categorias do mundo, doadora dos sentidos possíveis, para Merleau-Ponty o intelectualismo mantém a noção de “mundo em si”, ainda que transfigurada como “ideal da verdade absoluta”: “o intelectualismo deixa a consciência em uma relação de familiaridade com o ser absoluto, e a própria ideia de um mundo em si subsiste como horizonte ou como fio condutor da análise reflexiva” (Merleau-Ponty, 1945/1994, pp. 71-72). Sendo assim, o intelectualismo não configura uma alternativa efetiva ao empirismo. Tal como o empirismo, a perspectiva intelectualista também encaminha a compreensão da certeza do real e do verdadeiro que a atitude natural imprime na experiência pela imposição de uma separação entre natureza e consciência, atribuindo a um “naturante universal”, uma consciência autônoma e transcendental, a sobreposição dessa certeza ingênua pelo universo determinado da ciência.

### 1.3 – Por que o comportamento?

Iniciamos nosso exame e discussões sobre a proposta merleau-pontyana identificando-a como uma abordagem da relação entre consciência e natureza. Vimos como essa proposta se inscreve em uma perspectiva fenomenológica, e como ela se relaciona com o saber científico. Vimos também que na tentativa de superar a compreensão dicotômica dessa relação, Merleau-Ponty encontra na psicologia um campo promissor. Desse modo, como apresentado neste capítulo, Merleau-Ponty desenvolve uma crítica às perspectivas empiristas e intelectualistas que afastavam ou impediam essa disciplina de realizar-se em toda sua potencialidade no desenvolvimento dessas questões. Justamente nesse movimento, encontramos a indicação de Merleau-Ponty da adoção da noção de comportamento como fundamental para o desenvolvimento de sua tese alternativa aos problemas e impasses em que incorriam as concepções empiristas e intelectualistas.

Encaminhando a apresentação de sua proposta, logo nas primeiras páginas d'*A estrutura do comportamento*, Merleau-Ponty afirma buscar alcançar as questões sobre a relação entre natureza e consciência “partindo ‘de baixo’” (p. 3), por meio da análise da noção de comportamento.

Mas por que o comportamento? Por que, sendo seu objetivo tratar da relação entre consciência e natureza, e considerando que a tradição comportamentalista buscava justamente a eliminação da consciência na construção de qualquer conhecimento sobre a relação dos organismos com o mundo, Merleau-Ponty elegeria o comportamento como noção central para elaboração de sua proposta?

Alguns elementos para a resposta a essa questão são indicados por Merleau-Ponty também na introdução d'*A estrutura do comportamento*. O primeiro deles pode

ser apontado como o contexto em que a obra se inscreve e é escrita. Esse contexto era marcado pela contraposição de explicações de uma ciência realista, e de uma filosofia idealista. Assim, Merleau-Ponty diz deparar-se com posições filosóficas que, no limite, organizavam toda a natureza como uma unidade ideal “constituída diante da” consciência; e proposições científicas para as quais organismo e consciência configuravam instâncias distintas que, quando e se se tocavam, culminavam na redução de uma à outra. Apesar de opostos, ambos os discursos (filosófico e científico), no contexto indicado pelo autor, estavam ancorados na compreensão dicotômica e na lógica causal.

De certo modo, só por esse contexto, pode-se compreender porque o olhar de Merleau-Ponty se volta ao comportamento como objeto de destaque, uma vez que algumas das mais eminentes propostas de psicologia científica da época haviam eleito o comportamento como objeto de estudo, justamente com o propósito de uma maior cientificidade.

Apesar da análise crítica endereçada ao posicionamento adotado, ou mais precisamente, aos pressupostos implicados em uma atitude cientificista, Merleau-Ponty não acredita ser o objeto eleito o problema. Ao contrário, a noção de comportamento é, como comenta Bimbenet (2000), “duplamente preciosa” para Merleau-Ponty: “*tomada nela mesma*”, ela não demanda qualquer pressuposto, e sendo “*neutra* com relação às distinções clássicas do ‘psiquismo’ e do ‘fisiológico’ *pode pois nos dar ocasião de defini-los novamente*” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 3, itálicos acrescidos).

Cabe aqui um comentário sobre os dois “aspectos preciosos” da noção de comportamento. O primeiro deles refere-se à indicação de que o comportamento como objeto de estudo deve ser “*tomado nele mesmo*”. Dito de outra forma, a noção de

comportamento só será útil e profícua se tomada como um fenômeno completo, dotado de sentido próprio, sem que seja reduzida ou subsumida a outras instâncias ou substâncias. Como indicado, esse é justamente um dos motes para as críticas endereçadas às compreensões das “psicologias de laboratório” (reflexologia, behaviorismo e *Gestalt*) que, sucumbindo aos preconceitos realistas do cientificismo, acabam por remeter a noção de comportamento a instâncias fisiológicas ou físicas.

Para Merleau-Ponty, os erros e incoerências de cada escola se devem a insuficiências em seus fundamentos filosóficos. Em uma nota ainda na introdução d’*A estrutura do comportamento*, o autor argumenta que o contexto estadunidense era de “desordem ideológica”, e que a noção de comportamento “abriu arduamente um caminho para si, em meio a filosofias que não conseguiam pensá-la” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 4). Como exemplo, Merleau-Ponty argumenta que muitas concepções interessantes propostas no trabalho de Watson acabaram por não se desenvolver por conta do pensamento causal e mecânico que dominava a filosofia daquele contexto – “Mas o que há de saudável e de profundo nessa intuição de comportamento . . . se encontra comprometido por uma filosofia indigente” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 4).

Entre os aspectos “saudáveis” das formulações de Watson sobre o comportamento, Merleau-Ponty aponta as compreensões de que este é um fenômeno “que reside entre o organismo e o ambiente”, que sua análise independe da fisiologia, e que se refere a um fluxo de ação projetado pelo organismo que, atribuindo sentido aos estímulos, incorpora-os às respostas. Entende, assim, que em alguma medida, o que Watson chamava de comportamento corresponde ao que outros (e.g. Heidegger, Sartre) chamaram de *existência*, “ou seja, a visão de homem como debate e ‘explicação’

perpétua com um mundo físico e com um mundo social” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 4).

A passagem pelo behaviorismo é, para Merleau-Ponty, interessante na medida em que abre caminho à compreensão da consciência não como uma realidade distinta (psíquica) ou como causa, mas sim como estrutura. O que faltou, por assim dizer, foi um suporte filosófico para superação do mecanicismo, em direção ao pensamento dialético.

Desse modo, se a proposta watsoniana era valiosa quando tomava a noção de comportamento nela mesma, “adoece” quando, em sua negativa à “realidade interior” da consciência com a qual tinha que se debater no contexto estadunidense, acaba por recorrer a uma concepção atomista e fisiológica. Os dois primeiros capítulos d’*A estrutura do comportamento* buscam justamente mostrar os problemas dessa interpretação – mostrar como as teorias clássicas do reflexo e do reflexo condicionado são insustentáveis mesmo à luz de seus próprios dados.

Contra a noção de comportamento constituído pela relação causal (mecânica) de elementos excitantes (estímulos) e elementos motores (respostas), *partes extra partes*, e o “espírito atomista” que a inspirava, Merleau-Ponty defende a compreensão do comportamento como “estrutura” ou “forma” (*Gestalt*), em sentido emprestado junto à *Gestalttheorie*. Mas se os psicólogos da *Gestalt* avançam ao devolver a propriedade de conjunto aos estímulos e às respostas, recaem, também sob o peso do realismo cientificista, em uma tentativa de redução da estrutura do comportamento a estruturas fisiológicas e, em última instância, a estruturas físicas. Para Merleau-Ponty, a teoria da *Gestalt* não leva a “filosofia da forma” a suas últimas consequências, “desembocando no que Merleau-Ponty chama de objetivismo da forma ou da estrutura. (Furlan, 2000b, p.384).

Tendo em vista as consequências dessa “filosofia da forma” encontramos o segundo aspecto precioso da noção de comportamento apontado por Bimbenet (2000). Superando a identificação de “pura coisa” ou de “pura ideia”, o comportamento, entendido como forma, como configuração, fornece o mote para a compreensão da ambiguidade constituinte da consciência, e o meio para trabalhar de modo mais efetivo as relações entre consciência e natureza. Para Merleau-Ponty, “na experiência dos comportamentos, supero efetivamente a alternativa do para-si e do em-si” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 198). É exatamente nesse sentido que devemos tomar a afirmação de que a noção de comportamento é “*neutra* com relação às distinções clássicas do ‘psiquismo’ e do ‘fisiológico’” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 3). O comportamento é ontologicamente neutro no sentido de que não se presta a ser classificado nem como substância, nem como espírito, nem como material, nem como imaterial; não está aquém ou além do mundo, não se encerra nem no sujeito nem no mundo. A essência do fenômeno comportamental é o paradoxo que lhe é constitutivo:

o comportamento não é uma coisa, mas também não é uma ideia, não é o invólucro de uma pura consciência e, como testemunha de um comportamento, não sou uma pura consciência. É justamente o que pretendíamos ao dizer que ele é uma forma. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 199)

Em suma, o comportamento é apresentado por Merleau-Ponty como noção fundamental porque se mostra como caminho não apenas para alcançar as questões colocadas sobre a relação entre a consciência e a natureza, mas também para superar os impasses colocados pela discussão polarizada entre empirismo e intelectualismo. Resistente à redução a qualquer um dos polos, se tomado nele mesmo, tal como aparece na experiência, o comportamento exige uma redefinição da relação entre consciência e

natureza, permitindo dissolver a perspectiva dicotômica que inspirava a consideração dessa relação, ora encarada como mera justaposição de “termos exteriormente associados”, ora como realização de processos animados por um espírito racional.



## CAPÍTULO 2 - O Comportamento em uma Filosofia da Forma

As análises críticas de Merleau-Ponty das abordagens da psicologia que tomavam o comportamento como objeto de estudo mostram que essas propostas foram incapazes de pensá-lo em sentido próprio, ou seja, incapazes de colocar verdadeiramente sua investigação em um campo comportamental. Isso porque ora sucumbiam ao fisiologismo e o tratavam como comportamento-coisa; ora sucumbiam ao intelectualismo e o tratavam como comportamento-manifestação.

Por outro lado, Merleau-Ponty reconhece que a dificuldade de abandonar essa perspectiva polarizada reside no fato de que ambas têm alguma razão de ser: o comportamento é *alteração nos estados de uma materialidade*, e é, *ao mesmo tempo, realização de uma intencionalidade, sentido, significação* para uma consciência. Contudo, o comportamento *não é* quando tomado apenas como *uma ou outra coisa*, isoladamente.

Essa necessidade de articular fisiológico e psíquico, *em si e para si*, parece demandar uma “teoria mista”, ou ainda, a existência de um “meio comum”. Trata-se do que Merleau-Ponty (1945/1994) chama de um “pensamento orgânico”, que possibilite conceber a ultrapassagem da “alternativa entre psíquico e fisiológico, entre finalidade expressa e mecanismo” (p. 117). A proposta é justamente o encontro com essa variação e interioridade, decorrente da interpenetração entre natureza e consciência. E como indicado, é justamente nesse ponto que a noção de comportamento se mostra “preciosa”: o campo comportamental é esse “meio comum”, meio de realização dessa interpenetração. O comportamento *só é*, *só existe*, enquanto paradoxo, pois é justamente

assim que ele aparece, e é justamente isso que tanto o empirismo cientificista quanto o intelectualismo filosófico se recusam a aceitar.

Busca-se desenvolver, por meio da noção de comportamento, a positividade das noções de ambiguidade e indeterminação. Tomando o comportamento como conceito fundamental, Merleau-Ponty argumenta encontrar “entre o mecanismo cego e o comportamento inteligente, uma atividade orientada da qual o mecanicismo e o intelectualismo clássicos não dão conta” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 57). Essa é compreensão que o autor busca encaminhar a partir da consideração do comportamento como forma. É por meio dela que o campo psicológico pode desenvolver-se como campo comportamental, em sentido próprio.

## **2.1 – Por que a forma?**

Pode-se afirmar que Merleau-Ponty defende uma espécie de psicologia da “forma” (*Gestalt*). De fato, o filósofo acompanha os autores da *Gestalttheorie* em boa parte de suas críticas às abordagens behavioristas e introspeccionistas da primeira metade do século XX. Contudo, como já discutido, Merleau-Ponty também acaba por afastar-se da psicologia da *Gestalt*, entendendo que ela não adota radicalmente todas as implicações filosóficas da noção de forma. Mas o que haveria de especial nessa noção, e porque Merleau-Ponty a toma como fundamental?

Buscando na obra de Merleau-Ponty uma definição para essa noção, encontramos a indicação de que ela trata da *expressão das propriedades descritivas de certos conjuntos*. Nas palavras do autor, a forma “exprime o tipo de unidade que [os fenômenos] realizam” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 76), qual seja, de configurações caracterizadas pela autodistribuição.

Amparando-se em Köhler, Merleau-Ponty argumenta que a forma é uma “nova categoria” que expressa a existência de “um estado de equilíbrio privilegiado” e de uma “dependência circular entre os fenômenos locais”, aplicável “tanto no domínio inorgânico quanto no domínio orgânico” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 68-69). “Com a forma”, afirma ainda Merleau-Ponty (1942/2006), “introduz-se pois um princípio de descontinuidade, e são dadas as condições de um desenvolvimento por saltos ou crises de um acontecimento, de uma história” (p. 214). É o reconhecimento de que os fenômenos se realizam em diferentes campos, que não podem ser reduzidos uns aos outros, e de que a complexidade não se dá por uma soma de elementos, por uma crescente, linear e contínua, mas sempre por uma crise seguida de uma reorganização, uma reestruturação, que traz à tona um novo fenômeno. É por meio desse princípio que Merleau-Ponty propõe uma compreensão alternativa que desfaça as dicotomias instauradas (natureza-consciência; corpo-mente; objetivo-subjetivo).

A apresentação das críticas e argumentos alternativos de Merleau-Ponty se dão por meio da aplicação de uma compreensão estruturalista (cf. Veríssimo, 2013) da “teoria da forma”, na qual “o menor dado sensível só se apresenta integrado a uma configuração e já ‘posto em forma’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 220). É nesse sentido que para Merleau-Ponty, “é impossível para a inteligência compor a imagem do organismo a partir dos fenômenos físicos e químicos parciais” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 239), pois “a única maneira, para uma coisa, de agir sobre um espírito, é oferecer-lhe um sentido” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 308). É pela ideia, pelo sentido, pelos significados, que “a percepção escapa à explicação natural e admite apenas uma análise interior” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 308), ou seja, uma análise que se volte à

intenção que a forma realiza por sua configuração, e não a algo que lhe esteja além ou aquém.

Contudo, como salienta Merleau-Ponty, não se trata de um simples retorno ao racionalismo. A negação da forma como *pura coisa* não é a defesa da forma como *pura ideia*, essência etérea. A forma se oferece por meio de um sentido, mas de um *sentido vivo*, de uma *realização empírica, sensível*, de uma *existência*.

O caráter indecomponível da forma implica dizer “que ela não ocupa lugar no espaço, que não existe como coisa, que é a ideia na qual se resume o que acontece em vários lugares. Essa unidade é a dos objetos percebidos” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 224-225). Trata-se do esvaziamento do “valor de verdade” do dado perceptivo, como realidade em si, sem com isso torná-lo uma ideia pura: “A forma é pois não uma realidade física, mas um objeto da percepção, sem o qual aliás, a ciência física não teria sentido, já que é construída em função dele e para coordená-lo” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 224).

O que se defende na perspectiva merleau-pontyana, portanto, é a consideração de um estado original da realização dos fenômenos, como, por exemplo, o comportamento, a percepção, a sexualidade ou a fala, no qual a separação do signo sensível e da significação é impossível, mesmo idealmente. Essa é a compreensão que anima em grande medida as críticas à reflexologia e ao behaviorismo, que apesar de indicarem o interesse pelo comportamento como objeto de estudo, o faziam tentando subsumi-lo ao modo de ser das coisas – decomposição em elementos reais, e concatenação por meio de relações pré-determinadas e lineares.

Dizer que o comportamento é forma significa dizer que ele é da ordem do percebido, do conhecido, ou seja, não pode ser compreendido como coisa, com todas as

implicações disso: não pode ser compreendido pela segmentação em elementos que se queiram mais reais ou anteriores que o conjunto, não pode ser compreendido em termos causais, não pode ser compreendido como determinado e acabado. O comportamento é uma unidade de sentido. Antes encerrado como manifestação pertinente à natureza, concatenação de elementos reais, com a noção de forma o comportamento passa a ser concebido como ideia. Mas a ideia, também na noção de forma, é entendida como significado que se realiza. O comportamento é, portanto, a realização de significados. O percebido aqui não quer dizer pura ideia. O percebido é a realização do sentido, empírica, experiencial, que se encontra na articulação, na “unidade melódica de meus comportamentos” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 91), ou, podemos dizer, no fluxo comportamental.

Em suma, o que Merleau-Ponty encontra na noção de forma é uma expressão por excelência da articulação entre o *transcendental* e a *concretude* do mundo e do sujeito, tomados como ambiguidade constitutiva a ser realizada no comportamento, e não como abordagens em disputa. Com a noção de forma, tomada em sua radicalidade, desenvolve-se “um novo gênero de análise” – um olhar sobre um “campo fenomenal”, como um convite a reencontrar “a experiência direta”. Isso porque ela “não nos põe em face da alternativa de uma filosofia que justapõe termos exteriormente associados e de uma outra filosofia que vê em todos os fenômenos as relações próprias do pensamento”, permitindo-nos “evitar as antíteses clássicas tanto na análise do ‘setor central’ do comportamento quanto na de suas manifestações visíveis” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 200).

O caminho traçado por Merleau-Ponty na elaboração dessa compreensão dos fenômenos se dá pelo aprofundamento progressivo na noção de forma, em suas

diferentes configurações: da forma física, do comportamento animal e, por fim, do comportamento humano. Desse modo, Merleau-Ponty dedica-se ao exame do modo de existência dessas formas, destacando a diversidade e distinção entre as diferentes ordens em que elas aparecem, bem como seus aspectos dominantes. O filósofo fala em três formas de comportamento: amovível, sincrética e simbólica; e em três ordens ou campos: físico, orgânico e humano. Por meio da discussão dessas noções Merleau-Ponty busca recuperar um “autêntico status filosófico ao conceito de forma”, isto é, “de uma parte um núcleo de significações, das quais apenas uma consciência pode ser a testemunha adequada, e de outra parte a existência contingente dessas significações em uma corporeidade viva” (Bimbenet, 2000, p. 27).

## **2.2 – O comportamento como forma**

Uma das principais implicações da perspectiva adotada por Merleau-Ponty a partir da noção de forma (*Gestalt*) é a reordenação de classificações e distinções a partir das quais o fenômeno comportamental era tomado. As classificações do comportamento como *elementar* ou *complexo*, por exemplo, recorrente na tradição do reflexo, é reorganizada em diferentes tipos de forma, pertinentes a distintos níveis de flexibilidade da estrutura: *formas sincréticas, amovíveis e simbólicas*. De modo semelhante, as dimensões física, orgânica e psíquica, muitas vezes entendidas como instâncias apartadas umas das outras, são reordenadas como *ordens* relacionadas, ainda que distintas e irreduzíveis, da manifestação dos fenômenos: *física, vital e humana*. Para Merleau-Ponty, a tomada do comportamento como objeto de estudo, a descrição de sua estrutura, serve justamente para atestar a existência dessas diferentes dimensões,

irredutíveis umas às outras, em uma relação não de sobreposição ou causalidade, mas de uma dialética entre conjuntos significativos.

### **2.2.1 – Formas do comportamento.**

Desenvolvendo a proposta de uma perspectiva dialética em lugar da explicação causal, Merleau-Ponty analisa e discute três tipos de formas do comportamento: amovíveis, sincréticas e simbólicas. Apresentando as *formas sincréticas*, o autor indica que essas condutas correspondem ao que comumente é chamado de “comportamento instintivo”. A estrutura desse tipo de comportamento estaria mais ligada às “leis biológicas do comportamento”: “uma resposta global que se dirige a situações vitais apenas análogas”, tomando as novas situações “como alusões às situações vitais que lhe são prescritas” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 163). Trata-se, portanto, de uma estrutura rígida, pouco sensível e adaptável às variações de seu entorno.

As *formas amovíveis* seriam, por sua vez, estruturas de comportamento mais mutáveis, flexíveis, e, portanto, menos dependentes “dos materiais nos quais se realizam” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 165). Nesse tipo de comportamento apresenta-se a possibilidade de aprendizagem, entendida não como uma simples transferência do funcionamento de um mesmo circuito pré-determinado (como queriam as teorias do reflexo condicionado), mas como modificação ou reordenação da estrutura até então vigente na realização da conduta. Entretanto, as formas amovíveis ainda apresentariam certa rigidez e limitação. Em termos de perspectiva, por exemplo, nas formas amovíveis o objeto seria sempre o ponto fixo, ao passo que o organismo seria sempre o ponto móvel, não havendo possibilidade de inversão desses papéis. Desse modo, o organismo é capaz de variar sua conduta, mas não de variar o significado do objeto na situação.

Cada coisa apresenta apenas uma função. Se a função muda, o objeto também muda. Assim, um animal, por exemplo, lida *ou* com um galho *ou* com um bastão; *ou* com uma caixa *ou* com um bloco no qual pode subir para alcançar algo suspenso no teto.

Por fim, as *formas simbólicas* seriam aquelas nas quais o organismo é capaz de “encontrar no objeto exterior, sob a diversidade de seus aspectos, uma invariante comparável à invariante imediatamente dada do corpo, e tratar reciprocamente seu próprio corpo como um objeto entre os objetos” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 185). As formas simbólicas do comportamento seriam, portanto, formas mais “abertas” ou “disponíveis” em seus sentidos. Esse tipo de forma comportaria uma espécie de comunicação interna entre os elementos envolvidos, um núcleo comum, em torno do qual todos giram – o significado.

Com as formas simbólicas, surge uma conduta que exprime o estímulo por si mesmo, que se abre para a verdade e para o valor próprios das coisas, que tende à adequação do significante e do significado, da intenção e daquilo a que ela visa. Aqui o comportamento não *tem* mais apenas um significado, *é* ele mesmo significado (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 192-193).

Merleau-Ponty busca garantir com a descrição das diferentes formas do comportamento a compreensão desse fenômeno como um processo dinâmico e relacional, como um campo de forças, que exprime as influências do ambiente e os estados do organismo. Esse processo direciona-se ao equilíbrio (homeostase), em um movimento que, na iteração com o meio, gera novas condições (novas forças), para um novo equilíbrio.

O estudo do comportamento, desse modo, orienta-se para a descrição de suas estruturas, que, a depender dos tipos de conduta, podem ser mais ou menos complexas,



mais ou menos articuladas ou ricas em “significação interior”, no qual se destacam configurações mais ou menos individualizadas, abstratas, ou ainda, essenciais. O desafio seria descrever os comportamentos ou as experiências “que se apresentam como originais *sem deformá-los* com uma interpretação intelectualista” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 175-176, destaque acrescido) ou empirista.

### **2.2.2 – Ordens de realização dos fenômenos.**

Merleau-Ponty apresenta as formas do comportamento como fenômenos incompreensíveis e irredutíveis ao modo de ser dos objetos, ao que se poderia chamar de ordem física. Na ordem física, encontrar-se-iam sistemas estruturados como “um conjunto de forças em estado de equilíbrio ou de mudança constante, tal que nenhuma lei seja formulável para cada parte isolada e que cada vetor seja determinado em grandeza e direção por todos os outros” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 213). Desse modo, uma forma física define-se pelo equilíbrio de um sistema “obtido a partir de certas condições exteriores dadas” (p. 227).

Diferentemente dos seres inanimados da ordem física, os fenômenos ligados à vida configurar-se-iam em modos distintos de doação, em uma ordem vital (primordialmente formas amovíveis e sincréticas) e uma ordem humana (primordialmente forma simbólica). As estruturas características dessas ordens trazem ao campo de relações com o mundo novas forças, novas condições, “necessidades interiores de um equilíbrio vital” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 230), participando da produção de si e do meio. Na ordem vital, afirma Merleau-Ponty (1942/2006), “o equilíbrio é obtido, não em relação a condições presentes e reais, mas a condições apenas virtuais que o próprio sistema faz surgir” (p. 227) de forma a expandir seus

limites e constituir para si “um meio próprio”. É nesse sentido que, como foi dito, compreende-se que o comportamento não se realiza em um “meio geométrico”, “ambiente geográfico”, independente e indiferente ao organismo, mas em um “ambiente comportamental”, configurado a partir da equilibração entre as forças apresentadas pelo mundo e pelo organismo.

A “originalidade das categorias vitais” não se encontra na postulação de uma substância distinta daquela da ordem física, como parecem propor tanto vitalismo quanto intelectualismo, nem no questionamento da lógica causal linear, já presente na física moderna, mas na noção de *significado*: “A unidade dos sistemas físicos é uma *unidade de correlação*, a dos organismos, uma *unidade de significado*” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 243).

Para Merleau-Ponty, mesmo no sistema físico as leis estabelecem os valores das forças em vigor “em função do estado imediatamente anterior”, ou “o valor do estado local em função de um estado total” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 242), ou seja, por meio de *correlações* entre essas forças ou estados. Já nessa ordem o pensamento analítico e mecânico se mostra insuficiente: “Somos obrigados a introduzir, na nossa imagem do mundo físico, totalidades parciais sem as quais não haveria leis e que são precisamente o que entendíamos por forma” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 216).

Com isso, Merleau-Ponty argumenta que, “na medida em que se remete a estruturas”, o conhecimento sobre fatos físicos “admite as categorias tradicionalmente reservadas para o conhecimento da vida e do espírito” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 206). O reconhecimento da diferença entre os tipos de fenômenos, físico e vital, não se dá, portanto, no âmbito de uma “filosofia da substância”, mas em uma “filosofia da forma”. O fenômeno vital não se trata da realização de uma natureza distinta da

natureza do fenômeno físico. Por isso ele é permeável a considerações de ordem física. Contudo, ao mesmo tempo, mostra-se arremido a uma completa redução a essa outra ordem, posto que diz respeito a um tipo distinto de estruturação, demandando uma compreensão em termos que lhe sejam próprios. É justamente isso que se busca alcançar com a indicação da necessidade de abordagem do comportamento como objeto de estudo em “sentido próprio”.

A “dialética vital” não é passível de tradução em termos de relações físico-químicas, nem pode ser “reduzida à condição de aparência antropomórfica” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 243). Um sistema vivo não admite, pois, “a divisão no espaço e no tempo” puramente físicos, objetivos; ou seja, não se exprime em correlações entre *local* e *total*, entre *antes* e *agora*, estanques, independentes ou linearmente ligadas. As descrições de fenômenos orgânicos exprimem uma relação de sentido, um significado: “A função nervosa não é localizável pontualmente, uma melodia cinética está inteiramente presente em seu início e os movimentos nos quais ela se realiza progressivamente só podem ser previstos em função do conjunto” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 242-243).

As unidades de ação dos organismos – o comportamento – irreduzíveis à decomposição em elementos físico-químicos, “se tornam um novo gênero de inteligência” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 243): “A coordenação pelas leis, como prática de pensamento físico, deixa nos fenômenos da vida um resíduo que é acessível a um outro gênero de coordenação: a coordenação pelo *sentido*” (p. 243). Nessa direção, “a ideia de *significado* permite conservar, sem a hipótese de uma força vital, a categoria vida” (p. 242).

Vale ressaltar aqui novamente que, para Merleau-Ponty, a passagem da ordem física para a ordem vital não implica a negação da objetividade em nome da ação de uma força *supra* ou *sobre-natural*, *meta-física*. Nessa perspectiva, “a biologia e a psicologia não deveriam, por princípio, se isentar da análise matemática e da explicação causal” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 206). Apenas não podem limitar a compreensão de seus fenômenos de interesse a essa abordagem. Na ordem vital também se encontram “relações objetivas”, porém “de um novo gênero” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 242). Esse “novo gênero de intelecção”, essa compreensão de que é a noção de “significado” que permite pensar o comportamento, implica uma mudança em relação ao conhecimento. Nesse argumento encontramos a afirmação do primado do mundo percebido sobre o mundo objetivo da ciência (indicado anteriormente na crítica ao “preconceito do mundo objetivo”): “O significado e o valor dos processos vitais, que a ciência, como vimos, é obrigada a considerar, são atributos do organismo *percebido*” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 243). Porém, ressalta Merleau-Ponty, isso não quer dizer que o “organismo percebido” é algo independente, ou mesmo indiferente, ao organismo do qual fala a ciência. Trata-se apenas de não inverter a lógica tal como faz o pensamento cientificista. É a partir do que é identificado e compreendido do organismo percebido que se desenvolvem as análises e explorações científicas. O significado, o sentido, são atributos do organismo percebido,

mas não são, por isso, denominações extrínsecas com relação ao organismo verdadeiro, pois o organismo verdadeiro, aquele que a ciência considera, é a totalidade concreta do organismo percebido, portador de todas as correlações que a análise descobre e não decomponível nelas. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 243)

A mesma defesa da irredutibilidade que marca a apresentação e discussão das ordens física e vital estende-se também para a relação entre a ordem vital e o que Merleau-Ponty chama de “ordem humana” ou “psíquica”. Nessa perspectiva, a compreensão dos comportamentos de um ser humano não se dará pela descrição desses fenômenos em uma ordem vital. Para o autor, a conduta humana se apresenta, já à partida, organizada de outra forma, em outra estrutura, que comporta estruturas das ordens vital e física, mas reestruturadas em uma nova configuração qualitativamente distinta:

o trabalho<sup>5</sup> humano inaugura uma terceira dialética, já que projeta entre o homem e os estímulos físico-químicos ‘objetos de uso’ (*Gebrauchsobjekte*) – as roupas, a mesa, o jardim –, ‘objetos culturais’ – o livro, o instrumento de música, a linguagem – que constituem o meio próprio do homem e fazem emergir novos ciclos de comportamento. . . . Assim como nos pareceu impossível reduzir os correlatos situação vital/reação instintiva aos correlatos estímulo/reflexo, será igualmente necessário, sem dúvida, reconhecer a originalidade dos correlatos situação percebida/trabalho. (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 252-253)

Nessa perspectiva, a abordagem do comportamento humano não pode ser desenvolvida a partir de um ponto de vista puramente biológico. Como exemplo, Merleau-Ponty critica a adoção de um “instinto de conservação” para explicar as ações humanas. Segundo ele, é “impossível tratar a ação humana como uma outra solução para os problemas que o instinto resolve: se os problemas fossem *os mesmos*, as

---

<sup>5</sup> Sobre o uso desse conceito, Merleau-Ponty comenta: “termo hegeliano ‘trabalho’, que designa o conjunto de atividades através das quais o homem transforma a natureza física e viva” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 253).

soluções seriam idênticas” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 270). A vida não tem o mesmo sentido para o humano e para o animal, ou mesmo para os diferentes animais.

Os atos da “dialética humana”, tal como da “dialética vital”, também se ordenam por relações de significado. Entretanto, diferentemente dos fenômenos da ordem vital, desenrolam-se de modo a revelar o que Merleau-Ponty define como uma “atitude categorial”: a “capacidade de orientar-se com relação ao possível, ao mediato, e não com relação a um meio limitado” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 274).

Ainda, para o autor, a força que caracteriza a ordem humana é um certo princípio de transgressão. A definição do humano não se encontra, portanto, na “capacidade de criar uma segunda natureza . . . para além da natureza biológica”, mas na capacidade de superar as estruturas dadas, “de superar as estruturas criadas para criar outras” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.272), ou ainda, na capacidade de lidar com mais de uma função para “uma mesma *coisa*”. Essa é, pois, a essência da forma simbólica do comportamento.

Decorre desses argumentos uma tese bastante desafiadora: para Merleau-Ponty “O homem não é um animal racional”, pois “O homem nunca pode ser um animal: sua vida é sempre mais ou menos integrada que a de um animal” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.282). A racionalidade existe como dimensão da ordem humana. Não há um ser bestial, com seus instintos e comportamentos animais, que é mais ou menos subjulgado por um espírito racional. Tanto a animalidade quanto a racionalidade (ou o espírito, o juízo) no humano compõem a mesma estrutura, não como partes isoladas a serem combinadas, mas como formas, funções ou sentidos distintos de uma mesma ordem.

O aparecimento do psiquismo, portanto, não representa uma soma ao corpo, um acoplamento de estruturas simbólicas a estruturas amovíveis e sincréticas, mais próprias da ordem vital, mas uma reestruturação em uma nova ordem, humana, que não é indiferente às ordens anteriores (vital e física), mas que tampouco pode ser reduzida a qualquer uma delas. Novamente, essa compreensão é garantida pela distinção entre físico, vital e psíquico (simbólico ou humano) como uma “oposição funcional’ que não pode ser transformada em ‘oposição substancial’” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp.281-282).

Longe de configurarem-se como três instâncias compostas por diferentes tipos de substâncias, distintas e estranhas umas às outras, as ordens configuram-se como “três setores de um mesmo campo” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.293). Tratam-se de três dialéticas, cuja relação apresenta um duplo aspecto: ao mesmo tempo que a ordem superior se funda na ordem inferior, a ordem superior também representa uma libertação dos limites presentes na ordem inferior. Uma ordem, portanto, não pode ser reduzida à outra, nem entendida como um crescente de complexidade formado por soma, ou ainda como produto da anterior. “A relação de cada ordem à ordem superior é do parcial ao total. . . . O advento das ordens superiores, à medida que se realiza, suprime como autônomas as ordens inferiores e dá aos processos que as constituem um novo significado” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.280).

Seguindo essa compreensão, a ação não é um simples meio para um fim, mas uma relação com o mundo, em que meios e fins participam da constituição uns dos outros: “A análise dos fins da ação e de seus meios é substituída pela de seu sentido imanente e de sua estrutura interior” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.270). Nessa mesma perspectiva, o corpo não é o “braço mecânico” de uma inteligência usado para alcançar

um objeto que lhe é inteiramente estranho, ou um objeto físico a ser animado por um sopro de vida. A partir do momento que se configura como corpo vivo, ou ainda, como corpo humano, ele supera a ordem física e vital (no caso do corpo humano), tornando-se irreduzível a elas, pois se apresenta como fenômeno de outra ordem. Trata-se não mais de um corpo físico, ou de um corpo-animal, mas de um corpo-consciente, que não deixa de ser físico e orgânico, mas que não se limita às formas de existência dessas ordens.

Por outro lado, encontrar significação psíquica nos acontecimentos corporais, de modo a excluir o pensamento causal, não significa considerar o corpo como um “invólucro transparente do Espírito”. A “dialética não pode ser concebida fora das situações concretas em que se encarna” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.282). Assim, o corpo não é a máquina, os instintos não são o motor, o psiquismo, a racionalidade, ou o espírito, não é volante. “Não agimos apenas com o espírito. O espírito não é nada ou é uma transformação real e não ideal do homem” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.282). O psiquismo não é uma nova espécie de ser, que repousa em si mesma, mas uma nova unidade, uma nova forma, sustentada nas estruturas anteriores.

A descrição dos diferentes tipos de estrutura do comportamento (amovível, sincrética e simbólica) serve a demonstrar a irreduzibilidade de uma ordem à outra, atestando a existência e a convivência dessas diferentes dimensões, em relação não de sobreposição ou causalidade entre substâncias, mas de dialética entre conjuntos significativos:

Quando descrevíamos as estruturas do comportamento, era exatamente para mostrar que são irreduzíveis à dialética do estímulo físico e da contração muscular, e que nesse sentido o comportamento, longe de ser uma coisa que existe em si, é um conjunto significativo para uma consciência que o considera;



mas era ao mesmo tempo e reciprocamente para mostrar na ‘conduta da expressão’ o *espetáculo de uma consciência* sob nosso olhar, o de um espírito que *vem ao mundo*. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p.323)

Na ordem humana, a relação da consciência com a natureza se aprofunda, de modo a revelar um quadro em que a consciência não se relaciona com uma natureza que lhe é dada apenas como objetos de conhecimento, mas com uma natureza *que ela própria é*. A questão da relação entre natureza e consciência encontra seu ponto crucial, alcançado, como argumenta Bimbenet (2000), a partir da “investigação crítica empreendida ao longo da noção de comportamento, e realizada graças ao conceito de forma” (p. 27).

Tomada dessa maneira, numa formulação em que o comportamento seja compreendido como “uma relação que não seja nem redução da forma ao conteúdo, nem subsunção do conteúdo a uma forma autônoma” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 177), a descrição do comportamento apresenta-se como um legítimo retorno ao fenômeno, o encontro com uma “camada fundamental”, como prescrito pela tradição fenomenológica. Não se está mais lidando com elementos apartados, estranhos entre si, mas processos solidários, cuja existência se realiza na concatenação com os demais em uma estrutura que se determina enquanto se realiza. Não há, portanto, um mundo de objetos, hermeticamente fechado em si, independente e suficiente; ou uma consciência cuja vida e desenvolvimento acontece apenas por e para suas próprias razões; nem um corpo arlequino que encerra, por algum princípio misterioso, a capacidade de servir a esses dois senhores.

A consciência só existe como direcionamento ao mundo, que por sua vez só existe em sua abertura a uma consciência. É isso que caracteriza a noção de

intencionalidade, e que, aplicada ao comportamento, faz dele “um conjunto já pleno de um sentido irreduzível: não sensações lacunares, entre as quais deveriam encravar-se recordações, mas a fisionomia, a estrutura da paisagem ou da palavra, espontaneamente conforme as intenções do momento” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 47).

### **2.3 – Comportamento, intencionalidade, consciência e sentido**

A partir das discussões desenvolvidas, encontramos que a compreensão do comportamento apresentada por Merleau-Ponty implica em uma mudança da concepção clássica (racionalista) da consciência e do sentido. Trata-se de superar a compreensão da consciência como essência conhecedora, “atividade mental” ou ainda, “conhecimento de si”, e do sentido como seu produto.

Tomado a partir da noção de intencionalidade, o sentido passa a ser compreendido como condição existencial tanto da consciência quanto do mundo: “Porque estamos no mundo, estamos *condenados ao sentido*, e não podemos fazer nada nem dizer nada que não adquira um nome na história” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 18). É nessa direção que Merleau-Ponty afirma que a revisão proposta sobre a consciência nos termos desenvolvidos, a partir da noção de comportamento como forma, “Não se trata de uma conversão irracional”, mas “de uma análise intencional” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 92).

No desenvolvimento da compreensão do comportamento como fenômeno dotado de significação, Merleau-Ponty recorre constantemente à noção de intencionalidade. Conhecida e propagada como “descoberta principal da fenomenologia”, Merleau-Ponty afirma que não se pode compreender efetivamente essa noção considerando-se apenas a tão celebrada fórmula: “Toda consciência é consciência

de algo”. De fato, para Merleau-Ponty, essa não seria uma novidade trazida pela fenomenologia, pois isso já estaria presente nas filosofias de Descartes e Kant. A verdadeira contribuição da reflexão fenomenológica seria de que, ao elaborar essa compreensão de intencionalidade, acaba por encontrar outra mais profunda, a “que outros chamaram de existência” – uma ligação primordial com o mundo. É justamente nesse ponto que se encontra a dialética da relação entre natureza e consciência: “dirigindo-me para um mundo, esmago minhas intenções perceptivas e minhas *intenções práticas* em objetos que finalmente me aparecem como anteriores e exteriores a elas, e que todavia só existem para mim enquanto suscitam pensamentos e vontades em mim” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 122, destaque acrescido). É essa dialética que a noção de comportamento como forma expressa.

Os comportamentos existem apenas pelo seu sentido – um tipo de ligação, de unidade dos fenômenos, que é própria de toda vida intencional. Vida intencional essa que não é um objeto de intelecção, como uma representação, mas uma ligação constitutiva inclusive da possibilidade de intelecção. A unidade do mundo não é “posta pelo conhecimento” ou instaurada pela ação do organismo, mas “vívda como já feita ou já dada” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 15). O entendimento não tem mais, portanto, essa função de coordenação dos elementos individuais. De fato, argumenta Merleau-Ponty, trata-se não de uma “intencionalidade de ato”, característica de nossos juízos e tomadas de posição voluntárias, mas de uma “intencionalidade operante”:

aquela que forma a unidade natural e antepredicativa do mundo e de nossa vida, que aparece em nossos desejos, nossas avaliações, nossa paisagem, mais claramente do que no conhecimento objetivo, e fornece o texto do qual nossos

conhecimentos procuram ser a tradução em linguagem exata. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 16)

Alcança-se com isso, para Merleau-Ponty (1945/1994), uma “noção de intencionalidade ampliada” (p. 16), que proporciona à fenomenologia distinguir a compreensão da intelecção. Compreender fenomenologicamente é “reapoderar-se da intenção total” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 16). E isso, como dito, não significa tomar “as propriedades da coisa percebida”, de uma representação (ou vestígios históricos, ou ideias introduzidas), mas sim buscar “a maneira única de existir que se exprime nas propriedades” (p. 16) das coisas, dos fatos, das ideias.

O que se opera a partir da compreensão intencional do sentido é a ampliação do escopo da relação de direcionamento relativo à consciência: “O desejo poderia se reportar ao objeto desejado, o querer ao objeto querido, o temor ao objeto temido, sem que essa referência, mesmo que nunca deixe de implicar um núcleo cognitivo, se reduza à relação da representação ao representado” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 268-269). Para Merleau-Ponty, o que é preciso destacar é que a ação cognitiva não é a única nem a mais fundamental ação da consciência. A consciência liga-se ao mundo muito antes de se poder dizer que representa os objetos ou exerce juízos. E uma das formas mais comuns e pertinentes de se falar dessa ligação é por meio da noção de comportamento. Enquanto fenômeno intencional, ele não se dirige à verdade racional, ao mundo verdadeiro, mas à facticidade do mundo vivido. É justamente isso que garante que a intencionalidade, e mesmo a noção de consciência encaminhada nessa perspectiva, não tenham caráter intelectualista, ou sejam, não demandem que a efetividade da relação entre o organismo e o mundo seja mediatizada por um processamento racional: “mesmo

ignorado por nós, o verdadeiro significado de nossa vida não deixa de ser sua lei eficaz” (Merleau-Ponty, 1942/2006, pp. 339-340).

O pensamento dicotômico, tanto no intelectualismo quanto no empirismo, separava movimento e sentido, ação e consciência. Já a compreensão do comportamento como forma preconiza que não há *ou* movimento *ou* sentido – há movimento *com* sentido. O comportamento é movimento concreto, de um corpo, de um sistema fisiológico, cujo funcionamento é o sentido. Desse modo, não há movimento autômato *ou* consciência; há sempre movimento *com* consciência, *juntos*, pois sempre há um direcionamento, uma intenção.

A ampliação promovida por essa compreensão refere-se à superação da “relação inteiramente exterior” entre “meios” e “fins”. Para uma consciência que se define como a posse de representações, a consciência de um ato se resume à representação do objeto visado e, no máximo, dos movimentos corporais executados. Como representações distintas, objeto e movimentos estão apartados, como fim e meio para esse fim.

Mas, se, como acabamos de dizer, a consciência representativa é apenas uma das formas da consciência e se esta se define mais geralmente pela referência a um objeto – seja este querido, desejado, amado ou representado –, os movimentos sentidos vinculam-se entre si por uma intenção prática que os anima, que faz deles uma melodia orientada, e torna-se impossível distinguir, como elementos separáveis, o fim e os meios. (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 270)

Desse ponto de vista, a ação não é um simples meio para um fim. A consciência é referência ao mundo, a ação, relação com o mundo, de modo que “meios” e “fins” participam da constituição uns dos outros: “A análise dos fins da ação e de seus meios é

substituída pela de seu sentido imanente e de sua estrutura interior” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 270).

Vale ressaltar, novamente, que por “estrutura interior”, entende-se não uma essência interior em oposição a uma realidade exterior, mas a configuração da ação como dotada de sentido próprio. Não há, portanto, como localizar a distinção entre o movimento concreto e o abstrato em uma distinção entre natureza e consciência. A distinção entre os movimentos só tem lugar em uma dimensão propriamente comportamental. Mas em uma noção de comportamento já “alargada”, envolvendo não apenas movimento, mas uma coordenação que envolve também sensação, percepção, intelecção, afetividade, que antes eram apartadas e atribuídas a outros âmbitos: “não há uma percepção seguida de um movimento, a percepção e o movimento formam um sistema que se modifica como um todo” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 160). É preciso aceitar que as flexões de um braço à altura da cabeça não começam como movimentos abstratos, mas como acenos. Em um segundo momento, podem ser executadas como “flexões apenas”, mas esse descolamento, abstrato, virtual, só é possível pela constituição da base concreta.

No funcionamento normal, movimento e consciência de movimento se dão juntos, inseparavelmente – “todo movimento tem um *fundo*, . . . o movimento e seu fundo são ‘momentos de uma totalidade única’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 159). Esse fundo não é uma representação a ser acoplada, mas algo imanente, que se desenrola com o movimento. A diferença entre o movimento abstrato (fora de uma ação habitual) e o movimento concreto é justamente o fundo de cada um deles, e não a participação ou não de uma consciência.

Encontramos, nessa direção, os argumentos de Merleau-Ponty com respeito à relação entre expressão e pensamento. Equiparando a fala ao comportamento (“gesto linguístico”), Merleau-Ponty vê na comunicação mais um exemplo de que entre o pensamento e a expressão não há relação de anterioridade – eles se constituem simultaneamente. O sentido da fala é encontrado da mesma forma que o sentido do gesto: em sua realização.

A imanência e a transcendência do sentido não estão mais restritos à consciência intelectualizada. O comportamento realiza a significação, pertinente à consciência, em sua intencionalidade constitutiva. Nesse movimento, transcendente e imanente, ele cria significações que o encaminham para além de si, como fenômeno puramente físico, localizado no tempo e no espaço:

Os comportamentos criam significações que são transcendentem em relação ao dispositivo anatômico e, todavia imanentes ao comportamento enquanto tal, já que este se ensina e se compreende. Não se pode fazer economia desta potência irracional que cria significações e que as comunica. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 257)

Nessa direção, Merleau-Ponty afirma que tanto o intelectualismo quanto o empirismo são ultrapassados e dissolvidos pela simples observação de que os comportamentos têm um sentido. Analisando criticamente essas propostas, Merleau-Ponty argumenta que ao empirismo faltava uma conexão interna entre objeto e ato; ao intelectualismo faltava a contingência, a diferenciação do se ligar a um e não a outro:

No primeiro caso, a consciência é muito pobre; no segundo, é rica demais para que algum fenômeno possa *solicitá-la*. O empirismo não vê que precisamos saber o que procuramos, sem o que não o procuraríamos, e o intelectualismo não

vê que precisamos ignorar o que procuramos, sem o que, novamente, não o procuraríamos. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 56)

Em suma, as discussões sobre as noções de comportamento e consciência apontam a insuficiência da clivagem que afasta uma da outra – a consciência como “posse de um objeto de pensamento ou pela transparência para si mesma, e a ação, por uma série de acontecimentos exteriores entre si” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 255). Alternativamente, a proposta merleau-pontyana defende o reconhecimento da inextricabilidade da relação do comportamento com o mundo como uma estruturação com sentido. Ainda, tendo em vista as distinções entre as formas de comportamento, encontra-se o comportamento humano como uma forma de ação implicada com uma determinada estruturação de sentido, uma determinada forma de consciência, o que acarreta no reconhecimento da irredutibilidade entre a ordem vital e a ordem humana, indicando a impossibilidade de uma compreensão “organicista” ou “naturalista” da consciência humana. Dito de outro modo, se comportamento e consciência estão vinculados à partida, não há como considerar o comportamento apartado da consciência, ou seja, sem um sentido que o inspire já de saída. Tampouco se pode compreender as ações humanas como condutas vitais às quais se acopla uma outra ordem de fenômenos. O caráter simbólico, categorial, é constitutivo do modo de ser humano, ou seja, de seu modo de comportar-se.

#### **2.4 – Comportamento e existência**

As discussões das noções de comportamento, consciência e intencionalidade encaminham a compreensão da proposta merleau-pontyana para uma filosofia da existência. A defesa de que sua crítica ao empirismo não implica em um



encaminhamento (ou retorno) ao intelectualismo encontra aqui sua expressão positiva: por meio de uma compreensão existencial, “superar a alternativa do realismo e do ceticismo associando, segundo os termos de Kant, um idealismo transcendental e um realismo empírico” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 306).

Em sua análise crítica aos pressupostos cientificistas, Merleau-Ponty reconhece uma aproximação com propostas filosóficas de inspiração criticista. Contudo, logo de saída ressalta que essa aproximação não é uma relação de identidade ou de “simples homonímia”. A principal marca de distinção seria justamente a consideração de que a essência depende, ou melhor, vem em conjunto com a existência: “Retornar à existência como ao meio no qual se compreende a comunicação entre o corpo e o espírito não é . . . uma restauração do espiritualismo” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 221).

Ainda que o sentido (significação) seja distinto das coisas do mundo, do corpo dos organismos, o é como forma distinta de *existência*. Ainda que se queira considerá-lo como sem lugar no tempo e no espaço objetivos, ele “não está sem lugar no mundo fenomenológico” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 9). O mundo outrora coisificado (soma de coisas e relações causais) aparece “em mim” como horizonte de todo sentido (ou significado), “como uma dimensão em relação à qual não deixo de me situar” (p. 9). Desse modo, “o verdadeiro *Cogito*” não deveria definir a existência, minha e do mundo, como “pensamento de mim” ou pela “significação do mundo”. Ao contrário, deve reconhecer-se como pensamento próprio (tal como o corpo-próprio, para o corpo) como “um fato inalienável”, eliminando “qualquer espécie de idealismo revelando-me como ‘ser no mundo’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 9).

Compreender a relação entre consciência e natureza, alma e corpo, como dialética, que se realiza no comportamento (tomado como forma), implica em

considerar não “uma relação entre pensamentos contraditórios e inseparáveis”, mas “a tensão de uma existência em direção a uma outra existência que a nega e sem a qual, todavia, ela não se sustenta” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 232).

As reflexões sobre corpo vivo, corpo que se comporta, são emblemáticas para a proposta merleau-pontyana justamente por vislumbrarem nesse corpo vivo – “corpo próprio” – o “nó entre a essência e a existência” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 204). Nessa perspectiva, dizer que “o corpo exprime as modalidades da existência” não se trata de equiparar essa expressão ao significado de quando dizemos que “um número designa uma casa”. O corpo que se comporta, se entendido como signo, “não indica apenas sua significação, ele é habitado por ela; de certa maneira, ele é aquilo que significa” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 222). Não se trata de traduzir, ou ainda, de emular uma ideia, um ato de consciência, mas de fazer com que ela habite, com que ela seja uma forma de ser do corpo. “A doente não imita com seu corpo um drama que se passaria ‘em sua consciência’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 223). Busca-se aqui afastar da noção de “expressão” o sentido de manifestação exterior de algo interior.

A *existência corporal* funda a possibilidade do ser no mundo, como estabelecimento do primeiro pacto: “a existência pessoal é a retomada e a manifestação de um dado ser em situação” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 229). Essa existência é uma “operação primordial de significação”, uma relação em que expressão e expresso implicam-se mutuamente em termos de condição de existência: “o corpo é ‘a forma escondida do ser próprio’” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 229).

Não se pode entender a relação entre corpo-existência, como um tipo de relação expressão-expresso, como uma relação de mão única “que existe entre o texto original e a tradução” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 229). Nenhuma dessas instâncias pode

assumir separada e isoladamente a função de essência do humano, uma vez que uma pressupõe a outra: “o corpo é a existência imobilizada ou generalizada, e a existência uma encarnação perpétua” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 230).

A busca primordial dessa reflexão a partir do aprofundamento dessas noções é compreender “nosso engajamento efetivo no mundo”. Mas é justamente isso que nos remete, afirma Merleau-Ponty, à consideração das essências. O ponto, porém, é que isso não significa tomá-las como objeto. As essências são, para o trabalho fenomenológico proposto por Merleau-Ponty, um meio, e não uma meta.

As essências configuram como instrumental para a reflexão pelo fato de que nossa existência no mundo se dá de maneira demasiado próxima. Para compreender nosso “lançar-se” ao mundo precisamos do distanciamento que as essências proporcionam: “ela [nossa existência] precisa do campo da idealidade para conhecer e conquistar sua facticidade” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 12).

Buscar a essência do comportamento, não é, portanto, “fugir da existência no universo das coisas ditas” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 13); é buscar reencontrar a presença efetiva dos sentidos expressos. Do mesmo modo, buscar a essência do mundo não é buscar uma ideia de mundo, mas o fato, aquilo que é antes de qualquer tematização. É nesse sentido que Merleau-Ponty argumenta ser uma “análise existencial” aquilo que permite ultrapassar “as alternativas clássicas entre o empirismo e o intelectualismo, entre explicação e reflexão” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 190), pois é na existência que se encontra a unidade entre esses termos.

A tradição cartesiana que perpetuou a separação entre sujeito e objeto, aplicando-a também à consideração da alma e do corpo, “definindo o corpo como uma soma de partes sem interior, e a alma um ser inteiramente presente a si mesmo, sem

distância” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 268) acabou por limitar também o entendimento do termo existir: “existe-se como coisa ou existe-se como consciência” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 268). Tal como indicado, é justamente contra essa compreensão binária que se levanta a noção de comportamento – ela revela uma *existência ambígua*, aquilo que possibilita junção do psíquico e do fisiológico:

O que nos permite tornar a ligar o ‘fisiológico’ e o ‘psíquico’ um ao outro é o fato de que, reintegrados à existência, eles não se distinguem mais como a ordem do em si e a do para si, e de que são ambos orientados para um polo intencional ou para um mundo. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 129)

Nessa dialética, em sentido existencial, e não tético, psíquico e fisiológico mantém-se em uma imbricada relação de troca. Um sempre carrega “comentários” do outro, de modo a impedir uma definição completa de qualquer processo ou distúrbio como exclusivamente psíquico *ou* somático:

A união entre a alma e o corpo não é selada por um decreto arbitrário entre dois termos exteriores, um objeto, outro sujeito. Ela se realiza a cada instante no movimento da existência. Foi a existência que encontramos no corpo aproximando-nos dele por uma primeira via de acesso, a da fisiologia. É-nos permitido então cortejar e precisar este primeiro resultado interrogando agora a existência sobre ela mesma, quer dizer, dirigindo-nos à psicologia. (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 131).

As noções exploradas por Merleau-Ponty, e que acompanham nossa discussão acerca da compreensão da noção de comportamento expressa em suas primeiras obras, pulsam todas no mesmo sentido, de uma natureza que se atira em direção ao horizonte, aberto, indeterminado, mas em um movimento de retomada infinda das estruturas

corporais e temporais anteriores – o sentido da existência. Trata-se de uma contradição, reconhece, Merleau-Ponty, do lançar-se e retomar-se. Mas é justamente essa dialética da existência, “dialética entre a forma e o conteúdo . . . retomada perpétua do fato e do acaso por uma razão que não existe antes dele e nem sem ele” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 179) que precisa ser descrita como meio em que os fenômenos como o comportamento, constitutivamente ambíguos e indeterminados, podem ser concebidos.

Assim, em todos os diferentes níveis, do físico ao simbólico, o que encontramos é essa “junção”, inextricável, de ideia e existência. É essa a lição que nos parece cara para rever a compreensão de comportamento. Ele não é pura coisa – soma de fragmentos independentes, conjunto de processos determinados por leis externas. Mas tampouco é o invólucro transparente de uma consciência que é pura reflexão e comando racional. Não é, portanto, a expressão de uma consciência, “um ser cuja essência é conhecer”, mas a realização de uma forma de “tratar o mundo, de ‘ser no mundo’ ou de ‘existir’” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 197). É a expressão de um ser cuja essência é existir. O comportamento, tanto meu quanto do outro, exprimem, “uma certa maneira de existir antes de significar uma certa maneira de pensar” (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 342).

## **PARTE II – CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO E COMPORTAMENTALISMO RADICAL: SKINNER E A NOÇÃO DE COMPORTAMENTO**

Partindo das análises merleau-pontyanas relativas à noção de comportamento, encontramos a indicação de alguns aspectos que impediriam o pleno desenvolvimento da construção de uma abordagem psicológica fundamentada em um campo comportamental propriamente dito: o comprometimento com o realismo; a pretensão de primazia do discurso científico construído com base na ordem físico-fisiológica; a perspectiva analítica e atomista; o modo de explicação causal; a negação do sentido como aspecto constituinte dos fenômenos. Encaminhada com base nesses aspectos, a noção de comportamento desenvolvida pelas propostas de psicologia científica figurava como um “comportamento-coisa”, perspectiva essa que, como discute Merleau-Ponty, mostra-se insuficiente para explicar os fenômenos observados na experiência, inclusive daqueles apresentados nas próprias pesquisas científicas. Desse modo, a análise do texto skinneriano que se segue buscou identificar e discutir a presença e implicações desses aspectos na formulação e desenvolvimento da noção de comportamento na proposta comportamentalista radical.

Além das críticas, contudo, o estudo das obras iniciais de Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994) também teve o propósito de encontrar o desenvolvimento de uma proposta alternativa, na qual a noção de comportamento pudesse sustentar a consolidação de um campo comportamental em sentido próprio. Como discutido, essa proposta fundamenta-se na noção de forma, e tem como seus aspectos mais relevantes: a primazia da configuração do conjunto sobre identificação dos elementos; a

inextricabilidade entre materialidade e sentido; o reconhecimento da primazia do campo e descrição fenomênica; a compreensão estruturalista das diferentes ordens de realização dos fenômenos e formas do comportamento, irreduzíveis umas às outras, mas ao mesmo tempo intimamente implicadas; a ambiguidade e indeterminação como características constitutivas. Nesse sentido, a leitura do texto skinneriano foi encaminhada de modo a também apontar e discutir a presença desses aspectos, que aproximam a ciência do comportamento, proposta por Skinner, de uma abordagem do campo psicológico como campo comportamental, tal como preconizado por Merleau-Ponty.

Na tarefa de tomar o comportamentalismo skinneriano, em lugar do watsoniano, no diálogo com as análises críticas de Merleau-Ponty, enfrentamos ao menos duas dificuldades que merecem atenção especial. Uma delas trata-se do fato de que os dois autores em questão escrevem de lugares distintos. Skinner é primordialmente um cientista que, ao elaborar e apresentar uma proposta de estudo científico do comportamento, acaba por desenvolver uma filosofia dessa ciência. Já Merleau-Ponty é um filósofo que busca compreender a relação entre consciência e natureza, de modo a evidenciar “a gênese do ser para nós” (Merleau-Ponty, 1994/1945, p. 213), encontrando na ciência uma importante fonte de material para a discussão do tema. Nesse sentido, Merleau-Ponty entende que o aprofundamento do saber científico caminha não para a superação e abandono da filosofia, mas, ao contrário, aumenta a demanda por uma elucidação filosófica das interpretações dos dados que vão sendo elaboradas. A crítica merleau-pontyana não é, portanto, à investigação empírica, mas à forma como os dados são interpretados – em muitos casos os cientistas não perceberiam que seus dados

direcionam as investigações para compreensões distintas da do determinismo mecanicista<sup>6</sup>, por exemplo.

De um lado, encontramos na proposição de um debate entre esses autores mais um exemplo do caráter e indissociável da relação entre ciência e filosofia. Por outro, é preciso estar atento quando os argumentos e indicações destinam-se especificamente a um ou outro campo, de modo a evitar super ou subestimações em relação a críticas e distanciamentos, ou a potencialidades e aproximações.

Como indicado anteriormente, a proposta de Merleau-Ponty para a relação entre ciência e filosofia é de que esses campos do conhecimento devem auxiliar um ao outro na solução dos problemas enfrentados por cada um. Alinhada a fenomenologia, a obra de Merleau-Ponty ocupa-se com a definição de essências, com as condições de possibilidade dos fenômenos, ou seja, daquilo que aparece e que se oferece, entre outras coisas, a investigação científica. Nesse ponto, outras duas questões relevantes se colocam. Por um lado, as ciências erram ao se pretenderem, muitas vezes implicitamente, como saber primordial, como discurso sobre a realidade do mundo. Esse papel cabe justamente à fenomenologia, enquanto “filosofia transcendental”, cujo trabalho concentra-se em descrever, e não explicar ou analisar, funções, essas últimas, da ciência.

Por outro lado, as essências visadas pela fenomenologia merleau-pontyana se dão no nível empírico dos fatos, e não na idealidade. Tratam-se de “essências experimentadas”. Desse modo, a ciência aparece como importante fonte à reflexão filosófica, ao oferecer uma perspectiva especialmente organizada a partir da exploração da variação de elementos concretos das situações.

---

<sup>6</sup> Alguns exemplos explícitos desse tipo de crítica podem ser encontrados em relação a Watson (Merleau-Ponty, 1942/2006, p. 4), a Freud (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 219) e a Einstein (Merleau-Ponty, 1964, p. 35).



Assim, sem passar pela ciência, a filosofia corre sérios riscos de perder-se no idealismo, de supor em sua própria atividade reflexiva as condições dos fenômenos. Como comenta Ramos (2009), o que se observa nas considerações de Merleau-Ponty sobre essa questão é

um movimento típico de uma filosofia que insiste em afirmar que aquilo que incita o pensamento vem de fora da filosofia, o que é uma maneira de destituir a soberania de um sujeito cuja reflexão dispensaria o que lhe é exterior. (p. 21)

Já a ciência, por sua vez, não pode furtar-se de sua relação com a filosofia, visto que, cedo ou tarde, como comenta Merleau-Ponty (1973), encontra-se com a necessidade de esclarecer a *intuição de essência* que a inspira. É sobre esse aspecto da relação filosofia-ciência que pretendemos centrar nossa análise.

Como argumenta Hidalgo (2017), para Merleau-Ponty, “todo exame de dados será inócuo se não for orientado por uma visão essencial do campo de realidade a ser explorado” (p. 164). Desse modo, a explicação que uma ciência como a psicologia poderia oferecer não é uma descoberta, mas uma construção: “ela nunca é dada como fato”, ou passível de ser alcançada pelo “simples recenseamento de fatos”; ela “é sempre uma interpretação provável” (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 165). E para que essa interpretação seja possível, o trabalho científico conta como uma intuição de essência, ou seja, “uma significação que o universaliza. Nesse sentido, uma lei científica não decorre de um processo de generalização elaborado sobre uma coleção de fatos dados, mas, ao contrário, ela própria institui o fato empírico do qual ela trata” (Hidalgo, 2017, p. 165).

As aproximações de Merleau-Ponty à ciência do comportamento skinneriana que nos interessam aqui são particularmente aquelas sobre a intuição de essência na qual

essa ciência se baseia, ou seja, o fenômeno central que está pressuposto nas variáveis a serem consideradas na elaboração da explicação desse fenômeno (Merleau-Ponty, 1945/1994, p. 170). Interessa-nos, portanto, o debate com os argumentos que permitem elaborar uma interpretação sobre a intuição de essência da noção de comportamento.

É lugar comum a alegação de que Skinner apresentou não apenas a proposta de uma ciência do comportamento, mas também enunciou e desenvolveu os aspectos filosóficos dessa abordagem – o behaviorismo radical (e.g. Skinner, 1974/1976). Ao apresentar algumas características do trabalho científico, Skinner (1953/1965) afirma que

A ciência não se ocupa apenas com ‘coletar os fatos’. . . . A ciência oferece sua própria sabedoria. Ela leva a uma nova concepção do objeto de estudo, *uma nova maneira de pensar sobre essa parte do mundo à qual ela se endereça*. (p. 6, destaque acrescido)

Nesse sentido, a defesa da ciência feita por Skinner não o enquadra em uma classificação como “antiteórico”, uma vez que o desenvolvimento da abordagem experimental estaria “inevitavelmente comprometida com a construção de uma teoria do conhecimento”, entendida como “crítica dos métodos, dados e conceitos de uma ciência do comportamento” (Skinner, 1969, p. 1) – justamente o que Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994) defende ser o papel do aporte filosófico em relação ao trabalho científico.

Skinner (1953/1965) argumenta que o produto da ciência, aquilo que estudamos quando nos debruçamos sobre uma disciplina, não deve ser confundido com a prática científica propriamente dita. Tampouco essa prática pode ser reduzida ou confundida com os instrumentos de pesquisa. Nem mesmo medições precisas e cálculos

matemáticos resumem o que é a ciência. É nesse sentido que Skinner (1969) argumenta que para um leigo, mesmo em uma situação relativamente simples em um laboratório experimental, é extremamente difícil “encontrar algum sentido nesses fatos esparsos” (p. 13). É preciso, portanto, de uma certa ideia do que seja comportamento para poder compreender o fenômeno comportamental. Contudo, essa ideia, essa “teoria” que orienta o olhar do cientista, deve ser elaborada a partir de observações empíricas, estando vetadas quaisquer explicações ou interpretações que remetam a uma dimensão metafísica.

Na mesma direção, Skinner (1947/1961d) defende uma relação de dependência, e não de oposição, entre fatos e teorias: “teorias são baseadas em fatos; elas são afirmações sobre organizações de fatos” (p. 230). Isso não seria diferente para a psicologia experimental – ela também caminha em sentido de construção de uma teoria do comportamento. Contudo, de modo semelhante às críticas de Merleau-Ponty (1942/2006), Skinner (1947/1961d) aponta que a psicologia experimental estaria “no seio de um caos teórico” (p. 230), ou ainda, em uma “crise”: “A real dificuldade é que o psicólogo experimental é incapaz de fazer qualquer coisa com os fatos que acumulou, e não vê razão para acumular mais. Falta-lhe um objetivo profissional” (p. 230). Para o autor, os dois grandes sistemas explicativos da psicologia científica (um baseado em uma mente controladora, e outro, no fisiologismo) haviam perdido o poder de integrar e iluminar os fatos. Apresentar um sistema com tal poder seria, portanto, a grande contribuição da abordagem behaviorista radical.

A partir dessa discussão, podemos considerar que tanto para Merleau-Ponty quanto para Skinner, o desenvolvimento de uma ciência do comportamento parece implicar no desenvolvimento de uma teoria do comportamento, ou seja, uma “visão de

conjunto” de suas unidades e processos, em sentido próprio, sem referência a outras instâncias ou níveis. A função das análises experimentais seria simplificar o fenômeno para possibilitar a clarificação dos fatores relevantes e eliminação dos irrelevantes. Contra a “relutância” em relação à necessidade da aplicação dos métodos científicos para o conhecimento das uniformidades do comportamento, Skinner (1947/1961d) chama de idiosincrasia e de “luxo custoso” – as pessoas diriam que a uniformidade do comportamento seria óbvia e não demandaria os métodos científicos, mas não aceitariam a uniformidade demonstrada pelo método científico quando essa uniformidade óbvia não era captada por suas outras formas.

O método científico e o uso de instrumentos nesse contexto servem, portanto, para “aprimorar nosso contato” como o objeto de estudo e as variáveis relacionadas funcionalmente a ele. Trata-se, em grande medida, de um procedimento de variação de perspectiva, que também na proposta fenomenológica merleau-pontyana é apresentada como fundamental para se encontrar a intuição de essência necessária à compreensão do fenômeno. Como comenta Hidalgo (2017):

A suposição de que é possível, para além de uma divisão arbitrária (*partes extra partes*) do comportamento, ver ou encontrar um sentido diretamente observável, que faça de um conjunto de fatos esparsos uma unidade cujos membros estão inter-relacionados, implica em afirmar a primazia de um certo modo de olhar, seletivamente, para os fenômenos comportamentais. . . . De outro lado, para Skinner, é preciso adotar os procedimentos e as técnicas de registro de dados para que se possa “ver” as contingências. Quer dizer que são as noções e os conceitos laboriosamente construídos pelo cientista na sua prática experimental que coordenam a observação dos fatos que serão considerados relevantes, não o

contrário. A consideração dos fatos pertinentes, do que delimita o conjunto das propriedades definidoras e não definidoras do operante, pressupõe uma visão de conjunto que acompanha e motiva o pesquisador ao longo do seu trabalho de elaboração de procedimentos, coleta de dados, análise dos resultados etc. *Constrói-se, assim, a realidade comportamental operante.* (p. 170)

Tendo em vista esses argumentos, entendemos que, ainda que demandando cuidado e atenção especial, o fato das obras de Merleau-Ponty e Skinner desenvolverem-se no âmbito de disciplinas distintas (filosofia e psicologia) não interdita a possibilidade de diálogo e debate entre esses autores, especialmente se focarmos a discussão nos aspectos metapsicológicos de cada proposta (Kvale & Greenness, 1969). Dito isso, passemos então ao exame da segunda dificuldade a ser considerada no desenvolvimento das análises propostas.

### **As mudanças na obra skinneriana**

Outro aspecto desafiador da proposta de colocar em debate o comportamentalismo skinneriano e a análise fenomenológica do comportamento e da percepção de Merleau-Ponty é o fato de que a elaboração da proposta skinneriana para uma ciência do comportamento não se dá de forma totalmente homogênea. De fato, seria pouco provável que uma obra que se estendeu por praticamente 60 anos, durante um período de intensos debates e mudanças de paradigmas no campo do conhecimento de forma geral (tanto na filosofia, como na ciência), não apresentasse mudanças e revisões significativas (Laurenti & Lopes, 2014a, 2014b).

A consideração de que há mudanças substanciais na perspectiva skinneriana no desenvolvimento de sua abordagem do comportamento é amplamente conhecida na

área. Entretanto, como essas alterações raramente são salientadas e documentadas por Skinner (Moxley, 1998), a própria indicação dessas alterações torna-se alvo de debate e desacordo. Desse modo, uma discussão acerca da proposta skinneriana, em seus aspectos problemáticos ou profícuos, não pode ser desenvolvida sem levar em conta essas mudanças.

Alguns dos aspectos comumente ressaltados são a) a passagem de uma perspectiva mecanicista para uma abordagem selecionista (Cruz & Cirino, 2008; Micheletto, 2001); b) a mudança da compreensão do comportamento com base na noção de reflexo (interação necessária entre dois eventos) para a consideração de uma relação de contingência de três termos (Cruz & Cirino, 2008; Moxley, 1998); c) o reconhecimento da limitação da noção de estímulo discriminativo, passando ao uso mais frequente de noções mais abrangentes como *setting*, situação ou ocasião (Moxley, 1997, 1998); d) a passagem de uma compreensão marcadamente determinista para uma compreensão baseada na variabilidade aleatória (Laurenti, 2008, 2009; Moxley, 1997, 1999, 2001); e e) a progressiva substituição do modelo de ciência adotado, da física para a biologia (Micheletto, 2001).

Essas alterações apresentam um impacto na noção de comportamento, bem como dos compromissos filosóficos a ela implicados, que não podem ser ignorados. Contudo, essas mudanças não apresentam um *turning point* bem demarcado:

As mudanças em um autor como Skinner são menos facilmente notadas porque elas não são claramente separadas em dois períodos distintos. As posições modernas e pós-modernas de Skinner se sobrepõem consideravelmente, assim como os desenvolvimentos históricos do modernismo e do pós-modernismo se sobrepõem consideravelmente. (Moxley, 1999, p. 121)

Desse modo, ainda que se possa apontar delimitações em termos de períodos e compromissos teóricos mais ou menos coerentes, a presença de argumentos contraditórios, em variados graus, não é rara. Como comenta Moxley (1999), é possível observar tanto características mecanicistas quanto selecionistas em um mesmo trabalho de Skinner<sup>7</sup>, em períodos anteriores e posteriores à consolidação da noção de operante. Desde os primeiros trabalhos, há um conflito entre as premissas mais próximas ao mecanicismo e compreensões mais próximas ao pragmatismo (que se dirigem justamente a questionar e superar o mecanicismo): “Parece que [Skinner] queria ter sua ciência em ambos os caminhos. De um lado, o estudo do comportamento inteiramente descritivo; de outro, supostamente manteria o direito de falar em relações necessárias” (Scharff, 1982, p. 47).

Nos capítulos seguintes, buscamos explorar as consequências de cada uma dessas posições no desenvolvimento da noção de comportamento e suas consequências em termos de possíveis distanciamentos e aproximações na interlocução com a perspectiva crítica apresentada por Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/1994) com relação às “psicologias de laboratório”.

---

<sup>7</sup> O livro *Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/1965) é um exemplo paradigmático nesse sentido, como poderá ser constatado nas discussões a seguir, em que referências dessa obra são usadas para ilustrar tanto as teses criticadas quanto as teses alternativas.

### **CAPÍTULO 3 – Skinner e o Comportamento em uma Estrutura do Reflexo**

De modo geral, autores que discutem as mudanças da obra skinneriana (e.g. Cruz & Cirino, 2008; Laurenti, 2009; Micheletto, 2001; Moxley, 1997, 1998, 1999, 2001), ainda que reconhecendo as dificuldades em se propor delimitações estritas dos compromissos teóricos com base em períodos específicos, argumentam que os trabalhos de Skinner da década de 1930 são marcados pela proximidade com a tradição da reflexologia, da qual decorreria o tom mecanicista e determinista de sua proposta. Nesse período, a compreensão do comportamento é encaminhada por Skinner a partir da noção de reflexo, num modelo científico comprometido em apresentar leis necessárias, seja da interação estímulo-resposta (no caso do reflexo respondente), seja da interação resposta-estímulo (no caso do reflexo operante), tal como havia sido alcançado na mecânica clássica: “O comportamento é uma exata função de forças agindo sobre o organismo” (Skinner, 1931/1969, p. 449). Nesse contexto, Skinner (1938/1966) afirma que seu trabalho é mecanicista e positivista (p. 433), pelo comprometimento com o estabelecimento das leis necessárias do comportamento, elaboradas a partir da manipulação experimental de variáveis.

Contudo, como indicado, esses argumentos não se apresentam sem contradições no próprio texto. Buscando alinhar-se ao modelo científico da física, Skinner também reconhece algumas críticas à perspectiva mecanicista, desenvolvidas à época no âmbito da própria física. Assumidamente influenciado pelos trabalhos de E. Mach e P. W. Bridgman, por exemplo, Skinner apresenta, já na década de 1930, argumentos incompatíveis com uma perspectiva estritamente mecanicista. Pode-se apontar como exemplos a compreensão funcional, em lugar da causalidade linear, e o compromisso



com um sistema descritivo, ao invés de explicativo (e.g. Skinner, 1931/1961a, 1938/1966).

Há, portanto, uma tensão presente já no início da proposta skinneriana, entre o comprometimento com um modelo científico moderno, que busca fidelizar-se ao determinismo da mecânica clássica, e perspectivas que se encaminham para a crítica de noções básicas desse modelo, como a explicação causal e o determinismo estrito. Dito de outra maneira, a contradição inicial em Skinner se dá ao propor um método descritivo, com a noção de relação funcional, para um objeto de estudo tomado a partir de “um conceito que é explicativo e que tem um fim em si mesmo” (Cruz & Cillo, 2008, p. 378) – o reflexo.

Porém, ainda que se reconheça a presença dessas notas dissonantes, o tom que sobressai nos trabalhos de Skinner nesse período inicial de sua obra é, majoritariamente, o do compromisso com categorias modernas do pensamento científico. Tratava-se de “ênfatar uma essencial continuidade entre reflexo fisiológico e a descrição de uma ciência especial do comportamento” (Skinner, 1931/1961a, p. 344). Nesse sentido, o autor reconhece, retrospectivamente, a inscrição de sua proposta inicial na tradição do reflexo: “Eu ainda estava fortemente sob controle de Sherrington, Magnus, e Pavlov, e continuava a manter o termo com afinco quando escrevi *O Comportamento dos Organismos*” (Skinner, 1977/1978, p. 78).

Para Micheletto (2001), decorre dessa vinculação à tradição da reflexologia o compromisso com interpretações mecanicistas. Entre as características do mecanicismo, a necessidade e a determinação parecem ser das mais caras a Skinner nesse momento: “O reflexo é importante na descrição do comportamento porque este é definido pela demonstração da necessidade desta relação” (Skinner, 1931/1961a, p. 338). Para

Moxley (1998), esse encaminhamento da proposta skinneriana a coloca junto de uma interpretação laplaciana dos fenômenos, na qual a predição e controle do comportamento poderiam ser completos, na medida em que se alcançasse o conhecimento de todas as variáveis determinantes.

É nesse sentido que um dos objetivos anunciados no primeiro livro de Skinner é a extensão do “termo reflexo (em suas implicações e previsibilidade) ao comportamento em geral” (1938/1966, p. 378). Com isso, a proposta skinneriana inicial acaba recolocando-se em uma continuidade histórica com os estudos sobre o reflexo espinhal (p. 378), na medida em que não configura uma superação efetiva dos problemas da tradição behaviorista. Tal como Merleau-Ponty (1942/2006) aponta no caso de Watson, pode-se considerar que também no caso de Skinner, o que há de saudável no behaviorismo é perdido ou ao menos ofuscado pelo comprometimento com uma perspectiva cientificista, reproduzindo boa parte dos “preconceitos do mundo objetivo”.

### **3.1 – Físicalismo**

Pautada em uma perspectiva determinista, a abordagem apresentada inicialmente por Skinner (1938/1966) revela a pretensão de primazia do discurso científico. Para o autor, as proposições de uma ciência do comportamento teriam maior validade que as formulações populares ou filosóficas, na medida em que se inscreviam sob a égide das ciências naturais. Tal recurso, contudo, leva a proposta skinneriana a apresentar interpretações fisicalistas e a se comprometer com posições realistas, como no contraditório recurso a uma base físico-fisiológica para sustentação de alguns argumentos. Skinner (1938/1966) indica, por exemplo, que a precisão topográfica desenvolvida pelos estudos tradicionais era importante porque além de manter o

máximo valor descritivo, possibilitaria a redução dos fenômenos a termos neurológicos (p. 440), com vistas a uma descrição que, em última instância, seria feita em unidades físicas.

Nessa mesma direção, ao tratar das “variáveis das quais o comportamento é função”, Skinner (1953/1965) também apresenta uma interpretação de caráter fisicalista, indicando que a busca pelas causas do comportamento deveria se concentrar nas variáveis “fora do organismo”. Tais variáveis, “imediatamente disponíveis a uma análise científica . . . possuem um status físico para o qual as técnicas usuais da ciência estão adaptadas, e tornam possível explicar o comportamento como outros assuntos são explicados na ciência” (Skinner, 1953/1965, p. 31). Desse modo, na medida em que as variáveis das quais as respostas do organismo são função – “variáveis independentes” – “são físicas” (p. 218), decorre facilmente a interpretação de que sua interação no comportamento seja compreendida em termos do “tipo de contato físico que nós chamamos de estimulação” (p. 108).

De modo semelhante, ao tratar da compreensão dos termos subjetivos, Skinner (1945/1961c) afirma que a área progrediria com os avanços das descrições fisiológicas, ou seja, com os progressos dos conhecimentos sobre o “estado de coisas” (p. 275) ao qual somente o próprio indivíduo pode estabelecer a “conexão requerida” (p. 275). Para Skinner, esses argumentos servem para afastar qualquer necessidade de considerações metafísicas na explicação do comportamento. Boa parte dos fenômenos subjetivos decorreria de uma característica inerente aos organismos, de que “cada falante possui um pequeno, porém importante, mundo de estímulos privados” (Skinner, 1945/1961c, p. 275) – um “mundo sob a pele” (Skinner, 1974/1976). Contudo, se com isso Skinner (1945/1961c) afasta-se da interdição da abordagem dos fenômenos psicológicos, que

entende ser inerente ao “operacionismo metodológico” e à “lógica moderna”, parece recair nos mesmos problemas dessas abordagens. Sua negação da metafísica não o salvaguarda de implicar-se com pressupostos físico-fisiológicos que, no limite, recaem em uma compreensão realista de estímulo, e tiram da ciência do comportamento sua possibilidade de solução dos problemas em seu próprio campo. Para afastar-se do idealismo, Skinner parece muitas vezes encaminhar como única possibilidade a identificação com um materialismo fisicalista. Na tentativa de garantir uma “existência” aos fenômenos subjetivos, o autor parece, nesse momento da obra, vislumbrar a subscrição a uma compreensão fisicalista como única alternativa possível: “minha dor de dente é tão física quanto minha máquina de escrever” (Skinner, 1945/1961c, p. 285).

Nesses momentos em que Skinner trata da questão da privacidade dos estímulos, acaba por se destacar também uma aproximação a compreensões referencialistas e realistas. Discutindo a distinção entre eventos públicos e privados, Skinner argumenta que os estímulos públicos seriam diretamente acessados por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, permitindo apontar o estímulo controlador, envolvido no comportamento verbal da comunidade e do indivíduo, indicando assim uma referência precisa a “uma certa propriedade dos estímulos”, como por exemplo, a cor vermelha: “Ambos falante e comunidade (ou psicólogo) têm acesso ao estímulo, e a contingência pode ser realizada com bastante precisão. Não há nada sobre a resposta resultante que deva confundir qualquer pessoa” (1945/1961c, p. 279). Essa acessibilidade partilhada possibilitaria uma “base sólida” à precisão alcançada, por exemplo, nos trabalhos de psicofísica. Seria justamente essa “base sólida” – o acesso ao estímulo real – que faltaria aos casos envolvendo eventos privados. Argumento semelhante pode ser encontrado em Skinner (1957), ao explicar a escolha do termo “tato” para designar o operante verbal de

descrição de eventos e estados: “O termo carrega a sugestão mnemônica do comportamento que ‘faz contato com’ o mundo físico” (p. 81).

Também na direção de uma perspectiva realista e referencialista, ao tratar da “medição do comportamento”, Skinner (1938/1966) argumenta haver no trabalho científico uma etapa inicial de registro que corresponderia a uma representação pura dos fenômenos. Desse modo, um registro acurado distinguir-se-ia do comportamento propriamente dito apenas pelo fato de poder ser passado mais devagar, pausado ou repetido como se queira (p. 58). Os dados registrados corresponderiam às “entidades experimentalmente reais”. Sua função seria permitir a inspeção, mensuração, e interpretação conseguinte. Uma compreensão próxima pode ser encontrada também nos momentos em que Skinner (1957) separa descrição e interpretação do comportamento, como quando afirmar que:

Nossa primeira responsabilidade é a simples descrição: qual é a topografia dessa subdivisão do comportamento humano? Uma vez que essa questão tenha sido respondida, pelo menos de uma maneira preliminar, podemos avançar para o estágio chamado explicação: quais condições são relevantes para a ocorrência do comportamento – quais são as variáveis das quais ele é uma função? (p. 10)

Esse tipo de afirmação coaduna com os argumentos de Skinner em relação a estímulos e respostas, quando os aborda pela indicação da necessidade de tomar as propriedades que os constituem em termos físicos. Graças à invenção de técnicas que revelam as diferenças entre as energias e substâncias estimuladoras seria possível apontar “a estrutura independente do estímulo e a extensão com que ele corresponde ao comportamento discriminativo do organismo” (Skinner, 1938/1966, p. 172). Também nessa direção, encontra-se a indicação do ambiente como parte das energias ou

substâncias que afetam o organismo diretamente (p. 235), de modo que os estímulos seriam agentes contínuos com propriedades físicas discretas como: “localização, intensidade, qualidade, duração e talvez outras”. Do mesmo modo, ao falar da participação de estímulos proprioceptivos, Skinner (1938/1966) assume que um mesmo movimento sempre produzirá a mesma estimulação.

Explorando “alguns problemas tradicionais no controle de estímulo”, Skinner (1953/1965) aponta casos em que uma resposta está sob controle de uma relação, como responder ao maior de dois objetos. Os argumentos do autor sobre esse tema ilustram como o “preconceito do mundo objetivo”, aqui expresso na concepção fisicalista de estímulo, impede a consideração plena dos dados de pesquisa. Skinner reconhece que casos como esses são frequentemente apontados como ponto crítico contra o “princípio do estímulo” (p. 138). Contudo, para o autor, poder-se-ia explicar esses casos sem dificuldade, desde que a relação (e.g. “maior que”) pudesse “ser descrita em termos físicos” (p. 138). E reitera, “As propriedades relevantes são todas passíveis de especificação física” (p. 138). A questão é que esse argumento não responde ao desafio e crítica apresentado por estudos básicos de percepção, como nas ilusões de Muller-Lyer, por exemplo, em que, como o próprio Skinner reconhece, o “organismo responde ‘como se’ um estímulo tivesse outras propriedades” (p. 138). Apesar de aparentemente compreender que os dados desses experimentos mostravam a disparidade entre o mundo percebido, experienciado pelo organismo, e o mundo descrito em termos de grandezas físicas, Skinner (1953/1965) encaminha sua proposta afirmando que “Nós operamos em um mundo – o mundo da física” (p. 139), como se essa fosse a única maneira de assegurar uma compreensão não metafísica.

Nesse mesmo trecho da discussão Skinner (1953/1965) afirma que os objetos seriam capazes de gerar diferentes tipos de estímulos, que se relacionariam uns com os outros de determinadas maneiras. Uma afirmação problemática, na medida em que dá margem para a interpretação de uma duplicação: os objetos geram estímulos, algo que lhes é diferente e destacável. Tomando essa afirmação no contexto das indicações em termos de propriedades dos objetos como geradoras de “sensações”, vemos a proposta skinneriana aproximar-se de interpretações do associacionismo.

Ainda nessa direção, Skinner (1953/1965) argumenta que o controle exercido pelos estímulos permitiria a distinção entre *sensing*, ou seja, a mera recepção dos estímulos, e *perceiving* (tal como ver ou conhecer), um tipo de “comportamento interpretativo”, “uma relação especial entre comportamento e estímulos” (p. 140). O *perceiving* seria diferente do *sensing* da mesma maneira que “responder é diferente de ser estimulado” (p. 140). A percepção ou o conhecimento do mundo seria “nosso comportamento com respeito ao mundo. Ele não deve ser confundido com o mundo em si ou com outro comportamento com respeito ao mundo ou com o comportamento de outros com respeito ao mundo” (p. 140). Destaca-se aqui a indicação da possibilidade não apenas de existência independente, mas também de “atuação” do estímulo sobre o organismo sem qualquer contrapartida, ou seja, sem qualquer implicação com o comportamento. Se o *perceiving* não pode ser “confundido com o mundo em si”, e mostra a inerência do organismo com o meio, em sentido de uma compreensão relacional, esse não parece ser o caso para o *sensing*, que serve a salvaguardar algum caráter de determinação do sistema com base na realidade de um mundo em si.

### 3.2 – Atomismo

Os compromissos com o modelo científico determinista, nos moldes da mecânica clássica (Michelleto, 2001), mostram-se também no caráter atomista de algumas propostas encaminhadas, principalmente nos primeiros textos de Skinner. Como comenta Micheletto (2001) “Skinner apresenta uma visão molecular do comportamento que se propõe a provar experimentalmente” (p. 47). Nos momentos da obra do autor em que se sobressai essa perspectiva, o comportamento é composto de partes isoláveis, que devem ser identificadas. Explicar o comportamento, nessa compreensão, é descrever as leis de combinação dessas partes, seguindo os preceitos do estudo do reflexo.

Retomando e resumindo algumas das conclusões de seu primeiro livro, Skinner (1938/1966) argumenta que o uso do método analítico é absolutamente necessário para se fazer ciência experimental. Nessa direção, o autor argumenta que a pretensão do sistema proposto não é demonstrar que “o comportamento como um todo é função do ambiente estimulador como um todo”, mas demonstrar que *uma parte do comportamento* pode ser induzida de acordo com um certo conjunto de leis a partir da modificação de *parte das forças* que afetam o organismo. Isolando o reflexo e suas variáveis, o estudo analítico permitiria demonstrar a “uniformidade previsível no comportamento” (p. 9).

Contra o argumento de que o método analítico destruiria o que se está buscando entender, Skinner (1938/1966) responde que “Nós sempre analisamos” (p. 9). O autor afirma que esse é o único modo de tornar a ação explícita de maneira interessante: “analisar tão aberta e rigorosamente quanto possível” (p. 9). Argumentando nessa direção (contrária à encontrada em Skinner [1947/1961d], como indicado na introdução



da Parte II), Skinner (1938/1966) afirma que o reflexo é um fato, não uma teoria. Um fato no sentido de ser uma unidade analítica, “que torna possível uma investigação do comportamento” (p. 9). Skinner assevera, ainda, que a unidade analítica do reflexo deve ser obtida na prática, em uma situação experimental, com controle rigoroso e redução das variáveis que afetam um organismo, largamente diferente de uma redução hipotética, em que a constância ou a irrelevância de certas variáveis é assumida de antemão. A principal tarefa de uma ciência do comportamento seria, portanto, isolar, separar e analisar os efeitos de cada variável sobre a força do reflexo, pois “com controle rigoroso de todas as operações relevantes o tipo de necessidade que naturalmente caracteriza reflexos simples pode ser aplicado ao comportamento em geral” (p. 26).

Para Skinner (1938/1966), uma forma de estudar esse processo seria “combinar deliberadamente unidades previamente isoladas e observar seus efeitos umas sobre as outras” (p. 29). Esse procedimento possibilitaria lidar praticamente com um grande conjunto de comportamentos “dubiamente, se não erroneamente, designados como *todos*” (p. 29, destaque acrescido). Nessa perspectiva, a questão envolvida na discussão – “Seria o todo maior que a soma das partes?” – seria um “grande pseudoproblema”, que, tomado de outro modo, revelaria contornos mais inteligíveis: “O que acontece quando reflexos interagem?” (p. 29).

Aplicando essa compreensão analítica na discussão de “comportamentos inteiros” (p. 51), como “pressionar uma barra”, Skinner (1938/1966) afirma que lidar com o condicionamento operante implica em lidar com cadeias de reflexo – “o ato de reforçamento implica isso [encadeamento]” (p. 54). Sendo “um ato extremamente complexo”, uma “cadeia de reflexos”, o operante necessita, para os propósitos

experimentais “ser analisado em suas partes componentes” (p. 51). Nesse sentido, o autor salienta a natureza “molecular” desse tipo de fenômeno. As partes da cadeia seriam mecanicamente conectadas, e poderiam ser quebradas. Mais do que isso, Skinner (1938/1966) afirma que as partes poderiam ser eliciadas separadamente, apresentando as mesmas propriedades que apresentavam na cadeia – essa seria a essência da visão molecular, a ser justificada experimentalmente ao longo do trabalho: “Não há razão para recorrer a qualquer propriedade única do conjunto todo como um ‘ato’” (p. 55) (e.g. “pressão a barra para conseguir comida”).

Propondo outro exemplo – o ato de perseguir um ponto com o olhar – Skinner (1953/1965) afirma que cada posição que um ponto pode ocupar no campo visual demanda uma combinação de movimentos. “Cada posição se torna a propriedade distintiva de um estímulo discriminativo que aumenta a probabilidade da resposta apropriada” (p. 116). Nessa compreensão, o comportamento parece ser entendido como uma composição de movimentos “quadro a quadro”, ou ainda, como a soma, ou combinação, de respostas discretas.

Encontra-se, nesses momentos da obra skinneriana, a defesa da existência de unidades isoláveis, e que devem ser isoladas para que seu modo de interação possa ser compreendido. O conjunto de leis do comportamento seria conhecido justamente a partir da combinação de elementos, e da interação de reflexos (e.g., Skinner, 1938 – lei da compatibilidade; lei da prepotência; lei da somação algébrica; lei da composição; lei da somação espacial; lei do encadeamento; lei da indução).

Em uma radicalização dessa compreensão, Skinner (1938/1966) ainda aponta a questão sobre a identificação da resposta: “Nós precisamos encontrar o ponto na sequência de eventos chamada ‘a resposta’ a partir do qual intervalos medidos mostrem

simplicidade em seu efeito” (p. 145). A resposta seria uma “sequência de eventos”. Nesse mesmo sentido, Skinner (1953/1965) afirma que “Uma maneira mais útil de colocar isso é dizer que esses *elementos* são fortalecidos onde quer que eles ocorram. Isso nos leva a identificar esse elemento ao invés da resposta como a unidade do comportamento. É um tipo de *átomo comportamental*” (p. 94, destaque acrescido), ou ainda “o ingrediente ou componente essencial de todas as instâncias observáveis” (p. 94).

Alcançando o âmbito do ambiente, a compreensão analítica que Skinner (1953/1965) assevera que o ambiente é construído de tal maneira que “certas coisas tendem a acontecer juntas” (p. 125). Caberia ao trabalho analítico separá-las para determinar o papel de cada uma sobre o comportamento. Exemplificando a questão, o autor indica que “a cor e o gosto de um fruto maduro” seriam instâncias distintas e separadas. Seguindo a mesma lógica utilizada nos argumentos para o comportamento, o ambiente, ou mesmo, os objetos, seriam o produto da composição de diferentes elementos ou propriedades – uma maçã madura seria composta, entre outras propriedades, por “vermelhidão” e “doçura”.

### **3.3 – Explicação causal**

Essa visão molecular acaba por inserir alguns ruídos em termos de implicações com o modo de explicação causal, que Skinner (e.g. 1931/1961a, 1935/1961b, 1938/1966, 1953/1965) anunciava desde o início pretender superar por meio da noção de relação funcional. Tomando comportamento e ambiente como somatórios de elementos isoláveis, e ainda, como instâncias também apartadas, tornava-se premente encontrar as maneiras como esses elementos e instâncias poderiam se “conectar”.

Seguindo esse modelo, o comportamento continua, no limite, a ser compreendido como interação entre matéria e força, em termos de causas e efeitos. Um dos problemas dessa perspectiva é que “Para eventos em que não se podia observar uma relação causal espacial ou temporal imediata, muitas vezes se tornava necessária a elaboração de conceitos baseados em interpretações ou especulações para garantir a conexão do sistema de causas” (Micheletto, 2001, p. 44). Esse parece ser o caso na obra inicial de Skinner (e.g. 1938/1966), que não raro recorre a “variáveis intervenientes” (como “reserva de resposta”, “força do reflexo” e “*drive*”) para preencher lacunas, preso ainda a um sistema moderno de causalidade.

Apesar de indicações críticas explícitas contra o pensamento causal, como: “Os termos ‘causa’ e ‘efeito’ não são mais amplamente usados na ciência . . . eles significam mais do que os cientistas querem dizer” (Skinner, 1953/1965, p. 23), há diversos momentos em que as interpretações e análises desenvolvidas na obra skinneriana implicam-se com o pensamento causal, dando margem inclusive para o questionamento de se a proposta desenvolvida em termos funcionais desvincula-se efetivamente da causalidade. Afirmando encaminhar sua proposta sob a influência de Mach (e.g., 1885/1959), a quem o modelo matemático da teoria dos conjuntos e as relações funcionais entre seus elementos mostrava uma forma de relacionar eventos sem comprometer-se com especulações que ultrapassassem o conhecimento decorrente da descrição das relações funcionais entre sensações, Skinner mantém, ao menos nesse momento de sua obra, uma concepção matemática para a noção “função”.

No âmbito da matemática, dizer que uma variável  $y$  é funcionalmente relacionada a uma variável  $x$  significa dizer que há uma regra que permite determinar os valores de  $y$  para cada valor de  $x$  (Boyer, 1974). Nas palavras de Micheletto (2000),

“Estabelece-se nesta noção de função uma relação entre variáveis dependente e independente, em que os pontos ou valores das variáveis não podem mover-se de forma independente uns dos outros” (p. 117). Em uma “tradução” simples, como parece ter sido incorporada em algumas teorias fora da matemática, pode-se compreender essa proposta pela expressão “se ‘x’, então ‘y’”. A influência dessa acepção matemática pode ser vista, por exemplo, na indicação de Skinner (1931/1961a, 1938/1966) de equação para descrever o reflexo:  $R = f(S,A)$ , onde R é resposta, S é estímulo, e A é uma variável motivacional.

Porém, se na matemática a relação funcional limita-se a indicação de uma covariação, o compromisso em estabelecer as leis do comportamento por meio da descrição de relações do tipo “se ..., então ...”, acaba conduzindo essa abordagem a encaminhar uma interpretação dessas relações como pares ordenados por necessidade e suficiência, num sistema fechado, em que, se todas as variáveis forem descritas, o fenômeno será completamente determinado e previsível. Colocada desse modo, a análise funcional proposta sugere que dado um “valor” de S e A, ou ainda, de Sd e Sr<sup>8</sup>, segue-se *inevitavelmente* uma determinada R, do mesmo modo que, frente a essa R, considera-se que ela foi *necessariamente* precedida por determinados valores de S e A (ou de Sd e Sr). Trata-se, no limite, da intromissão de uma força causal que ultrapassa a mera descrição, mantendo o sistema em uma concepção mecanicista. Em outras palavras, o sentido matemático de função acaba conduzindo a abordagem comportamentalista radical à manutenção da lógica causal, ainda que usando termos que supostamente encaminhariam sua superação (e.g., Mach, 1885/1959; Skinner,

---

<sup>8</sup> Os termos “Sd” e “Sr” referem-se, respectivamente, “estímulo discriminativo” e “consequência”, utilizados na expressão Sd – R – Sr, comumente indicada como representação gráfica de uma contingência de reforçamento (e.g. Catania, 1999; Keller 1954; Moreira & Medeiros, 2007).

1931/1961a, 1938/1966, 1953/1965), sendo inclusive possível encontrar no texto skinneriano uma aproximação explícita entre a análise *causal* e *funcional*.

As variáveis externas das quais o comportamento é função dão margens ao que pode ser chamado uma *análise causal* ou *funcional*. Nós nos comprometemos a prever e controlar o comportamento do organismo individual. Esta é a nossa ‘variável dependente’ – *o efeito* para o qual procuramos a causa. Nossas ‘variáveis independentes’ – *as causas* do comportamento – são as condições externas das quais o comportamento é uma função. Relações entre as duas – as ‘relações de causa-e-efeito’ no comportamento – são as leis de uma ciência. Uma síntese destas leis expressas em termos quantitativos produz um esboço compreensível do organismo como um sistema que se comporta. (1953/1965, p. 35-36, destaques acrescentados)

### **3.4 – Negação do sentido**

Em grande medida, a tentativa de afirmação dos elementos envolvidos na relação comportamental em uma base físico-fisiológica dirige-se a tentativa de livrar a abordagem científica proposta de qualquer implicação com pressupostos metafísicos, ou seja, com determinantes não naturais, ou não empíricos, do comportamento. Trata-se de interditar qualquer aproximação a uma interpretação em termos de um “comportamento manifestação”. Nesse movimento, contudo, Skinner acaba por encaminhar sua proposta para a consideração de um “comportamento coisa”, negando a participação de um sentido que seja próprio ao comportamento.

Para Skinner (1953/1965), tudo “deve ser feito dentro dos limites de uma ciência natural” (p. 35). Não se poderia assumir que o comportamento apresenta qualquer

propriedade especial ou peculiar requerendo métodos distintos ou “tipos especiais de conhecimento”. Essas colocações dirigem-se particularmente ao questionamento das explicações do comportamento em termos de “intenções” ou “significados” subjacentes ao comportamento. A condição de utilidade dessas considerações “aos propósitos científicos” é que elas se façam sobre eventos observáveis. Nesse sentido, para Skinner, “propósito” e intenção” devem dizer não sobre características do comportamento, mas sobre variáveis independentes, ou seja, eventos ambientais, que devem ser descritos em termos físicos.

Podemos apontar aqui um exemplo clássico do problema a ser enfrentado: Skinner busca superar o “discurso metafísico”, pelo qual teríamos que “as intenções é que movem o comportamento”. Entretanto, o autor parece considerar como única alternativa a esse discurso filiar-se a um suposto discurso único – a ciência natural, tomada, ao menos nesse momento da obra, em uma perspectiva mecanicista (que já à época se mostrava uma compreensão questionável). Com isso, o autor nega algo que é praticamente inerente ao seu próprio trabalho: a construção não apenas de métodos novos, mas também a investigação e construção de conhecimento acerca de um objeto com propriedades distintas das dos objetos de outras disciplinas, de modo a garantir um campo próprio à psicologia, ou, no caso, à ciência do comportamento.

Nessa perspectiva, Skinner argumenta não haver espaço para compreensão de variáveis em termos de desejo ou anseio, ou qualquer outro estado direcionado para o futuro. Não há razão para se dizer, por exemplo, que um organismo come para reduzir a fome. Para Skinner (1938/1966), qualquer relação expressa por “em sentido de” é irrelevante (p. 373).

Frente às objeções de que uma descrição do comportamento só estaria completa quando capaz de apontar seu propósito, Skinner (1953/1965) questiona o sentido empregado para o termo “descrição”, nesse caso. O autor argumenta que a descrição do caminhar de um homem na rua pode ser feita na “linguagem física da ciência” (p. 88), independentemente de se saber ou indicar qual seu propósito – se ele vai ao correio enviar uma carta ou se exercitar. Novamente, Skinner argumenta que a questão do propósito do comportamento deve ser buscada nas variáveis de controle: “a distinção que precisa ser feita não é entre instâncias de comportamento; é entre as variáveis das quais o comportamento é função. *O propósito não é uma propriedade do comportamento em si; é uma maneira de se referir às variáveis de controle*” (p. 88, destaque acrescido). A observação de que o homem segue até o correio e envia uma carta “‘dá um sentido’ a sua performance, não ampliando uma descrição do comportamento enquanto tal, mas indicando uma variável independente da qual ele pode ter sido função” (p. 88).

O sentido do comportamento encontra-se, portanto, no ambiente. Por um lado, esse argumento encaminha uma compreensão de caráter relacional do sentido, tal como preconiza a noção de intencionalidade. O comportamento está direcionado ao mundo, e seu sentido pode ser alcançado apenas pela consideração da relação comportamento-ambiente. Por outro lado, porém, Skinner restringe a noção de comportamento a um sinônimo de “resposta” ou “movimento”, defendendo que uma descrição do comportamento pode prescindir da consideração de seu sentido. Comentando sobre isso, Skinner (1953/1965) apresenta seu argumento promovendo uma distinção entre a descrição “em termos inteiramente objetivos” (p. 89) e uma interpretação, no sentido de “ler um significado” na ação. Como no exemplo discutido em relação ao propósito,



Skinner afirma que esse tipo de interpretação não acrescenta algo a descrição do comportamento, tratando-se apenas de “uma inferência sobre algumas variáveis responsáveis por ele” (p. 89). As expressões envolvendo propósitos seriam, no limite, abreviações de algo que poderia ser descrito objetivamente sem qualquer menção a intenções ou desejos: “Ele está procurando os óculos”, seria o mesmo que “Ele está sem os óculos”; “Precisa dos óculos para fazer algo”; “No passado, quando realizou tal e tal ação, encontrou os óculos”.

Apresentando o conceito de resposta, Skinner (1953/1965) argumenta que em geral ele é entendido como “qualquer movimento do organismo” (p. 64). O termo seria emprestado junto ao campo de estudos do reflexo, indicando que uma ação estaria a responder (*to answer*) a um estímulo (evento precedente). Indicaria, portanto, a eliciação de um movimento e, nesse sentido, seu uso para o comportamento operante seria “não totalmente apropriado, mas está tão bem estabelecido que nós iremos usá-lo na discussão que se segue” (p. 64). Pode-se observar aqui uma das práticas problemáticas da elaboração do sistema skinneriano: apesar de encaminhar a mudança de modelo, Skinner mantém o uso de termos chave, o que leva a confusões tanto entre os leitores como para o desenvolvimento do próprio sistema. Essa mesma constatação feita em relação ao termo “resposta” pode ser indicada ao termo estímulo (a progressiva substituição desse termo por outros mais abrangentes, como “setting”, “ocasião” ou “contexto” [Moxley, 1998] fortalece essa compreensão).

### **3.5 – A noção de comportamento em uma estrutura reflexa**

Como discutido no início deste capítulo, Skinner vincula inicialmente sua compreensão de comportamento à noção de reflexo, entendida como relação entre

classe de estímulo e classe de resposta (e.g. 1938/1966, p. 9). A pretensão que animava este momento da obra era estender a previsibilidade e controle implicados na noção de reflexo à abordagem do comportamento como um todo, ou seja, da atividade geral do organismo. Nesse sentido, perguntar-se sobre o que é o comportamento significa perguntar o que Skinner entende por reflexo.

Essa equiparação não é feita sem ressalvas críticas à noção de reflexo presente na abordagem fisiológica e behaviorista à época. Contudo, comparados ao que Skinner considera serem aspectos positivos (como a marcação de uma relação de necessidade), tais pontos problemáticos não foram suficientes para levar o autor a abandonar essa noção:

Na história do reflexo uma característica positiva sempre foi dada foi sempre dada em termos da correlação observada entre a atividade de um efector (i.e., uma resposta) e as forças observadas afetando um receptor (i.e., um estímulo). As características negativas, por outro lado, que descrevem o reflexo como involuntário, não aprendido, inconsciente, ou restrito a padrões neurais específicos, decorrem de pressupostos não científicos relativos ao comportamento dos organismos. (1931/1961a, p. 331)

Como reflexo, o comportamento é definido como “uma correlação observada entre estímulo e resposta” (1931/1961a, p. 331). Assim, indicando como exemplo o trabalho do médico escocês Robert Whytt sobre reflexo pupilar, Skinner afirma que

Quando dizemos . . . que Robert Whytt descobriu o reflex pupilar, nós não queremos dizer que ele descobriu ou a contração da íris, ou a incidência de luz sobre a retina, mas que ele afirmou pela primeira vez a *relação necessária entre estes dois eventos*. Na medida em que *nos ocupamos do comportamento*, o

reflexo pupilar não é *nada mais que essa relação*. (1931/1961a, p. 331, destaques acrescidos)

A noção de reflexo aqui, e portanto, a noção de comportamento, referem-se à uma relação. O comportamento inclui tanto a ação do organismo quanto o (ou os) evento(s) do ambiente a ela relacionado(s). Entretanto, essa compreensão do comportamento como correlação parece ser suplantada por indicações do comportamento como algo distinto do ambiente, e que, portanto, não o inclui em sua definição: “Na descrição do comportamento usualmente assume-se que tanto comportamento como ambiente podem ser decompostos em partes, as quais podem ser referidas pelo nome, e que estas partes manterão sua identidade de um experimento a outro” (1935/1961b, p. 347).

Uma ciência do comportamento deveria ocupar-se da descrição de uma série de relações. Porém, essas relações não seriam o comportamento, propriamente, mas se estenderiam, regressivamente, “do comportamento em si até as alterações de energia na periferia as quais designamos como estímulos” (1931/1961a, p. 338). Skinner entende, portanto, o “comportamento em si” como movimento do organismo, ou ainda, como “mecanismo unitário”, a ser descrito junto à descrição de aspectos do ambiente ao qual estaria correlacionado. Nesse caso, a noção de comportamento não inclui os eventos ambientais, mas depende deles, em alguma medida, para sua definição.

Reconhecendo o conflito entre a generalidade demandada por um conceito em um sistema científico e a especificação de propriedades definidoras para estímulos e respostas em uma ocorrência (suas “condições incidentais”), Skinner (1931/1961a) afirma que um nível de imprecisão ou mesmo de dúvida parece ser inerente à proposta:

nós não conseguimos especificar essas condições incidentais em nossa descrição sem destruir sua generalidade. . . . Mas nós nunca podemos estar seguros de que o reflexo que nós conseguimos a partir do comportamento do organismo não teria sido totalmente de outra forma se nosso procedimento operacional tivesse sido diferente. Nós podemos, portanto, se quisermos construir uma flexão reflexa pelo tratamento estatístico de muitas dessas correlações. Nós podemos, em outras palavras, determinar e estabelecer uma correlação entre as características comuns a todas as nossas respostas observadas e a característica comum a todos os nossos estímulos observados, e podemos nomear este construto de flexão reflexa. Mas a descrição resultante dessa entidade estatística dependerá igualmente de nossas escolhas de observações e de nossos métodos de análise. (pp. 340-341)

Os limites da unidade de análise seriam definidos no trabalho experimental, pela demonstração da “regularidade das mudanças na correlação” (1935/1961b, p. 360). E novamente ocupando-se da questão da generalidade almejada pela abordagem científica, Skinner argumenta que a definição tanto estímulo quanto resposta dizem respeito a classes de eventos, e não a ocorrências únicas, ou ainda, propriedades isoladas:

Atribuir o termo reflexo às entidades nessa parte de nossa estrutura significa, é claro, que o reflexo é um termo genérico. Isso quer dizer que o “estímulo” e a “resposta” participando em uma dada correlação não podem ser identificados com instâncias particulares figurando em alguma ocasião mas como classe dessas instâncias. (1935/1961b, p. 362)

“Reflexo”, “estímulo” e “resposta” são, portanto, termos genéricos – ferramentas conceituais experimentalmente fundadas na observação da regularidade com que ocorrências que apresentam algumas propriedades em comum variam conjuntamente:

se nós vamos continuar a considerar a flexão reflexa como uma entidade única, tanto o estímulo quanto a resposta devem ser tomados (tentativamente, ao menos) como classe de termos, cada uma delas abrangendo um número indefinidamente grande de estímulos ou respostas específicos mas é suficientemente bem definida pela especificação de uma ou duas propriedades. (1935/1961b, p. 349)

Seguindo o tom relacional com que a noção de reflexo vinha sendo definida, Skinner (1938/1966) define estímulo como “Essa parte, ou a modificação de uma parte, do ambiente” (p. 9), e resposta como “a parte correlacionada [a essa modificação do ambiente] do comportamento” (p. 9). Por essa proposição, nem resposta, nem comportamento, incluem a noção de estímulo em sua definição, ainda que sua definição remeta à consideração do estímulo: “Nenhum dos termos pode ser definido como suas propriedades essenciais sem o outro” (p. 9). O reflexo seria justamente a relação observada entre estímulo e resposta. Já o comportamento seria uma categoria mais ampla que a resposta.

Uma definição nesse sentido, do comportamento como categoria mais ampla, pode ser apontada em afirmações como: “o termo comportamento deve incluir a atividade total do organismo – o funcionamento de todas as suas partes” (1931/1961a, p. 337). Comportamento seria, nesse sentido, a atividade geral do organismo. Contudo, essa compreensão enfrenta as ressalvas contundentes de Skinner (1938/1966) de que as atividades da “economia interna do organismo” estariam excluídas da noção de

comportamento: “A maioria das respostas de glândulas e músculos lisos falha em agir sobre o ambiente de um mundo tal a produzir a *conspicuidade* que é oferecida como característica definidora” (p. 438).

Skinner aponta o compromisso com a atividade científica, ou seja, a aplicação prática desse termo, como razão para uma consideração (de ordem epistêmica) “muito menos geral” desses conceitos: “Estamos interessados primeiramente no movimento do organismo em algum quadro de referência” (1931/1961a, p. 337). Nessa mesma direção, Skinner (1931/1961a, p. 337, 1938/1966, p. 6, p. 438) também apresenta como definição para o comportamento aquilo que o organismo está fazendo, ou seja, o “movimento de um organismo ou suas partes” (p. 6), de modo a agir sobre, ou realizar “uma troca com o mundo externo” (p. 6). Essa complementação em termos da ação sobre o ambiente busca garantir o requisito metodológico de observabilidade, de modo que a atividade do organismo a ser designada como comportamento deve ser observada por outro organismo: “Comportamento é aquilo que um organismo está *fazendo* – ou mais acuradamente o que é observado por outro organismo a estar fazendo” (Skinner, 1938/1966, p. 6).

Outra definição que aparece em um momento de transição da obra skinneriana, mas que, como indicado na seção anterior, implica-se com os pressupostos da estrutura reflexa, é a indicação de comportamento como movimento. Tal como problematizado na indicação de que a descrição do caminhar de um homem na rua pode ser feita independentemente de se saber ou indicar qual seu propósito, encontramos também em Skinner (1957) uma clara identificação do comportamento com movimentos musculares:

Nosso objeto de estudos é comportamento verbal, e nós devemos aceitar que essa é a forma crua na qual ele é observado. Estudando o discurso, nós temos que considerar uma série de atividades musculares complexas que produzem som. Ao estudar escrita e gesticulação, nós lidamos com tempo de resposta reflexa. Estudando escrita e gesticulação, nós lidamos com outros tipos de resposta muscular. Há tempos é reconhecido que esse é o material a partir da qual a linguagem é feita, mas o reconhecimento é geralmente qualificado de tal maneira a destruir o ponto principal. (p. 13, destaques acrescentados)

Essa mesma compreensão é reafirmada na página seguinte, na afirmação de que “Qualquer movimento capaz de afetar outro organismo pode ser verbal” (Skinner, 1957, p. 14).

De maneira semelhante, a partir dos argumentos desenvolvidos na discussão sobre os termos psicológicos (Skinner, 1945/1961c), pode-se compreender que o termo “comportamento” é utilizado de modo intercambiável com o termo “resposta”, como na asserção: “Suponha agora que uma determinada *resposta* regrida ao nível encoberto ou meramente incipiente do *comportamento*” (1945/1961c, p. 276, destaque acrescentado); ou “termos que regridem ao nível privado como *comportamento* aberto que se torna encoberto têm uma acurácia ótima de referência, como as respostas a estímulos privados fazem” (1945/1961c, p. 281, destaque acrescentado); ou ainda:

A ligação entre estímulos públicos e privados não necessita ser invariável; uma *resposta* pode ser condicionada meramente com um reforçamento periódico e mesmo no caso de uma contingência conflitante. A possibilidade desse *comportamento* é limitada pelo grau de associação de estímulos públicos e

privados que sustentarão um reforçamento efetivamente suficiente para estabelecer e manter a *resposta*. (1945/1961c, p. 276, destaque acrescido)

A identificação entre comportamento (ou operante) e resposta, encaminhada, por exemplo, pela compreensão do comportamento em termos de movimento muscular (e.g. Skinner, 1957), mostra-se problemática quando consideramos a distinção do caráter probabilístico da noção de comportamento. Coerente com a indicação do comportamento como classe de respostas, Skinner (1957) afirma que o dado básico da ciência do comportamento “não é a ocorrência de uma determinada resposta enquanto tal, mas a probabilidade de que ela irá ocorrer em um dado período” (1957, p. 22). Nesse sentido, o autor argumenta que a força de um operante (sinônimo de comportamento – classe de respostas) refere-se à probabilidade de que ele ocorra, ou seja, que uma resposta dessa classe efetivamente se realize em uma dada circunstância: “Se uma resposta é emitida, o operante é provavelmente forte” (p. 22). Já uma resposta trata-se de uma ocorrência, cuja consideração só pode se dar, ao menos em termos de emissão, de modo “tudo-ou-nada” (“zero-ou-um”). Confundir essas noções levaria a tomar o comportamento como um fenômeno não probabilístico, “tudo-ou-nada”, característica do modelo reflexo, e não do modelo operante proposto.

Outro ponto problemático da argumentação sobre esse tema é a afirmação de Skinner (1957) de que a descrição de uma resposta não demandaria a descrição da relação funcional ou de qualquer variável relacionada: “Uma resposta, como uma instância, pode ser descrita completamente como uma forma de comportamento” (p. 20). Tal compreensão, puramente topográfica ou formal, vai de encontro com questionamentos do próprio Skinner (e.g., 1938/1966, p. 9) à tradição do reflexo,



quando, por exemplo, defende o caráter constitutivamente relacional de resposta e estímulo.

Reconhecendo a possibilidade de críticas em relação a essa interpretação do comportamento como movimento, para a qual seria preciso considerar um sentido ou significado para se compreender o comportamento, Skinner (1957) contra-argumenta que

significado não é uma propriedade do comportamento como tal, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre. Tecnicamente, o significado deve ser encontrado entre as variáveis independentes em uma consideração funcional, ao invés de como propriedades da variável dependente. Quando alguém diz que pode ver o significado de uma resposta, ele quer dizer que ele pode inferir algumas das variáveis das quais a resposta é comumente uma função. (1957, p. 13)

Para Skinner (1953/1965, 1957), portanto, a questão do propósito do comportamento deve ser buscada nas variáveis de controle. O sentido do comportamento encontra-se, portanto, no ambiente, e não no próprio comportamento. Mais uma vez, fica claro aqui que comportamento não se refere a uma relação entre variável dependente e independente. Comportamento *é a variável dependente* que se relaciona, ou ainda, que é controlada, que é função de variáveis independentes (alterações no ambiente). Skinner (1953/1965) ressalta que essa compreensão mantém-se fiel ao princípio científico de exclusão de “causas finais” na explicação, fato que não acontece nas explicações em termos de controle do comportamento por “objetivos” ou “incentivos”: “Ao invés de dizer que um homem se comporta por causa das consequências que *se seguem* ao seu comportamento [*are to follow his behavior*], nós

simplesmente dizemos que ele se comporta por causa das consequências que *seguiram* (*have followed*) um comportamento similar” (p. 87, destaques do original).

Nessa visão, contudo, o comportamento mostra-se como um objeto de estudo que não possui sentido próprio, estando, justamente por isso, a mercê de argumentos reducionistas (especialmente em uma versão fisicalista) ou não relacionais, como na defesa de que “ver não demanda a coisa vista”. Se em muitos momentos Skinner expressa uma compreensão “intencional” (ação com sentido) do comportamento, a cisão entre comportamento e ambiente expressa em outros marcaria uma clara a negativa de Skinner em relação à intencionalidade do comportamento. Como comentam Kvale e Grenness (1967), ao afirmar que “ver não implica a coisa vista” (Skinner, 1964, p. 89), Skinner opera uma reificação do comportamento perceptivo, isolando essa ação daquilo para o que ela é dirigida – o mundo. Dessa forma, Skinner opera uma quebra da relação fundamental “ser humano-mundo”, não apresentando qualquer avanço em relação às posições idealistas ou introspeccionistas, uma vez que “apenas põem foco na outra face da mesma moeda” (Kvale e Grenness, 1967, p. 138).

A partir desse panorama, algumas distinções importantes em relação aos termos reflexo, comportamento e resposta podem ser apontadas. Comportamento é atividade do organismo, ora identificada como ocorrência (resposta), ora como categoria de ocorrências (classe de resposta). Essa atividade se dá sempre em relação ao ambiente. Porém, a necessidade da consideração do ambiente para compreensão do comportamento varia, ora sendo indicada como necessária, ora sendo apontada como acessória ou secundária. Fato é que a correlação entre atividade e ambiente é chamada de reflexo, não de comportamento. Logo, comportamento não se identifica propriamente com reflexo. Dizer que “todo comportamento é reflexo” indica que toda

atividade chamada de comportamento deve ser entendida nessa estrutura que é chamada de reflexo – correlação necessária entre classe de estímulos e classe de respostas.

Entretanto, ainda que se encontrem tais variações, todas essas definições demonstram a centralidade do trabalho experimental na elaboração do sistema (Skinner, 1938/1966, 1947/1961d). Para Skinner (1938/1966), sendo produtos históricos ligados às conveniências cotidianas, os termos ordinários não atendem as exigências ou o “tipo especial de conveniência característica de um simples sistema científico” (p. 7), ao que o autor complementa: “Há apenas uma forma de se obter um sistema conveniente e útil e é indo diretamente aos dados” (p. 7). Contudo, a compreensão mecanicista que anima tais argumentos acaba conduzindo o sistema justamente a não “ir aos dados” propriamente, ou ao menos, a não ser fiel a eles. As definições e termos empregados devem adequar-se aos cânones metodológicos de análise e determinação, mesmo que isso os afaste completamente do comportamento como um fenômeno ordinário ou pré-científico, ou ainda, exatamente por fazê-lo.

Mesmo apresentando críticas às abordagens da reflexologia de Pavlov e Sherrington, e do behaviorismo clássico de Watson, e já indicando a consideração de um tipo distinto de reflexo, Skinner (1931/1961a, 1935/1961b, 1938/1966) mantém-se comprometido com a lógica do reflexo – um fenômeno completamente determinável e analisável em termos de unidades discretas correlacionadas: estímulos antecedentes, estímulos consequentes, movimentos do organismo, variáveis motivacionais (drive, privação, emoção). A pretensão era estender a noção de reflexo, seu caráter determinado, regular e necessário, a todos os tipos de comportamento (Sério, Andery & Micheletto, 2005). Nesse sentido, ainda que apresente o operante como distinto do

reflexo tradicional (modelo S-R), ele é apresentado como um tipo de reflexo, ou seja, uma relação necessária entre dois termos (R-S). Como comenta Moxley (1998)

Skinner [1938/1966] preserva a terminologia da necessidade mecânica da relação reflexa S-R . . . referindo-se à relação de três termos como ‘mecanismos necessários do reforçamento’ (p. 178), e o diagrama de Skinner para o comportamento operante continua a refletir uma organização reflexa, conectando pares de dois termos de relação em um arranjo de quatro termos. (p. 77)

Ainda que as relações entre variáveis que compõem o reflexo tipo I ou R (operante) não sejam tão conspícuas como as do reflexo tipo II ou S (respondente), para Skinner (1938/1966) “com um controle rigoroso de todas as operações relevantes, o tipo de necessidade que naturalmente caracteriza reflexos simples é aplicável ao comportamento em geral” (p. 26).

É justamente essa implicação com a estrutura reflexa para compreensão do comportamento que parece levar o sistema skinneriano a posições comprometidas com características do modelo científico moderno. Isso pode ser visto especialmente com relação à tese de que os fenômenos são completamente determináveis, sendo variabilidade e compreensões em termos de probabilidade sinais de insuficiência da análise científica, a serem superadas em seu desenvolvimento e progresso. Tais compromissos parecem impedir o pleno desenvolvimento de aspectos interessantes já apontados nesse momento da obra, como o caráter relacional dos conceitos, e a aproximação à perspectiva histórica e funcional de E. Mach. Sob a égide do modelo reflexo, a análise funcional empreendida pouco se diferencia do modo de explicação causal, sendo inclusive indicada mais como uma alteração terminológica que de modelo explicativo (e.g. Skinner, 1953/1965, p. 23).

Desse modo, apesar de apresentar proposições críticas à tradição da reflexologia na fisiologia e do behaviorismo na psicologia, muitas delas coincidentes com as apontadas por Merleau-Ponty, as obras iniciais de Skinner inscrevem-se, reconhecidamente pelo próprio autor (e.g. Skinner 1938/1966, 1977/1978), nessa mesma tradição, sucumbindo problemas de mesma ordem que os apontados por Merleau-Ponty às propostas de autores como Pavlov e Watson (quais sejam, reducionismo fisicalista, realismo, perspectiva analítica atomista, explicação causal, e negação do sentido como fenômeno positivo).

Uma discussão que se restringisse, ou mantivesse o foco em argumentos da obra skinneriana como os apontados acima conduziria à conclusão inequívoca de que pouco se ganharia ao considerar Skinner, e não mais Watson, como interlocutor de Merleau-Ponty em sua análise crítica do behaviorismo. As possíveis afinidades, como a indicação do comportamento como objeto de estudo de uma disciplina psicológica e a oposição ao dualismo mente-corpo tornar-se-iam superficiais perto das profundas distinções dos pressupostos fundamentais a cada proposta (Corriveau, 1972). A primazia do pensamento objetivo, na qual os fenômenos são considerados sob a estrutura “objeto” – composição de elementos físico-químicos, que em contato com os órgãos dos sentidos, produzem a estimulação do organismo – não deixa a abordagem behaviorista radical ir muito longe das perspectivas das psicologias baseadas na noção de sensação e representação, que os behavioristas buscavam superar. Desse modo, subscrevendo teses do determinismo mecanicista, o behaviorismo radical de Skinner mantém-se em uma atitude de preconceito do mundo objetivo, ou seja, em uma análise fisicalista, na qual, no limite, os fenômenos são compreendidos como compostos “*partes extra partes*”,

sendo alvo fácil para as mesmas críticas dirigidas por Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994) às psicologias de laboratório de sua época.

A partir dos argumentos apresentados nas seções anteriores poderíamos nos perguntar: Será que, apesar de toda a literatura que busca salientar as distinções e distanciamentos do behaviorismo radical em relação ao behaviorismo clássico (e.g. Abib, 2004; Chiesa, 1994), Skinner mantém-se em bases filosóficas problemáticas, ao menos do ponto de vista da compreensão merleau-pontyana, sem oferecer alternativas substancialmente distintas?

Como discutido, esse parece ser o caso em alguns momentos da obra de Skinner, especialmente em seus primeiros trabalhos. Contudo, como indicado também, a proposta skinneriana apresenta mudanças importantes em seus compromissos filosóficos. Nesse sentido, se há distanciamentos prementes e motivos para críticas em relação aos princípios e modelo científico do primeiro período da obra de Skinner (década 1930), e de alguns argumentos presentes em um período intermediário (décadas de 1940 a 1960), a obra mais madura do autor (décadas de 1970 e, especialmente, 1980) apresenta argumentos e compreensões divergentes do modelo moderno de ciência, em muitos aspectos próximos à abordagem crítica defendida por Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994)<sup>9</sup>. Trata-se, em grande medida, do desenvolvimento de elementos que já prefiguravam nas propostas iniciais, mas que passam a ser protagonistas da proposta. São elementos inter-relacionados, que em seu desenvolvimento vão dando à abordagem comportamentalista radical um caráter

---

<sup>9</sup> Como comenta Laurenti (2012), apesar da dificuldade em se estabelecer uma definição precisa, alguns aspectos podem ser indicados como comuns a diferentes expressões do pensamento pós-moderno na ciência. As discussões pertinentes à obra de Merleau-Ponty tradicionalmente não se dão nesses termos. Contudo, suas análises críticas apresentam direcionamento comum à pretendida com a indicação de um posicionamento pós-moderno na obra skinneriana: “a pretensão da ciência moderna em alcançar certezas, que se fundamenta na crença em uma realidade imutável e determinada” (p.369).

dinâmico e aberto, próximo ao que tem sido chamado pensamento pós-moderno (Moxley, 1999, 2001), como o endosso da probabilidade, a consideração expandida do contexto, e a maior ênfase nas consequências. Esses elementos ganham corpo, progressivamente, principalmente a partir da noção de contingências de três termos, da perspectiva selecionista, e da compreensão probabilística calcada na variabilidade.

Como indicado, ainda que já apareçam na letra de textos do período inicial da obra de Skinner (e.g. 1935/1961b, 1938/1966, 1945/1961c, 1947/1961d), noções como de operante e probabilidade apresentam distinções importantes no espírito em que são tomadas ao longo da obra. O adjetivo “operante”, por exemplo, usado para descrever um tipo de reflexo (e.g. 1938/1966), não expressa exatamente o mesmo que o substantivo “operante” utilizado na discussão das contingências de reforçamento (e.g. Skinner, 1971, 1974/1976, 1989/1991). Desse modo, observa-se que, tal como indicado por Merleau-Ponty para a noção de comportamento em relação à psicologia estadunidense nascente, noções importantes do sistema skinneriano foram abrindo caminho em meio a pressupostos filosóficos (e.g. mecanicismo, fysicalismo) que não conseguiam pensá-las, tracionando a proposta para perspectivas dispares das iniciais. É a partir dessas mudanças que as possíveis aproximações das propostas críticas desenvolvidas por Merleau-Ponty e Skinner em relação a compreensões intelectualistas ou fisiologistas da psicologia tornam-se mais profícuas e interessantes.

## CAPÍTULO 4 – Skinner e o Comportamento em uma Estrutura Operante

Como comenta Hidalgo (2017), apesar dos objetivos distintos, Skinner partilha com Merleau-Ponty não apenas o desenvolvimento de reflexões “acerca do estatuto filosófico da noção de comportamento”, mas também a sensibilidade “a questões teóricas semelhantes como, por exemplo, a insuficiência dos princípios da reflexologia clássica na explicação do comportamento”, propondo-se igualmente abordar a “noção de comportamento em seu terreno próprio (irreduzível, portanto, à fisiologia)” (Hidalgo, 2017, p. 161). Nessa direção, encontramos em Skinner o encaminhamento de uma compreensão para o comportamento que, buscando afastar os fantasmas das abordagens intelectualistas (mentalismo), passa pela crítica às insuficiências e limitações da reflexologia e das teorias do condicionamento do início do século XX. Tal como apontado para a proposta merleau-pontyana, o desenvolvimento dessas críticas e a elaboração de uma abordagem alternativa visam à consolidação de uma compreensão do comportamento como fenômeno com sentido próprio (e.g. Skinner, 1938/1966, p. 5).

Considerando a crítica ao mentalismo, encontramos em Skinner, tal como em Merleau-Ponty, a problematização de compreensões do comportamento como *manifestação*. Nessa direção, Skinner recusa tanto a interioridade e dimensão distinta da consciência em relação ao mundo, quanto o destaque da dependência das proposições sobre o “mundo da consciência” em relação ao mundo sensível, empírico: “Não é de surpreender, contudo, que a geografia da mente precisa ser emprestada da geografia do mundo” (Skinner, 1969, p. 248). Desse modo, argumenta Skinner (1969),

O behaviorismo radical nega a existência de um mundo mental, não porque seja polêmico ou invejoso de um rival, mas porque aqueles que dizem estar



estudando o outro mundo necessariamente falam sobre o mundo do comportamento de um modo que conflita com uma análise experimental. Nenhuma ciência da vida mental fica dentro dos limites do mundo da mente. Os mentalistas não ficam em seu lado da cerca. (1969, p. 249)

Vale notar que não apenas a crítica ao mentalismo, mas também a crítica à reflexologia e às propostas do behaviorismo clássico feitas por Skinner apresentam inspiração semelhante às desenvolvidas por Merleau-Ponty. Para Skinner, o tipo de relação entre organismo e ambiente encaminhado pelas propostas da reflexologia e do condicionamento clássico limitavam a compreensão do fenômeno de tal maneira que acabavam incorrendo na consideração de mecanismos e processos internos com o mesmo caráter das entidades mentais que buscavam suplantar.

Nessa direção, Skinner (1953/1965) afirma não ser “nem plausível nem conveniente conceber o organismo como um complexo boneco de molas [*jack-in-the-box*] com uma longa lista de truques . . . evocados apertando-se o botão apropriado” (p. 49). Nesse sentido, a interação do organismo com o ambiente envolveria outros modos além do designado pelo conceito de estímulo entendido como força eliciadora da resposta de maneira invariável: “Nós vemos agora que o princípio do reflexo estava exaurido” (p. 49). Desse modo, se a reflexão acerca dos compromissos mecanicistas presentes nas obras iniciais de Skinner leva a considerar como superficiais e incipientes as possíveis aproximações entre o comportamentalismo radical e a apreciação fenomenológica do comportamento em Merleau-Ponty (Corriveau, 1972), é possível encontrar, com o redirecionamento da proposta skinneriana em bases selecionistas, pontos de convergência e possibilidade de diálogos profícuos a ambas as partes.

Explorando a obra mais madura de Skinner pode-se observar que os pronunciamentos sobre o comportamento, especialmente de cunho ontológico, assumem uma perspectiva de totalidade e conjunto, diferente do caráter atomista que dominava a obra inicial do autor:

Vimos que qualquer *unidade* de comportamento operante é de certa forma artificial. O comportamento é a atividade contínua e coerente de um organismo integral. Embora ele possa ser analisado em partes para propósitos teóricos ou práticos, precisamos reconhecer sua *natureza contínua* de modo a resolver certos problemas comuns. (Skinner, 1953/1965, p. 116)

A noção de operante inaugura, em grande medida, esse movimento de mudança de perspectiva e compromissos na obra skinneriana, ainda que não encerre nem garanta sua completude. Para Cruz e Cillo (2008), por exemplo, é a partir da adoção do condicionamento operante que são lançadas as bases para as formulações que Skinner operará ao longo de sua obra para a abordagem do comportamento. Trata-se de uma mudança que, pouco a pouco, vai alcançando todos os eventos considerados.

Apresentando sua compreensão da seleção pelas consequências como “um tipo de causalidade muito diferente dos mecanismos *push-pull*” (Skinner, 1974/1976, p. 41), Skinner enfatiza que a grande importância do trabalho de Darwin refere-se à reflexão acerca do papel *selecionador* do ambiente. Desse modo, discutir o comportamento como parte da dotação genética dos organismos é considerar que “A sobrevivência pode ser dita *contingente* a certos tipos de comportamento” (p. 41). O ambiente deixa de ser entendido como eliciador, passando a ser considerado em termos de alteração de *probabilidade* e de *seleção*. A resposta do organismo, entendida como *ocorrência de uma classe*, passa a ser tomada em uma escala estendida, sendo sua medida organizada

em uma dada *taxa* ou *frequência*, que sustentará a previsão da ocorrência do comportamento no futuro.

Desse modo, à medida que o programa de pesquisa skinneriano vai se desenvolvendo e se aprofundando na exploração do operante, a manutenção do modelo reflexo, bem como de seus compromissos filosóficos, vai se tornando inviável: “É então evidente que a definição de reflexo não mais suporta a extensão que o programa científico de Skinner alcança, ou seja, não existe reflexo ou é inadequado um reflexo que tem a resposta como a fonte de análise” (Cruz & Cillo, 2008, p. 379). O funcionamento quase-mecânico dos reflexos também passa ser explicado por processos de variação e seleção em uma história filogenética. A suscetibilidade às consequências da ação sobre o ambiente inaugura e aprofunda uma abordagem do comportamento incompatível e inconciliável com a noção de reflexo e a interpretação mecanicista, que não obstante vão perdendo espaço no sistema skinneriano para o modelo científico biológico, de cunho selecionista. Com isso, para Micheletto (2001), “Skinner completa seu afastamento ou combate ao mecanicismo e às concepções metafísicas que o acompanham” (p. 52). Não se trata, portanto, de agregar uma parte dinâmica a uma compreensão mecânica. Trata-se da adoção de um modelo característico dos sistemas vivos, de caráter dinâmico e aberto.

Especialmente ao longo das décadas de 1960 e 1970, as proposições de Skinner vão passando da necessidade do reflexo à contingência do operante. O apreço ao caráter determinista almejado pelo conhecimento científico passa a conviver com afirmações que estabelecem a compreensão do comportamento em termos de um sistema dinâmico<sup>10</sup> e complexo: “O comportamento é um assunto difícil, não porque é

---

<sup>10</sup> Seguimos aqui o uso do termo *dinâmico*, em oposição a “mecânico” ou “mecanicista”, para caracterizar a compreensão do operante, expressa em Lopes (2014). Tal como indicado pelo autor “Trata-se, portanto,

inacessível, mas porque é extremamente *complexo*. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É *mutável, fluido e evanescente*” (Skinner, 1953/1965, p. 15). Justamente essa natureza processual do comportamento imporia condições de âmbito epistemológico: “O comportamento dos organismos não é uma coisa simples de se descrever” (1951/1961, p.70).

Há uma inversão na discussão da abordagem do comportamento: se antes os conceitos deveriam adequar-se à abordagem experimental, nesse segundo momento as afirmações de Skinner são no sentido de salientar como o comportamento, como objeto de estudos complexo, que exige engenhosidade e pluralidade de métodos para sua exploração científica. Nessa direção, complexidade, variabilidade e indeterminação não seriam aspectos a serem superados pelo tratamento experimental rígido, mas características inerentes a esse objeto de estudo a serem consideradas e contempladas pelos métodos de investigação.

Trata-se do avanço do reconhecimento de um caráter ambíguo e indeterminado do comportamento, que já contrastava com a pretensão de uma abordagem totalmente ordenada e determinada, como pode ser observado em Skinner (1947/1961d): “Pode ser que a noção de uma unidade de respostas esteja em falta e que uma proposição final refletirá a fluidez e continuidade do comportamento como um todo” (p. 234). Nesse mesmo sentido, Skinner (1951/1961e) contrapõe-se a uma compreensão substancialista, indicando um caráter processual do comportamento: “Ele não é um objeto que possa ser imobilizado para inspeção. Ele é um processo, uma mudança constante” (p. 70).

Esse tipo de reflexão leva Skinner a considerar que a explicação do comportamento deveria se ocupar menos com os aspectos formais do comportamento

---

de mostrar que sistemas dinâmicos apresentam regularidades que não se ajustam a explicações mecanicistas” (p. 48).

que com sua ocorrência, o que só poderia ser encaminhado em termos da “probabilidade de ação”. Desse modo, o autor argumenta que as questões com as quais a ciência do comportamento se ocupa são relativas à “probabilidade de que um organismo irá emitir um comportamento de um dado tipo em um determinado tempo” (1951/1961e, p. 70). Nessa mesma direção, Skinner (1953/1965) afirma que uma resposta que já ocorreu não pode ser prevista ou controlada. O que se prevê é que “respostas *similares* vão ocorrer no futuro” (pp. 64-65). Esse conjunto de “respostas similares” seria uma classe de resposta, a unidade preditiva de uma ciência do comportamento: “A palavra ‘operante’ será usada para descrever essa classe. O termo enfatiza que o comportamento *opera* sobre o ambiente para gerar consequências. As consequências definem as propriedades com respeito às quais as respostas são chamadas de similares” (p. 65). Indica-se assim o caráter selecionista da compreensão, com o comportamento definindo-se em termos de suas consequências.

Com o aprofundamento da perspectiva selecionista, a abordagem proposta liberta-se da pretensão de buscar a explicação do comportamento em termos da catalogação de um conjunto estrito de estímulos antecedentes (causas) e respostas (efeitos). Um dos marcadores mais significativos dessa mudança de compreensão, como indicado, pode ser encontrado na noção de “contingência de três termos” (Skinner, 1945/1961c), “contingência tríplice” ou “contingência de reforçamento” (especificamente aplicada aos casos de condicionamento operante) (e.g. Skinner, 1969). Skinner (1945/1961c) descreve sucintamente a contingência de três termos, aplicada ao ensino da descrição verbal de eventos:

Existem três termos importantes: um estímulo, uma resposta e um reforço fornecido pela comunidade verbal. (Todos eles precisam de definições mais

cuidadosas do que aquelas inferidas a partir do uso corrente, mas a discussão que se segue pode ser feita sem maiores digressões). As inter-relações significativas entre estes termos podem ser expressas dizendo-se que a comunidade reforça a resposta apenas quando ela é emitida na presença do estímulo. O reforçamento da resposta “vermelho”, por exemplo, é contingente à presença de um objeto vermelho. (*A contingência não precisa ser invariável*). (1945/1961c, p. 275, destaque acrescido)

Vale destacar a afirmação entre parênteses, claramente distinta da necessidade mecânica característica do modelo reflexo. O comportamento passa a ser compreendido a partir de outro referencial: não corresponde mais a estrutura reflexa (correlação entre estímulo e movimento), mas deve ser tomado em uma estrutura da contingência de três termos – ambiente antecedente, resposta (ou comportamento) e ambiente conseqüente.

É importante notar que o comportamento é um dos termos da tríplice contingência, e não equivalente a ela. A relação entre a atividade do organismo e o ambiente continua a ser definida por outra noção que não a de comportamento. Mas essa noção não é mais a de “reflexo”, e sim a de “contingência tríplice”. A passagem do reflexo para a contingência de três termos marca, portanto, uma mudança da estrutura na qual o comportamento deve ser considerado.

Decorrem dessa passagem do reflexo ao operante mudanças importantes de posicionamento em relação a fundamentos e princípios que embasavam o sistema skinneriano. Diferentemente da proposta inicial, comprometida com uma estrutura reflexa, a abordagem do comportamento em uma *estrutura operante* leva o sistema skinneriano a criticar e buscar superar, ao menos em parte, alguns aspectos problemáticos da tradição behaviorista apontados por Merleau-Ponty (1942/2006),

como o pensamento causal, o fisicalismo, o atomismo e a consideração da variabilidade como deficiência epistemológica ou metodológica.

#### 4.1 – Acepção biológica de função

Conforme discutido em seções anteriores deste trabalho<sup>11</sup>, da maneira como é encaminhada na primeira fase da obra skinneriana, em uma acepção matemática, a noção de relação funcional não parece acarretar em uma mudança efetiva em relação à lógica causal. Passível de uma interpretação do tipo “se x, então *necessariamente* y” (e “dado um y, então necessariamente determinado x”), a noção de função, desse ponto de vista, mostra-se muito mais próxima e compatível com uma estrutura do reflexo que com uma estrutura operante. Entretanto, como discute Micheletto (2000), o sentido matemático de função não é o único a figurar na obra de Skinner. É possível encontrar também, especialmente na segunda metade da obra do autor, o uso do termo “função” (e seus relativos) em uma acepção biológica.

Micheletto (2000) argumenta que no âmbito da tradição biológica, a noção de função remete a reorganização das “ciências da vida” em torno do estudo dos processos funcionais orgânicos, a partir do século XIX. A vida seria o efeito da conjugação de processos funcionais (Coleman, 1977), ou seja, um conjunto de relações que ditam o *funcionamento* dos organismos e seus sistemas.

Ao enfatizar o modelo de seleção pelas consequências, é esse o sentido que encontramos no texto skinneriano para a noção de função: *funcionamento*, *processo*, ou ainda, *papel desempenhado* (na manutenção do organismo, do comportamento ou da cultura).

---

<sup>11</sup> Seção “3.3 - Explicação causal”, p. 115.

O que chamamos de comportamento evoluiu como um conjunto de *funções* ampliando o intercâmbio entre o organismo e o ambiente. Em um mundo regularmente estável ele poderia ser como é a digestão, respiração ou qualquer outra *função* biológica. O envolvimento com o ambiente, entretanto, impôs limitações. O comportamento *funcionou* bem só sob condições regularmente similares às aquelas que ele foi selecionado. (Skinner, 1981, pp. 51-52, destaques acrescidos)

Uma investigação funcional do comportamento, nesse sentido, não se configura como a busca por pares ordenados de eventos ambientais e atividades do organismo, mas implica na exploração da interação dinâmica entre o organismo (em toda sua complexidade, com todos seus sistemas – ou seja, do “organismo como um todo” [e.g., Skinner, 1990, p. 1206]), e o ambiente (em toda sua complexidade, como contexto, não apenas em seu aspecto físico-químico, mas também histórico). Assim, diferentemente da epistemologia de cunho associacionista (ou “fenomenista”) de Mach, na abordagem skinneriana (ou ao menos em uma compreensão pragmatista da abordagem skinneriana) “O ambiente age selecionando” (Micheletto, 2000, p. 120). Como comentam Carrara (2005) e Moxley (1992), é nessa alteração no sentido da noção de função, nessa mudança na perspectiva de análise, que se encontra a significação fundamental da proposta skinneriana: “um behaviorismo *funcional*, em contrapartida ao funcionalismo *mecanicista* do tradicional paradigma S-R” (Carrara, 2005, p. 184).

Essa perspectiva é a mesma que encontramos na proposta merleau-pontyana. Contra esse mesmo “funcionalismo mecanicista”, Merleau-Ponty defende o sentido de “funcionamento” para a abordagem funcional – os elementos ganham significação a partir do papel que desempenham na realização do fenômeno comportamento,



processual e dinâmico. Funcionalidade essa que, ao contrário das pretensões do cientificismo, não se deixa reduzir ao mundo da física, só sendo apreendida no âmbito do percebido. Para Merleau-Ponty (1942/2006), “Conhecer é pois sempre apreender um dado em certa função, sob certo aspecto, ‘enquanto’ ele me significa ou me apresenta alguma estrutura” (p. 306).

Junto ao desenvolvimento do selecionismo, é essa compreensão fundamentada na tradição biológica do termo que ganha ênfase no texto skinneriano, demandando, como comenta Micheletto (2000), esclarecimento e reformulação das expressões “análise funcional”, “relação funcional” e derivados. Sendo assim, na abordagem do comportamento em uma estrutura operante, “um item possui uma função, falando de modo simplificado, se ele tem origem a partir de *seleção pelas consequências* de itens passados semelhantes (como ocorre, e.g., com as ocorrências de padrões operantes)” (Lazzeri, 2013, p. 61), de modo que “O que individua o comportamento são as funções que possuem; por exemplo, no comportamento do rato de pressionar alavanca, a função de acionar liberação de alimento; no comportamento predatório do leão, funções relacionadas à obtenção da presa.” (Lazzeri, 2013, p. 61).

#### **4.2 – Crítica ao fisicalismo**

Discutindo criticamente a tradição da reflexologia, Skinner (1969) questiona o que chama de uma “compreensão materialista”, que pode ser colocada em paralelo com a tentativa de redução do comportamento à categoria de coisa (ou objeto). Tal como a crítica de Merleau-Ponty (1942/2006) ao cientificismo, Skinner (1969) argumenta que a busca pela materialidade como fonte de segurança para o tratamento científico acabava por afastar a reflexologia e o behaviorismo inicial do comportamento propriamente dito,

sendo levados a recorrer: i) a especificações fisiológicas cada vez mais limitantes e distantes de uma ação no contexto natural; ou ii) a construtos hipotéticos, fisiológicos ou mentais, cada vez mais desligados da observação direta dos acontecimentos.

Nessa mesma direção, ao criticar a perspectiva fisicalista dominante na proposta “estímulo-resposta”, Skinner (1953/1965) salienta que a compreensão do comportamento não se daria por uma catalogação das propriedades físicas dos estímulos, e das atividades dos órgãos do sentido em questão. Ao contrário, seria preciso considerar a participação do organismo como um todo no intercâmbio com o ambiente: “O que parece ser uma simples reação sensorial frequentemente depende de variáveis no campo do condicionamento, motivação, e emoção” (p. 131). Para o autor, a discussão da função do estímulo poderia, em muitos casos, prescindir de qualquer especificação da natureza do estímulo, ou “da forma particular de energia trocada na periferia do organismo” (p. 131). Colocando mais diretamente, o autor afirma que “Um estímulo não é mais apenas o desencadeamento conspícuo ou a terminação de uma troca de energia, como em um reflexo fisiológico; ele é qualquer parte da ocasião na qual uma resposta é emitida e reforçada” (Skinner, 1969, p. 29).

Discutindo a compreensão de processos psicológicos como atenção e percepção, Skinner (1971, p. 187) toca a questão da realidade *versus* experiência. O autor critica a posição idealista de que o mundo só existe a partir da percepção dele (só o que é percebido existe), afirmando que a posição behaviorista reverteria esta relação, enfatizando o papel do ambiente – não haveria percepção se não houvesse o que ser percebido, ao que o autor em seguida complementa, dizendo que “um mundo existente não seria percebido se não houvesse as contingências apropriadas” (p. 187). Desse modo, dada a grande variação na percepção do mundo, uma descrição do estímulo em

termos puramente físicos não poderia ser considerada satisfatória. Ao invés de uma defesa rápida (e rasa) de uma compreensão realista e fisicalista, Skinner (e.g., 1971, 1974/1976) busca salientar que uma explicação para as variações na percepção pode ser elaborada com base na noção de contingência de reforçamento. Superam-se, assim, tanto perspectivas idealistas quanto realistas, bem como as compreensões em termos de variáveis ou atos mentais mediacionais (sensações, associações e hipóteses), e a duplicação do mundo (mundo real e mundo da experiência). De modo simples e direto, pode-se compreender a posição skinneriana pela seguinte afirmação:

Nós estamos sempre ‘lidando com a realidade’, embora o termo deva ser tomado de modo a incluir mais que uma apresentação atual [*current presentation*]. As diferenças importantes estão entre comportamentos, e eles, por sua vez, são explicados por diferenças em contingências passadas (1974/1976, p. 89)

Procurando destacar as implicações da compreensão baseada na noção de contingências de reforçamento, Skinner (1974/1976) afirma que “Na medida em que nós aprendemos sobre o papel das contingências de reforçamento, maior a chance de nos colocarmos para além das propriedades formais” (p. 72). Desse modo, a compreensão do comportamento em uma estrutura de contingência de três termos não significa a mera adição da consequência em uma sequência linear de estímulo e resposta. Ela altera a maneira como esses outros termos são considerados – trata-se de uma inter-relação entre os três termos.

#### **4.3 – Conjunto e configuração**

A consideração de regularidades no fluxo da atividade geral do organismo, na qual se fundamenta uma compreensão científica do comportamento, confere algo que não

está “materialmente” em nenhuma das manifestações singulares. A discussão desse aspecto remete a uma das principais categorias da abordagem skinneriana: a noção de classe, aplicada a estímulos e respostas. Uma vez que estímulos e respostas variam de uma realização a outra, para compreender o comportamento, de modo mais geral e amplo, como relação entre eles, era preciso considerá-los para além de instâncias particulares, exclusivamente. Mas mais que isso, como argumenta Skinner (1989/1991b), é preciso levar em conta o caráter probabilístico e funcional dessas classes. A noção de classe de resposta, introduzida já nos trabalhos da década de 1930, passa a servir à configuração da compreensão probabilística do modelo de contingência tríplice – “O que é alterado é a probabilidade futura de respostas na mesma *classe*. É o operante como uma classe de comportamento, ao invés da resposta como uma instância particular, que é condicionado” (Skinner, 1953/1965, p. 87).

Novamente, marca-se o caráter relacional-funcional da compreensão skinneriana. As definições de uma classe de respostas e de uma classe de estímulos estão mutuamente implicadas: “Em outras palavras, nós não olhamos mais para comportamento e ambiente como coisas ou eventos separados, mas para as inter-relações entre eles. Nós olhamos para as contingências de reforçamento. Assim nós podemos interpretar o comportamento com maior sucesso” (Skinner, 1969, p. 29). É essa “relacionalidade” fundamental que, especialmente por meio da noção de contingência tríplice, garante a inextricabilidade entre materialidade e sentido, tal como encontrado na noção de forma em Merleau-Ponty.

A compreensão do comportamento em uma estrutura operante também impacta na consideração da atuação e alcance dos processos comportamentais. O reforçamento de um operante, por exemplo, produz alterações não apenas na probabilidade de

ocorrência de respostas de uma classe de comportamento específica, mas também um “notável aumento na força” de outros operantes (Skinner, 1953/1965, p. 94). De modo semelhante, um estado de privação em relação a água aumenta a probabilidade não só da ingestão de água propriamente dita, mas de todo o conjunto de atividades “que leva a ingestão”, como ir até a cozinha, usar um bebedouro, ou pedir um copo d’água. Na mesma direção, a modelagem promoveria uma alteração na atividade geral do organismo: “Isso novamente altera a distribuição geral do comportamento sem produzir uma nova unidade” (p. 92). Skinner afirma que a compreensão da modelagem nesses termos seria efetiva porque “reconhece e utiliza a natureza contínua de uma ação complexa” (p. 92), como “uma unidade de comportamento funcionalmente coerente” (p. 92).

Tratando do estudo de um repertório complexo de comportamento, Skinner (1953/1965) argumenta ser conveniente distinguir entre os operantes por sua topografia e produção de distintas consequências. Contudo, argumenta o autor, a divisão do comportamento em partes, para facilitar a análise, não deve nos levar a esquecer da natureza contínua do comportamento. A divisão se daria nas unidades – partes que são contadas e das quais a frequência desempenha papel fundamental na elaboração das leis do comportamento. Para Skinner, a negligência do caráter contínuo seria responsável por muitas das dificuldades na teoria do comportamento, presentes em expressões como “generalização de resposta”, “transferência” ou “indução de resposta”. Elas demonstrariam a não compreensão de que o reforçamento de um operante produz modificações em todo o repertório comportamental. “Nós dividimos o comportamento em unidades rígidas e ficamos surpresos ao encontrar que o organismo desconsidera as fronteiras que estabelecemos” (p. 94).

Uma das implicações mais profícuas dessa compreensão em termos de conjunto pode ser encontrada nas proposições sobre a atividade do “indivíduo como um todo”. Já em 1938, Skinner discute acerca de emoções em termos de alterações em um conjunto de ações:

Eu sei que um homem está bravo, não porque ele está secretando adrenalina ou porque sua pressão sanguínea está aumentando, mas porque ele me recebe estupidamente, aperta minha mão vagarosa ou fracamente, responde a minhas colocações curtamente e me evita se possível. Todas as respostas que ele está acostumado a fazer em minha presença sofrem uma alteração significativa, e esta alteração é o dado primário sobre o qual eu baseio minha afirmação de que ele está bravo. (p. 407)

Há aqui uma declaração clara e preciosa, na mesma direção da proposta merleaupontyana. O “dado primário” – a percepção do comportamento – refere-se a um conjunto, ou ainda, a uma configuração, que encontra expressão na alteração do conjunto de ações do indivíduo, e não em alguma propriedade elementar, descrita em termos fisiológicos. É nesse mesmo sentido que encontramos a indicação de Skinner (1989/1991a) de que até o século XIX, o termo experiência, do latim *experi*, era usado exclusivamente para se falar de “algo pelo qual uma pessoa ‘tivesse passado’. . . ou o que nós poderíamos hoje chamar de exposição a contingências de reforçamento” (p. 26). Assim, tal como proposto por Merleau-Ponty, há na abordagem skinneriana espaço para o reconhecimento de que nenhuma fórmula científica ou regra lógica apresenta-se com primazia em relação à experiência empírica: no mundo da experiência, “As contingências sempre vêm primeiro” (Skinner, 1989/1991b, p. 65).

#### 4.4 – Variabilidade e indeterminismo

Com a compreensão dos eventos comportamentais (estímulos e respostas) como classes de eventos, junto à consideração do papel primordial do papel das consequências da resposta na determinação do comportamento futuro, a variabilidade passa a ser entendida como “parte do processo comportamental, e não algo inexplicável e a parte da situação” (Cruz & Cillo, 2008, p. 379). Nesse sentido, se Skinner inicia seu programa de pesquisa buscando leis do comportamento que subjugassem a variabilidade, acaba encaminhando-o em direção à investigação das leis da seleção e manutenção do comportamento, que tem na variabilidade um de seus principais princípios.

Em decorrência desse mesmo movimento é possível observar uma progressiva diminuição da ênfase em argumentos de cunho determinista, acompanhada por maior destaque a argumentos em defesa de uma compreensão probabilística. Assim, como comenta Moxley (1998), “Embora Skinner nunca rejeite explicitamente o determinismo, ele o marginaliza até o ponto em que ele se torna irrelevante para seu selecionismo” (p. 88). A determinação do comportamento passa a ser discutida em termos de *contingências* e *probabilidade*, e não de *necessidade*. “O controle é probabilístico. O organismo não é forçado a se comportar de uma dada maneira; isso é simplesmente tornado mais provável” (Skinner, 1973, p. 259). De “valor inequívoco”, defendido nas obras das décadas de 1930 e 1940, e em alguns momentos na década de 1950, “o status do determinismo [the establishment of determinism] é agora qualificado como ‘não pode ser provado’, ‘mais plausível’, e ‘pode ser’” (Moxley, 1997, p. 17). Por outro lado, os termos pejorativos “caprichoso” (*capricious*) ou “instável”, utilizados para qualificar negativamente a variabilidade, são substituídos pelo uso de expressões mais “solenes” como “probabilidade de ação” ou “ações possíveis” (Moxley, 1997, p. 17).

Skinner (1953/1965) discute, por exemplo, que seria praticamente impossível o desenvolvimento de um programa de análise funcional se os comportamentos se apresentassem em “estados de tudo-ou-nada”. Compreendendo que a probabilidade de uma resposta varia entre esses dois polos extremos, ganha-se vantagem para lidar com variáveis que não *causam* a ação do organismo, como determinava a noção de estímulos eliciadores, “mas simplesmente *tornam a ocorrência mais provável*” (p. 62, destaque acrescido). Pode-se assim lidar com o efeito combinado de mais de uma variável, de formas mais complexas e dinâmicas que as leis do modelo mecânico, como a somação algébrica. Vale notar que a probabilidade aqui não se refere a um desconhecimento das causas, mas é constitutiva do fenômeno.

Nessa mesma direção, abertura e indeterminação ganham espaço e caráter positivo no sistema skinneriano, acompanhando as exigências conceituais do modelo selecionista. Assim, como comenta Moxley (1997), “Ao invés de reconciliar probabilidade e variação com o determinismo, Skinner passa a salientar o papel da variação acidental ou randômica no comportamento humano em analogia com a seleção natural” (Moxley, 1997, p. 18).

Desse modo, se a compreensão mecanicista determinista do início da obra skinneriana se enquadra nas categorias críticas de Merleau-Ponty direcionadas às “psicologias de laboratório”, a perspectiva selecionista que vai dominando a proposta coaduna em muitos aspectos com as categorias alternativas apresentadas por Merleau-Ponty, como a crítica à perspectiva materialista-fisicalista; a compreensão em termos de configurações e conjuntos; e o caráter positivo da ambiguidade e indeterminação.



#### **4.5 – Comportamento e contingência de reforçamento**

O desafio de trazer para o campo da previsão e controle o comportamento “espontâneo” e “voluntário” acaba por conduzir o sistema skinneriano a uma organização distinta. Como discutido, não se trata mais de estender a noção de reflexo à interpretação de todos os tipos de comportamento, mas de encontrar uma fórmula que lhe seja própria – uma relação entre três termos, mas que agora apresenta caráter contingencial e probabilístico (e.g. Skinner 1945, 1969). Nesse sentido, Micheletto (2001) procura destacar o papel da explicação como descrição de relações funcionais como elemento fundamental para o desenvolvimento da noção de operante. Para a autora, é a partir dessa noção também que outro elemento fundamental da compreensão skinneriana para a abordagem do comportamento encontra espaço: “Só a partir do conceito de operante é que referências a esta teoria [seleção natural] começam a ocorrer no trabalho de Skinner” (p. 48). E se “tais referências são poucas e não completamente explícitas” (p. 48) nesse período de transição da obra skinneriana (entre as décadas de 1940 e 1960), o modelo de seleção pelas consequências, que Skinner encontra na teoria da seleção natural, ganha centralidade na obra madura do autor (décadas de 1970 e 1980), passando a ser a tônica da abordagem: “Se de início Skinner busca na seleção natural os princípios que orientam sua concepção de objeto, gradualmente estes princípios se estendem à própria noção de causalidade” (p. 50).

Esse é justamente o movimento que se torna saliente nas interpretações de fenômenos psicológicos e sociais a partir do modelo da tríplice contingência apresentadas por Skinner em suas obras a partir da década de 1970 (e.g. 1971, 1974/1976, 1981, 1986, 1987). Ao invés do encaminhamento negativo em relação ao propósito ou intenção do comportamento, Skinner apresenta nesses textos uma versão

positiva, afirmando que o operante é o “próprio campo do propósito e da intenção” (Skinner, 1971, p. 202, 1974/1976, p. 55). Nessa direção, Skinner (1971) diferencia sua proposta da posição positivista, próxima ao behaviorismo metodológico, dizendo que a afirmação de que o comportamento humano seria determinado por leis necessárias, sendo por isso não-intencional, faria jus a casos ou explicações baseadas “exclusivamente em condições antecedentes”, como nas noções de reflexo ou respondente. Se tomados em termos de consequências seletivas, intenção e propósito seriam parte inerente do modelo de seleção pelas consequências. Porém, nesse caso, o propósito se dá não *a priori*, mas *a posteriori*. Os comportamentos teriam um propósito por, em diferentes níveis, terem sido selecionados por suas consequências (para a espécie, o indivíduo ou a cultura). Podemos interpretar então que o propósito para Skinner seria próximo a uma noção de “direção” do comportamento, que teria sua origem no histórico de contingências (de Rose, 1982).

Atestando o caráter central da noção de contingências de reforçamento nessa compreensão, Skinner (1974/1976) afirma:

Alguns termos aparecem muitas vezes, mas isso não significa que o texto seja repetitivo. Nos últimos capítulos, por exemplo, a expressão ‘contingências de reforçamento’ aparece em quase todas as páginas, mas os capítulos são sobre contingências. Se fossem sobre cogumelos, a palavra ‘cogumelo’ seria repetida frequentemente. (pp. 20-21)

Tratando da noção de contingência, Skinner (1971) coloca-se em uma postura filosófica contrária ao substancialismo (abordagem dos fenômenos como coisas), criticando, por exemplo, a metáfora do armazenamento em diferentes níveis – “natureza humana” e “herança genética”; “traços de personalidade”; “espírito de uma época”: “As

histórias evolutiva e ambiental alteram um organismo, mas não são armazenadas dentro dele” (pp. 195-196). A tese defendida é de que as contingências mantêm, alteram ou produzem novas configurações a cada momento. Nessa direção é que se poderia argumentar que “Nós estamos mais perto da natureza humana em um bebê que em um adulto” (Skinner, 1971, p. 197), no sentido de que os comportamentos observados na criança mostram mais produtos da seleção pelas consequências no nível da espécie que das contingências ambientais experienciadas pelo bebê. Desse modo, da criança ao adulto, observa-se uma alteração no repertório de comportamentos, e não a implantação de traços ou virtudes.

Seguindo essa linha, Skinner (1974/1976) discute o condicionamento respondente como um processo resultante da evolução dos organismos vivos, que permite aos indivíduos adquirirem comportamentos mais apropriados a novos ambientes ao longo de seu período de vida. Skinner chama atenção ao fato de que um comportamento reflexo condicionado não é uma coisa que o indivíduo possui, ou ainda, um evento causador, mas um modo de identificar um fato: “O coração de um corredor não começa a bater mais forte e rapidamente imediatamente antes da corrida *por causa* do reflexo cardíaco condicionado; o reflexo é simplesmente uma maneira de identificar o fato de que ele começa a bater rapidamente” (p. 43). Para Skinner, o organismo foi modificado pelas situações anteriores, e como um organismo modificado, comporta-se de modo diferente. Falar em “aquisição” de um comportamento seria apenas um modo conveniente, mas pouco preciso, de falar sobre esse *processo*.

Em seguida a essa argumentação, Skinner (1974/1976) discute o condicionamento operante – um processo distinto do condicionamento respondente, mas regido pelo mesmo princípio: seleção pelas consequências. É nesse sentido que o

autor afirma haver “similaridades notáveis” entre as contingências de sobrevivência e as contingências de reforçamento, apesar das diferenças em termos dos produtos e temporalidade de cada uma. Vale notar a ressalva de Skinner em “esvaziar” a compreensão desses processos de qualquer ato mental por parte do indivíduo. Nessa direção, o autor afirma que não há qualquer associação ou antecipação por parte do sujeito que explique o comportamento. A relação entre os eventos se dá no ambiente, ou ainda, no mundo, e não no sujeito.

Aprofundando as considerações sobre as contingências de reforçamento, Skinner (1974/1976) afirma que “As consequências que modelam e mantêm o comportamento designado como um operante não estão presentes no contexto em que uma resposta ocorre; eles se tornaram parte da história do organismo” (pp. 57-58). Esse tipo de compreensão mostra mais uma vez o afastamento da abordagem skinneriana de uma perspectiva substancialista – as consequências atuam na seleção do comportamento de modo histórico, e não mecânico. Esse caráter histórico pode ser explorado a partir da temporalidade ambígua do comportamento operante: ele é determinado pelas consequências passadas, mas “Por sua natureza, é direcionado ao futuro” (p. 61).

Para Skinner (1971, 1974/1976), uma das dificuldades colocadas à abordagem do operante como campo do propósito é justamente a concepção de propósito em termos espaciais, como se fosse sinônimo de “lugar final”, ou ainda, por compreensões que se restringem a considerações do aqui e agora. Contrariamente, para o autor, o propósito, ou ainda, a intencionalidade do comportamento é construída pelo processo de reforçamento. A intenção não é algo possuído e que provoca o comportamento, assim como não o são os sentimentos. O que controla o comportamento, bem como a intenção e os sentimentos, é o ambiente (natural e social). E construir conhecimento sobre o

papel do ambiente é justamente o desafio da ciência do comportamento skinneriana. A novidade da perspectiva behaviorista radical não seria, portanto, a busca por previsão e controle, mas o foco na exploração sistemática no papel do ambiente (Skinner, 1974/1976, p. 15).

Podemos encontrar aqui aproximações importantes à proposta merleau-pontyana, especialmente em relação à proposição de que a intenção não é algo possuído, mas *realizado no comportamento*. O estudo do processo de reforçamento trata, pois, justamente de tentar descrever a realização da unidade de sentido organismo-ambiente que o comportamento expressa. Ao conduzi-la em uma perspectiva contextual e histórica, ou seja, em um quadro temporal ampliado, como também defende a proposta merleau-pontyana, Skinner evita tanto a necessidade de introdução de um elo mental, como nas propostas intelectualistas, quanto de uma redução a estruturas fisiológicas. É no contexto (nele incluído o histórico de relações) que prefigura o sentido que uma relação organismo-ambiente atual realiza.

A ênfase no papel do ambiente poderia levar à interpretação de que a proposta skinneriana conduz necessariamente a uma concepção passiva do sujeito humano, como um fantoche do ambiente. Contudo, há que se ressaltar que o quadro filosófico em que Skinner apresenta esses argumentos é distinto daquele que animava o modelo reflexo. Como o próprio autor assevera, “Versões anteriores do ambientalismo eram inadequadas porque não podiam explicar como o ambiente funcionava” (Skinner, 1971, p. 215). Compreendido a partir da estrutura encaminhada pela noção de contingência de reforçamento, o ambiente desempenha um papel distinto: “Ele não empurra ou puxa, ele *seleciona*, e essa função é difícil de descobrir e analisar” (Skinner, 1971, p. 25). É justamente nesse sentido que o autor comenta: “A mera alteração de ênfase do homem

para o ambiente significa muito pouco” (Skinner, 1971, p. 185). É preciso, pois, considerar a relação entre organismo e ambiente a partir da alteração do quadro filosófico promovida pelo modelo de seleção pelas consequências: um quadro relacional, funcional e seletivo.

Moxley (1998) argumenta que essa nova perspectiva é marcada no texto skinneriano pelo uso cada vez mais frequente de termos mais abrangentes e inclusivos para designar o ambiente antecedente do comportamento. No lugar de estímulo discriminativo, Skinner usa termos como “ocasião” (e.g., 1969, p. 11, p. 27, 1973, p. 257), “situação” (e.g., 1969, p. 121, p. 134)), “circunstância” (e.g., 1969, p. 85, p. 96, 1974/1976, pp. 90-92, p. 229, p. 231), e “contexto” [“setting”] (e.g., 1973, pp. 257-258, 1984/1988, p. 215, p. 265, 1989/1991, p. 21, p. 72, p. 89, p. 169), noções que contemplam não apenas elementos presentes, mas também elementos históricos (dotação genética, práticas culturais, história pessoal). Para Moxley (1998), não se trata de uma simples mudança de terminologia, mas de uma alteração significativa, que possibilita ao sistema skinneriano sobrepujar críticas no sentido de que sua abordagem ainda estaria alinhada a uma compreensão do comportamento como relação descontextualizada entre dois termos (estímulo-resposta, ou ainda, resposta-consequência).

Como decorrência, pode-se observar a apresentação de uma definição para o comportamento como o produto da combinação dos efeitos da ação seletiva do ambiente tanto no desenvolvimento da espécie da qual o indivíduo é parte, quanto nas interações que realiza em seu período de vida (incluindo as relações com as práticas da cultura em que está inserido).

O ambiente fez sua primeira grande contribuição durante a evolução da espécie, mas exerce um tipo de efeito diferente durante o tempo de vida do indivíduo, e a combinação desses dois efeitos é o comportamento que observamos em um determinado tempo. (Skinner, 1974/1976, p. 19)

Marca-se, assim, a influência do modelo científico biológico de inspiração darwinista na obra skinneriana (Michelleto, 2001; Moxley, 1998), que acaba por realizar uma inversão em relação à proposta inicial de explicação do comportamento. Se a princípio Skinner (1931/1961a, 1938/1966) pretendia estender a noção de reflexo ao campo do operante, ao final o modo de explicação do operante é aplicado também aos comportamentos caracterizados como reflexos<sup>12</sup> (ou respondentes), e instintivos<sup>13</sup> (ou liberados). Esses comportamentos são produtos da seleção natural, ou seja, estão presentes no repertório do organismo em decorrência das consequências para a sobrevivência da espécie. O caráter histórico da explicação pelas contingências de reforçamento estende-se por todo campo comportamental.

Vale destacar que essa aproximação só é possível com a consolidação do modelo operante, ou ainda, da noção de contingência tríplice. É ela que dispõe a estrutura que implica a inextricabilidade entre comportamento e ambiente, tal como na noção de intencionalidade em Merleau-Ponty. Sem ela, apenas no âmbito do conceito de comportamento, encontramos comportamento e mundo apartados, sendo a relação intencional considerada acessória, secundária, não constitutiva, como parece ser

---

<sup>12</sup> “Dizer que um bebê respire ou suga porque possui reflexos apropriados é simplesmente dizer que ele respire ou suga, presumivelmente *porque ele evoluiu de uma tal maneira que isso ocorre assim*” (Skinner, 1974/1976, p.38, destaque acrescido).

<sup>13</sup> “Dizer que um bebê respire ou suga porque possui reflexos apropriados é simplesmente dizer que ele respire ou suga, presumivelmente *porque ele evoluiu de uma tal maneira que isso ocorre assim*” (Skinner, 1974/1976, p.38, destaque acrescido).

encaminhado por Skinner em alguns argumentos indicados no capítulo anterior (e.g., 1953/1965, 1957).

Tendo em vista a compreensão da intencionalidade do comportamento a partir da noção de contingência de reforçamento, podemos inclusive reinterpretar a colocação de Skinner (1964) de que “ver não implica a coisa vista”. Pelo seu caráter histórico funcional imputado pela contingência de três termos, podemos compreender a asserção de Skinner no sentido de que a relação da ação com o mundo não implica a presença imediata de um objeto específico, mas sim a existência de condições que promovam esse tipo de interação. A experiência realiza-se no contexto da história de relações do indivíduo. Logo, a relação com o mundo deve ser compreendida nesse plano espaço-temporal estendido.

A partir dessa reflexão, pode-se apontar que a seleção pelas consequências se torna a figura de destaque do texto skinneriano. Trata-se da estrutura, ou modo de funcionamento partilhado pela seleção natural, condicionamento operante e seleção de práticas culturais, níveis distintos de realização da seleção, mas que não apenas interagem entre si na determinação dos comportamentos, como também transformam uns aos outros no transcorrer da história de cada um (Michelleto, 2001). Para Skinner (1981), a alteração promovida por essa noção na compreensão do comportamento é tão impactante e significativa como a promovida pela seleção natural para a origem das espécies, uma vez que possibilita uma consideração mais acurada do papel do ambiente, ou seja, de sua ação seletora.

A discussão de Skinner sobre o modelo de seleção pelas consequências e seus níveis em relação ao comportamento colocam contribuições interessantes para a discussão das ordens e tipos de comportamento em Merleau-Ponty. Não há analogia ou



sobreposição exata entre as categorias, mas aproximações pertinentes em termos do que elas possibilitam. Assim como em Merleau-Ponty, as categorias de comportamento em Skinner também buscam mostrar que as diferenças entre comportamentos ditos involuntários, simples ou concretos, e aqueles chamados de voluntários, complexos ou abstrato é de nível de estruturação, e não de natureza. Subjaz a todos o mesmo processo, no caso, a seleção pelas consequências. Os reflexos inatos e comportamentos liberados, por exemplo, são produto da seleção pelas consequências no nível da espécie, com a seleção de determinadas estruturas coordenadas de ação-ambiente. Tal como as formas sincréticas em Merleau-Ponty, configuram-se como relações rígidas, a realização de uma instrução já escrita, de uma história cristalizada.

Já os comportamentos condicionados, respondentes e operantes demonstrariam, tal como as formas amovíveis, diferentes graus de flexibilidade da relação inter-relação entre organismo e seu ambiente como produto da seleção pelas consequências no período de vida do próprio indivíduo. Trata-se da possibilidade de modificação ou reordenação das estruturas da conduta a partir das experiências do indivíduo, ou seja, de dar contornos particulares e próprios à história escrita para a espécie.

Ainda, é possível encontrar paralelos entre a forma simbólica apresentada por Merleau-Ponty (1942/2006) e o operante verbal de Skinner (e.g. 1957). Pode-se entender que o operante verbal apresenta uma distinção qualitativa em relação aos demais operantes. Isso porque as consequências de um operante verbal são não apenas mediadas por outro organismo, mas também demandam uma comunidade verbal<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Como apresenta Passos (2003) “A expressão ‘comunidade verbal’ se refere ao conjunto de pessoas cujos operantes verbais foram estabelecidos por contingências de reforçamento semelhantes e que, por isso, partilham uma mesma língua. Embora nenhum falante tenha contato direto com toda a sua comunidade verbal, esta se faz representar por pessoas e produtos do comportamento verbal de pessoas (livros, máquinas que se utilizam da linguagem, etc.) com quem cada falante interage verbalmente em sua vida” (p. 196)

minimamente organizada. Como comenta Vargas (2007) “Uma comunidade social constrói esta mediação moldando as ações de seus membros para poderem ensinar outros membros como verbalizarem efetivamente através de formas apropriadas de ação” (p. 153). Nessa direção, assim como o comportamento simbólico em Merleau-Ponty configura um modo de relação distinta com o mundo – uma relação mais “abertas” ou “disponíveis”, voltada para um mundo que é não mais “só para mim”, mas que se pretenda um “mundo em si” –, o comportamento verbal realiza-se por meio de uma mediação qualificada, produto de um arranjo especial de relações dos organismos com o ambiente, implicando em um outro nível de seleção (cultura), irreduzível ao demais (filogênese e ontogênese): “Embora seja comportamental, a linguagem é um fenômeno cultural e não biológico ou físico” (Vargas, 2007, p. 158)

Pode-se observar que assim como a noção de forma em Merleau-Ponty, a estrutura apresentada com noção de contingência de tríplice permite a Skinner tratar de distintas configurações sem implicar-se com as antinomias entre materialismo e intelectualismo. Trata-se de uma mesma configuração – relação entre contexto, comportamento e consequência – realizada com distintos graus de flexibilidade ou “cristalização”.

Com relação às ordens física, vital e humana indicadas por Merleau-Ponty (1942/2006), podem ser elaboradas algumas considerações, especialmente a partir da noção de seleção pelas consequências, e dos níveis de seleção (filogenético, ontogenético e cultural). É interessante notar que inicialmente Skinner (e.g. 1938/1966) pretende compreender as relações comportamentais na mesma estrutura que Merleau-Ponty indica ser a dos fenômenos físicos – como correlação. Desse modo, enquanto ainda domina na abordagem skinneriana a estrutura do reflexo, tratar do comportamento

como fenômeno natural significa tratá-lo como redutível a termos físicos (com todos os problemas que isso acarreta).

Já quando a proposta skinneriana assume uma perspectiva selecionista, pode-se compreender que “natural” ganha outro sentido, mais próximo do que Merleau-Ponty (1942/2006) trata como modo de existência das ordens vital e humana. Para Merleau-Ponty, a vida se define pela relação de significado. Para Skinner (1981), a vida se define pelo processo de seleção. A partir das discussões com relação à intencionalidade e sentido do comportamento, podemos compreender que a seleção pelas consequências é o modo de se reportar ao significado no sistema skinneriano, e que ele é compatível com a discussão dessa noção em Merleau-Ponty.

A noção de seleção pelas consequências também coaduna com a defesa de uma relação dialética entre as diferentes ordens indicadas por Merleau-Ponty, especialmente em relação às ordens vital e humana. No sistema skinneriano, a seleção pelas consequências é o mesmo *modus operandi* de todos os níveis. Ao mesmo tempo, argumenta-se que cada nível tem suas especificidades em termos de seus produtos e dos modos como se realiza, não sendo sua explicação possível de ser alcançada plenamente nos termos de outro nível. Essas especificidades, porém, não interditam a subsistência do nível anterior no nível posterior. Assim, a suscetibilidade às consequências que possibilita as contingências tríplexes no nível ontogenético é produto da seleção natural (nível filogenético); do mesmo modo, as práticas culturais só existem pela realização de um dado arranjo de contingências de reforçamento individuais. Tal como nas ordens merleau-pontyanas, os níveis de seleção skinneriano fundamentam-se no nível anterior, mas o transcendem, e não podem ser reduzidos a seu predecessor.

Ao considerar essa alteração das bases filosóficas no desenvolvimento da proposta skinneriana, concordamos com Kvale e Grenness (1967) sobre as possibilidades de aproximação e diálogo profícuo entre proposições metapsicológicas do comportamentalismo de Skinner e a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty. Ao contrário do que afirma Corriveau (1972), tal aproximação e diálogo não é superficial e insipiente, se tomarmos a proposta skinneriana em sua versão selecionista, “pós-moderna” (Moxley, 1999), ou ainda, como estamos propondo aqui, em uma estrutura operante, e não como um “refinamento do velho conceito pavloviano de condicionamento clássico” Corriveau (1972, p. 7).

#### **4.6 – Nova estrutura, mesmas indefinições**

Apresentadas considerações sobre a alteração de perspectiva e modelo em que o comportamento passa a ser abordado e compreendido na obra de Skinner, cabe discutir mais diretamente se, e como, essas alterações impactam diretamente na definição apresentada para o conceito de comportamento.

Analisando as indicações de Skinner (1974/1976) nas seções sobre “*Comportamento Passado*” (p. 30), “*Comportamento Futuro*” (p. 31) e “*Identificando as Causas do Comportamento de Alguém*” (p. 33), observa-se que o autor inicia cada uma dessas seções com a questão sobre o “fazer” – “*to do*” (“O que você fez ontem?”; “O que você vai fazer?”; e “O que você está fazendo?;” ou ainda, “Por que você está fazendo isso?”). Mas o que seria *fazer*? Comentando sobre uma possível resposta a essa questão, envolvendo, por exemplo, a ação de “inspecionar uma caixa”, Skinner afirma que: “A palavra inspecionar descreve um tipo específico de comportamento; somado a uma topografia específica, ele implica uma razão” (p. 33). Explorando essa

argumentação, pode-se dizer que comportamento indica uma atividade do organismo, que pode ser de vários tipos (diferentes classes de respostas). Cada tipo de atividade implica não apenas uma determinada topografia, mas também uma “razão”. Comportamento seria, portanto, topografia mais “razão” (motivo ou propósito). Vale ressaltar que Skinner já havia apontado em outros momentos (e.g. 1953/1965, 1971) que o que o sentido do comportamento deveria ser buscado nos aspectos do ambiente aos quais ele se relaciona. Apesar de não ser parte da noção de comportamento, o ambiente parece imprescindível para sua definição na abordagem skinneriana.

Em um artigo 1981, no qual discuti diretamente a adoção da seleção pelas consequências como modelo explicativo de seu sistema, Skinner introduz o texto afirmando que o que chamamos de comportamento evoluiu como conjunto de funções promovendo o intercâmbio entre organismo e ambiente. Entende-se, portanto, que para Skinner (1981), comportamento *promove* o intercâmbio (ou relação) entre organismo e ambiente, e *não é* o intercâmbio (ou relação).

Em outra reflexão envolvendo a noção de comportamento, desenvolvida com base em uma breve investigação etimológica como estratégia para elucidação dos termos abordados, Skinner (1989/1991a) afirma que o termo “comportar-se” [*behave*] seria recente na língua inglesa, sendo o verbete mais antigo para algo nesse sentido o verbo “fazer” [*do*]. Referenciando-se no dicionário *Oxford English* (1928), o autor aponta que a descrição desse último verbete enfatiza suas consequências – “o efeito que alguém provoca sobre o mundo” (p. 26).

Seguindo nessa direção, Skinner (1989/1991b) discute sobre o comportamento salientando a distinção, apontada em outros momentos de sua obra (e.g., 1957), entre uma ocorrência particular e a probabilidade de ocorrência de respostas similares. Para

isso, o autor usa os termos resposta e operante, respectivamente, afirmando que: “Isso é muito mais do que uma distinção entre classes e membros de uma classe. . . . Um operante é uma classe de respostas, não uma instância, *mas é também uma probabilidade*” (p. 55, destaque acrescido).

Para Skinner (1989/1991b), é justamente quando a distinção entre esses sentidos é ignorada que as “as referências ao comportamento” (p. 55) mostram-se confusas. Haveria ao menos três sentidos possíveis ao se falar da *ação* de um organismo, todos eles podendo ser feitos por meio do uso do termo “comportamento”: a) um tipo de comportamento (classe ou categoria de respostas); b) uma probabilidade de comportamento (operante); ou c) uma ocorrência específica (resposta). Contudo, apesar de apontar essa indefinição, Skinner (1989/1991b) não a resolve, uma vez que não indica qual a noção a ser utilizada de modo a congregar os três sentidos da ação em um mesmo nível de seleção (classe, probabilidade ou ocorrência), ou as diferentes ações pertinentes a cada um dos três níveis (e.g. “construção de ninhos”, na filogênese; “pressão à barra”, na ontogênese; e “arar a terra”, como prática cultural).

Tendo em vista as afirmações apresentadas por Skinner (1989/1991b), a princípio tal termo não pode ser “comportamento”, como talvez se pudesse supor, por estarmos no âmbito de uma “ciência do comportamento”. Do contrário, teríamos: “a) comportamento é um tipo de comportamento”, e “b) comportamento é uma probabilidade de comportamento”. Tomando a citação acerca da distinção entre resposta e operante indicada acima, poderíamos cogitar a indicação do operante como noção mais geral, a congregar esses diferentes sentidos. Porém, ações como “construir ninho”, sendo um “comportamento liberado”, e “arar a terra”, indicada pelo autor como uma prática cultural, poderiam ser definidos como “operantes”?

Novamente, dos argumentos apresentados podemos apenas tirar que um sentido mais aproximado para “comportamento” é o de “resposta”, ou “conjunto de respostas”. Mantém-se, portanto, a indefinição em relação ao conceito de comportamento, sendo difícil diferenciá-lo precisamente de noções como “resposta” ou “operante”. Entretanto, uma importante indicação a ser tomada com base nos argumentos de Skinner é que, para o autor, comportamento não é definido como relação. A relação abordada é entre o comportamento e o ambiente. Esse é um aspecto que se mantém no sistema skinneriano, mesmo com a passagem da estrutura do reflexo para a estrutura do operante. Se o reflexo colocava essa relação em termos de uma correlação, a contingência de reforçamento a estrutura em termos de uma relação funcional. Mas a relação considerada continua a ser referida como uma relação entre comportamento e ambiente, e não entre organismo e ambiente.

Além de indicar a ausência de uma definição positiva explícita para o comportamento, tal argumentação aponta também para um possível limite em relação às aproximações entre a proposta skinneriana e as reflexões merleau-pontyanas. Como discute Furlan (2000b), a alternativa crítica de Merleau-Ponty (1942/2006) frente as compreensões pautadas no arco-reflexo e paradigma estímulo-resposta, se dá justamente pela consideração da relação organismo-mundo como uma *Gestalt*, realizada no comportamento.

## **CAPÍTULO 5 – Algumas Implicações das Indefinições do Texto Skinneriano na Literatura Analítico-Comportamental**

Utilizando o estudo e sistematização da compreensão do conceito de comportamento nas obras iniciais de Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/1994) como base para o desenvolvimento das análises críticas e discussão da compreensão skinneriana, deparamo-nos com distintas possibilidades de interpretação, não apenas com relação à definição de comportamento, mas também quanto à estrutura e pressupostos filosóficos em que ela é tomada no comportamentalismo radical. Além disso, mesmo considerando uma alteração da estrutura teórica no sistema skinneriano, do “reflexo” ao “operante”, ou ainda, do mecanicismo ao selecionismo, continuamos sem encontrar um sentido único para o termo “comportamento” na obra de Skinner.

Buscando desenvolver a abordagem analítico-comportamental, de modo a também responder a questões e lacunas encontradas na proposta skinneriana, diversos autores têm argumentado em favor da indicação das “contingências de reforçamento” como objeto de estudos de uma ciência do comportamento (em lugar da noção de “comportamento” propriamente dita) (e.g. Catania, 1999; de Souza, 2000; Matos, 2001; Todorov, 1991; Todorov & Henriques, 2013). Desse ponto de vista, a investigação e intervenção de um analista do comportamento deve estar focada na inter-relação entre comportamento e ambiente (agora compreendida em uma estrutura de contingências tríplexes). Em acordo algumas afirmações de Skinner em relação, tais autores defendem que o comportamento é um dos elementos da interação que configura o foco do trabalho de um analista do comportamento, e não ele próprio uma relação. De fato, a crítica a uma definição relacional de comportamento (relação entre organismo e ambiente),



acompanhada da proposição de uma definição do comportamento em termos de uma unidade resposta-efeito (Todorov, 2012; Todorov & Henriques, 2013), tem sido um dos principais elementos da defesa da análise do comportamento como uma “ciência das contingências de reforçamento”.

### **5.1 – Definição não relacional do comportamento**

Criticando uma definição relacional de comportamento, autores como Todorov (2012) e Todorov & Henriques (2013a, 2013b) afirmam que essa compreensão decorreria de uma extensão equivocada da indicação de Skinner (1935/1961b) sobre o reflexo, entendido como interação entre organismo e ambiente, bem como de uma interpretação equivocada da definição que Skinner (1953/1965) oferece para a “contingência operante”, indicando-a como unidade de análise da ciência do comportamento proposta. Desse modo, a apresentação do comportamento como relação entre organismo e ambiente (e.g., Lopes, 2008; Moore, 2008; Tourinho, 2006b), seria não apenas equivocada, mas ilógica e fonte de confusões conceituais. Isso porque, para Todorov (2012), mesmo definindo comportamento *como a* interação entre organismo e ambiente, os autores acabam por tratar o comportamento *como parte da* interação organismo-ambiente:

Uma resposta enganosa e tentadoramente simples é dizer que o comportamento é a interação entre organismo e ambiente. Por exemplo, Moore (2008) afirma que o comportamento tem certas propriedades que resultam de certas relações funcionais entre aspectos do comportamento e aspectos do ambiente. Substituindo a palavra *comportamento* pela definição acima, temos a seguinte frase sem sentido: a interação entre organismo e ambiente tem certas propriedades que

resultam de certas relações funcionais entre aspectos da interação entre organismo e ambiente e aspectos do ambiente. (Todorov, 2012, p. 33)

Nessa direção, Todorov (2012) argumenta que qualquer interação entre organismo e ambiente promove alterações tanto no organismo quanto no ambiente. Contudo, nem todas essas interações seriam pertinentes a uma ciência do comportamento. Interações relativas à manutenção de funções orgânicas desempenhas por sistemas corporais específicos, por exemplo, diriam respeito à diferentes áreas da fisiologia. À ciência do comportamento interessariam as interações entre comportamento e ambiente.

Seguindo essa compreensão, em uma abordagem comportamentalista dos fenômenos psicológicos, o comportamento seria “sempre a nossa variável dependente, independentemente da topografia ou do tipo de relação com o ambiente que definem essa variável dependente (e.g., respondentes e afins, operantes, padrões fixos de resposta, etc.)” (Todorov, 2012, p. 34). As variáveis independentes, por sua vez, seriam “variações no ambiente que afetam a ocorrência desses comportamentos, seja como antecedentes (no respondente e afins) ou consequentes (no operante e afins)” (p. 34).

Buscando delinear uma definição para comportamento nessa perspectiva, Todorov (2012) e Todorov & Henriques (2013) argumentam que esse conceito diz respeito aos processos identificados comumente na linguagem cotidiana por verbos de ação. A definição de comportamento se daria, portanto, em termos do “conjunto de ações de um indivíduo observáveis objetivamente, não importando nenhuma referência em relação a eventos antecedentes ou consequentes” (Todorov & Henriques, 2013, p. 76). Mais precisamente, comportamento seria uma classe de respostas que apresentam um determinado efeito comum.

Todorov e Henriques (2013) salientam ainda a distinção entre *efeito* e *consequência* como fundamental para compreensão do conceito de comportamento. De acordo com os autores, o efeito seria uma decorrência necessária que caracterizaria a topografia de uma resposta. Já a consequência seria uma alteração no ambiente que, uma vez relacionada à ocorrência da resposta, alteraria a probabilidade de ocorrência de respostas da mesma classe. Resumindo a questão, os autores afirmam:

Um mero aceno de mão tem como efeito o deslocamento do ar, alguém acenando de volta é a consequência. Falar “bom dia” tem como efeito a produção de ondas sonoras, alguém responder “bom dia” é a consequência. Na linguagem leiga identificamos comportamentos por seus efeitos no ambiente e explicamos esses comportamentos por suas consequências. No comportamento reflexo a resposta não pode ser definida sem o estímulo eliciador, nem o estímulo sem a resposta eliciada. O equivalente no comportamento operante é a relação comportamento-efeito, não a relação comportamento-consequência. (Todorov & Henriques, 20013, p. 77)

Exemplificando essa interpretação, Todorov e Henriques (2013) argumentam que um comportamento, como correr, pode ser compreendido apenas com a indicação de uma dada topografia sistematicamente seguida por um determinado efeito, não havendo necessidade de consideração sobre variáveis contextuais para se alcançar sua definição, nem qualquer motivo para definir comportamento como interação entre organismo e ambiente. A consideração sobre as variáveis ambientais seria imprescindível para a explicação do comportamento, mas não para sua definição.

Correr é comportamento, certo? É definido pelo deslocamento rápido no espaço. Não precisamos saber a causa para dizer que correr é comportamento. Já fuga,

exercício, alcançar o ônibus são operantes definidos pela função da corrida. Dizemos que a criança está gritando pela intensidade do som produzido (efeito); dizemos que é birra pela consequência – o grito cessa quando a mãe dá atenção à criança. A consequência *qualifica* (birra) uma definição mais ampla (gritar). (p. 77)

Diferentemente de sua definição, a explicação do comportamento seria alcançada pela identificação dos padrões de interação entre as variáveis dependentes e independentes em uma ciência do comportamento, ou seja, pela investigação das relações entre determinadas unidades topografia-efeito, os comportamentos (correr, gritar) e alterações no ambiente em que essas unidades ocorrem (distanciamento de situação perigosa; atenção da mãe). E tal como discutido em relação ao texto skinneriano, também nessa perspectiva a noção que contempla essa inter-relação entre eventos, objeto de estudo de uma ciência do comportamento, é a de contingência de reforçamento, e não a de comportamento.

Sendo assim, considerando a convergência na indicação das contingências de reforçamento como a noção que expressaria o fenômeno de interesse de uma ciência do comportamento (interação entre comportamento e ambiente), poderíamos tomar também a proposta apresentada por Todorov (2012) e Todorov e Henriques (2013) como possível solução para o impasse deixado em aberto no texto skinneriano com relação à definição de comportamento. Contudo, apesar de possível, e coerente com algumas afirmações e argumentos do próprio Skinner, cabe analisar em que medida essa compreensão não se coloca na direção oposta ao movimento indicado em relação à proposta skinneriana, qual seja, da superação e abandono de concepções fisicalistas e deterministas em direção a concepções relacionais e selecionistas. Em outras palavras,

passamos a investigar a possibilidade da compreensão não-relacional do comportamento, e da indicação das contingências de reforçamento como objeto de estudos, fundamentarem a superação do que chamamos de “estrutura do reflexo”.

## **5.2 – Crítica da abordagem não relacional do comportamento**

A proposta de definição do comportamento em termos de topografia e efeito encaminhada por Todorov (2012) e Todorov e Henriques (2013) busca oferecer uma delimitação clara para o conceito, visando estabelecê-lo como a variável dependente de uma ciência do comportamento. Contudo, nesse movimento, acabam por fundamentar a noção de comportamento em pressupostos fiscalistas, imbuídos do que indicamos, seguindo Merleau-Ponty, como preconceito do mundo objetivo. Aparentemente como uma tentativa de assegurar exatidão e determinabilidade à definição do comportamento como variável dependente, os autores comprometem-se com uma definição topográfica de comportamento, suscetível as mesmas críticas desenvolvidas por Merleau-Ponty em relação a esse tipo de proposta, quando apresentada pela reflexologia e behaviorismo clássico.

Buscando salientar alguns aspectos problemáticos dessa compreensão não relacional do comportamento, podemos acompanhar Carrara e Zilio (2013) que, analisando criticamente o texto de Todorov e Henriques (2013), retomam o clássico exemplo discutido por Ryle em relação a diferença entre o “pisca” e uma “piscadela”:

Ainda que possuam topografias semelhantes (e até mesmo efeitos semelhantes), o ‘pisca’ ocasionado por coceira involuntária no globo ocular é significativamente diferente da ‘piscadela’ que sinaliza algo a um terceiro. E as diferenças entre ‘piscadela’ e ‘pisca’ ou entre ‘esbarrar na barra’ e ‘pressionar a barra’, nesse

sentido, estariam nas contingências e não nos efeitos produzidos. (Carrara & Zilio, 2013b, p. 105)

Seguindo a análise crítica de Carrara e Zilio (2013b), uma definição de comportamento que tente descrevê-lo como uma unidade pura e independente de um contexto em que ela se realiza, seria pouco plausível e significativa. Isso porque, como argumentam os autores, “descrever uma atividade do organismo como ‘fala’ vai além da produção de ondas sonoras (...) para entender uma atividade como ‘fala’ é preciso reconhecê-la enquanto tal. A emissão de ruídos desconexos pela boca produz ‘ondas sonoras’, mas não diríamos que é ‘fala’” (p. 105).

De modo semelhante ao apontado por Merleau-Ponty em relação às psicologias de laboratório de sua época, podemos considerar também que a proposta de Todorov (2012) e Todorov e Henriques (2013) fundamenta-se em uma atitude de *preconceito do mundo objetivo*: os autores pressupõem a existência de um tipo de unidade básica, formada pela conjunção de topografia e efeito, que estaria por trás dos fenômenos cotidianos, expressando-se com alguma particularidade em cada uma das ocorrências, mas ainda alguma existência pura, essencial, passível de ser descrita em termos físicos. Por meio de indução, derivam do fato de aplicarmos o mesmo termo para atividades em diferentes contextos (e.g., “correr”) a tese de que há uma espécie de essência relativa às ocorrências em si (“deslocamento rápido no espaço”), que poderia ser investigada, determinada e manipulada.

Apesar de reconhecer que não há ação que não se realize em algum contexto, ao tentar encaminhar uma definição de comportamento independente do contexto, Todorov (2012) e Todorov e Henriques (2013) voltam a instalar a compreensão no âmbito das coisas em si. Nessa perspectiva, a proposta coloca-se novamente a procurar o

movimento puro – “comportamento coisa” –, como o movimento da mão que se converte em aceno em uma dada circunstância. Comprometidos com o pensamento analítico, os autores acabam por não reconhecer a inversão que sua abordagem implica; acabam por desconsiderar que o flexionar o antebraço movimentando a mão ritmadamente é aprendido e desenvolvido como a atividade contextualizada que chamamos de acenar, e que tanto a realização quanto a compreensão dela como essa unidade abstrata, especificada em termos de topografia e efeito, é posterior a sua realização e compreensão como uma unidade de sentido. Como comenta Merleau-Ponty (1945/1994), seria ingênua a pretensão de se isolar e fazer variar estimulação e atividades, como entidades independentes: “o comportamento não é uma função dessas variáveis, ele está pressuposto em sua definição, assim como cada uma delas está pressuposta na definição da outra” (p. 170).

### **5.3 – Diferentes sentidos da noção de “contingência”**

A crítica à proposta de definição não-relacional do comportamento, apresentada na esteira de uma compreensão que, seguindo a proposta skinneriana, enfatiza a noção de contingência de reforçamento, alerta para o fato de que apenas uma mudança terminológica não implica necessariamente em uma alteração dos princípios filosóficos que guiam a abordagem. No caso, vimos que mesmo falando em termos de “operantes”, “interações” e “contingências de reforçamento”, a proposta de Todorov (2012) e Todorov e Henriques (2013) mantém a noção de comportamento em uma estrutura do reflexo. Reflexão semelhante pode ser desenvolvida em relação ao próprio termo “contingência”, especialmente considerando-se que há na literatura analítico-comportamental interpretações assumidamente mecanicistas (e.g., Marr, 1993; Marr &

Zilio, 2013), incompatíveis com a indicação da passagem de uma estrutura do reflexo para uma estrutura operante, inviabilizando as possibilidades de diálogo entre o comportamentalismo skinneriano e a fenomenologia merleau-pontyana.

Os termos “contingência” e “contingente” derivam do termo latino *contingentia*, que indica a ideia de “acaso” ou “possibilidade”. Usualmente, tanto em uma definição de dicionário comum, quanto de um dicionário de filosofia, o termo denota “aquilo que não é necessário ou previsível”, ou ainda, “tudo o que é concebido como podendo ser ou não ser indiferentemente” (Durozoi & Roussel, 2005, p. 106). Em suma, como descreve Ferrater Mora (1978), em uma acepção filosófica, “o ser contingente opõe-se ao ser necessário”.

Contudo, como aponta Abagnanno (1971/2007),

na tradição escolástica, e sobretudo por influência da filosofia árabe, o termo Contingente passou a ter significado específico, diferente do que se entende por ‘possível’; passou a significar aquilo que, embora sendo possível ‘em si’, isto é, em seu conceito, pode ser necessário em relação a outra coisa, ou seja, àquilo que o faz ser. P. ex., um acontecimento qualquer do mundo é C. no sentido de que: 1<sup>a</sup> considerado de per si, poderia verificar-se ou não; 1<sup>o</sup> verifica-se necessariamente pela sua causa. Desse ponto de vista, enquanto o possível não só não é necessário em si, mas tampouco é necessariamente determinado a ser, o Contingente é o possível que pode ser necessariamente determinado e, portanto, pode ser necessário. (p. 200)

Ao investigarmos o texto skinneriano sobre a noção de comportamento, encontramos o predomínio do uso dos termos “contingência” e “contingente” na indicação de uma unidade de relação dependência entre eventos. Nessa direção,



tomando-o como um termo técnico, ou ainda, uma “formulação verbal que descreve relações entre eventos” (de Souza, 2000, p. 126), a literatura analítico-comportamental tem empregado comumente a noção de contingência para enfatizar como a ocorrência de um evento “pode ser afetada ou causada por outro evento” (Catania, 1999, p. 81).

Como afirma de Souza (2000) “O enunciado de uma contingência, como regras que especificam relações entre eventos, é feito em forma de afirmações do tipo ‘se..., então...’” (p. 127). Tal ênfase, entretanto, conduz a uma interpretação diferente da acepção filosófica mais comum do termo (“não-necessário”, “possível”, “circunstancial”), que encontra maior ressonância no texto skinneriano com a passagem da estrutura do reflexo para a estrutura do operante, por meio do destaque ao modelo de seleção pelas consequências e às noções nele implicadas, como probabilidade, variação e seleção (Moxley, 1997, 1998, 1999).

Se no modelo reflexo, a relação entre estímulos e resposta era necessária e suficiente (dado um estímulo, necessariamente seguir-se-ia uma determinada resposta), no modelo operante essa relação passa a ser contingente, ou seja, figura no campo do *possível* (ou do *provável*), e não do *necessário* – a presença de determinados estímulos altera a probabilidade da ocorrência de um dado conjunto de resposta, que alteram a probabilidade de ocorrência de outros estímulos, que por sua vez alteram a probabilidade de que, na presença daqueles primeiros estímulos, respostas daquele mesmo conjunto ocorram novamente.

Um primeiro aspecto crítico digno de nota aqui se dá em relação à representação da noção de contingência pela fórmula “se..., então...” (de Souza, 2000; Todorov, 1991). Tomada em uma perspectiva recorrentemente anunciada na literatura analítico-comportamental de se estabelecer as “leis do comportamento” pela identificação das

condições que o *determinam* (Skinner, 1953/1965; Todorov, 1982), tal fórmula compromete-se com a interpretação de que: “se..., então *necessariamente...*”, ou ainda, com a formulação de que “se, e somente se..., então...” (de Souza, 2000). Entretanto, tendo em vista os argumentos apresentados no parágrafo anterior, podemos observar como essa fórmula coaduna com a estrutura do reflexo – “se” ou “dada” uma pressão no tendão patelar de intensidade  $x$ , “então” ou “segue-se” uma contração de certos músculos, levando a um movimento ascendente da perna; e “se” ou “dada” a observação de um movimento ascende da perna, então necessariamente houve uma contração de determinados músculos antecedida por uma pressão de intensidade  $x$  no tendão patelar.

Ainda que se possa tentar aplicar a fórmula “se..., então...” para casos de operantes – “se uma dada resposta, então uma determinada consequência”; ou “se uma dada consequência, então uma determinada classe de respostas” – elas se mostram insuficientes ou incoerentes com uma perspectiva selecionista, ou seja, continuam arraigadas no modelo reflexo. No primeiro caso, incide o problema da circularidade operante – nem todas as respostas de um operante são seguidas por reforçador (e.g., Schick, 1971; Gianotti, 1974; Prado Jr., 1982; de Rose, 1983). No segundo, ou a variável contextual (antecedente) é ignorada; ou é incluída em uma configuração que, tal como criticada por Moxley (1998), “continua a refletir uma organização reflexa, conectando pares de dois termos de relação em um arranjo de quatro termos” (p. 77).

Outro aspecto a ser ressaltado, e que poucas vezes é indicado nas discussões sobre o tema, é o fato de que, ao apontar a relação entre resposta e estímulo reforçador como uma relação de contingência, Skinner (e.g., 1938/1966), mesmo nos textos iniciais, reconhece que fora das condições de laboratório essa relação não é “infallível”; ou seja, um estímulo reforçador não se apresenta correlacionado a todas as respostas

executadas. Apenas em condições “ilusórias” ou artificiais “as conexões mecânicas se dão de forma necessária” (Skinner, 1938/1966, p. 116). Na maior parte das situações, reconhece, “a contingência é incerta” (p. 116), ou, poderíamos dizer, a contingência (relação de dependência entre eventos) é contingente (possível, mas não necessária).

Meu cachimbo não está sempre em meu bolso, e o fósforo nem sempre acende. Ao procurar por [*reaching for*] meu cachimbo e ao riscar um fósforo, meu comportamento é marcado em alguma medida pelos efeitos de falhas nos reforçamentos anteriores. (Skinner, 1938/1966, p. 116)

O mesmo raciocínio pode ser usado para a relação da resposta com estímulo antecedente: “Embora a resposta seja livre para emergir [*to come out*] em um grande número de situações de estimulação, ela será efetiva em produzir um reforçamento apenas em uma pequena parte delas” (Skinner, 1938/1966, p. 178). O estímulo antecedente não elicia a resposta, mas estabelece a “*ocasião*” na qual a resposta poderá ser reforçada com maior (ou menor) probabilidade.

Podemos apontar aqui a importância do sentido de “não necessário” da noção de contingência para sustentar a crítica à perspectiva encaminhada por pesquisadores em análise do comportamento, pautados nos textos de Skinner, que aproximam a noção de contingência a uma relação causal entre eventos (e.g., Moore, 2008), e à fórmula “se..., então...” (e.g., de Souza, 2000; Todorov, 1991). As variáveis ambientais, sejam antecedentes ou subsequentes à resposta, não causam o comportamento; apenas podem torná-lo mais ou menos provável.

Nessa direção, parece pertinente analisar criticamente a apresentação da noção de contingência, com base em sua distinção com a noção de contiguidade, tal como é frequentemente apresentada na literatura analítico-comportamental (e.g., Catania, 1999;

de Souza, 2000). De maneira geral, esse tipo de argumentação acaba conduzindo à defesa de um sentido de necessidade da relação entre os eventos indicados como componentes (participantes) de relação de contingência, contra um caráter eventual da relação de contiguidade.

Quando são expressas dessa forma (como probabilidades condicionais), as contingências resposta-estímulo reforçador especificam as condições de uma maneira muito mais completa do que as meras descrições em termos de pareamentos ou de contiguidades temporais. Elas permitem distinguir casos em que resposta e estímulo *sempre ocorrem juntos*, daqueles em que eles são *frequentemente emparelhados*, mas em que o reforço também ocorre independentemente da resposta. Se não especificamos as duas probabilidades, as relações contingentes resposta-reforço não podem ser distinguidas das contiguidades temporais incidentais que podem resultar quando respostas e reforçadores ocorrem independentemente, ao longo do tempo. (Catania, 1999, p. 184, destaques acrescentados)

A partir dessa compreensão, segue-se ao argumento de que:

Em um esquema de reforço contínuo, por exemplo, em que uma consequência é apresentada *se e somente se* [destaque do original] uma resposta ocorrer, a probabilidade do estímulo, dada a ocorrência da resposta, é 1,0; na ausência da resposta, porém, a probabilidade da consequência ocorrer é zero. Dito de outra forma, a resposta aumenta a probabilidade de ocorrência da consequência de zero para 1,0. Na extinção, contrariamente, a ocorrência da resposta não afeta a probabilidade do estímulo, que é zero, quer na sua presença, quer na sua ausência. Estes são casos extremos, em que é fácil identificar as probabilidades

condicionais, mas a mesma análise pode ser aplicada a casos muito mais complexos, que envolvem mudanças nas probabilidades condicionais ao longo de um contínuo. É o que ocorre nos esquemas intermitentes de reforçamento, em que apenas algumas respostas produzem os estímulos (as probabilidades condicionais *variam de acordo com as especificações de requisito de respostas ou de tempo* [destaque acrescido], nos esquemas de razão e de intervalo, respectivamente). (de Souza, 2000, p. 128)

Contudo, encontramos aqui mais um exemplo do “preconceito do mundo objetivo”, tal como indicado por Merleau-Ponty (1942/2006). Se no laboratório a relação “contingente” entre resposta e consequência (ou entre consequência e uma unidade resposta-antecedente) é *feita* necessária, permitindo dizer que esses eventos “sempre ocorrem juntos”, ou que um ocorre “se, e somente se” o outro ocorrer, fora do laboratório, no “ambiente natural”, essa necessidade não se apresenta, demandando justamente a utilização do termo “contingência” no sentido do não necessário.

Ao contrário do que argumenta de Souza (2000), essa “mesma análise” (feita com relação ao reforçamento contínuo ou à extinção) não pode ser aplicada “a casos muito mais complexos”, a não ser nos delineamentos experimentais, em que a probabilidade é produzida (ou ainda, induzida). Como a própria autora indica, nesses casos – esquemas de reforçamento intermitente – “as probabilidades condicionais *variam de acordo com as especificações de requisito de respostas ou de tempo*” (p. 129), ou seja, correspondem às programações feitas pelos experimentadores, e não a uma decorrência natural da interação entre as variáveis.

Já nas condições não programadas experimentalmente, as regularidades não seguem as “probabilidades condicionais” e ritmos ditados por experimentadores. É fato

que regularidades se mostram e possibilitam diferentes graus de previsão e controle, mas estão muito mais na ordem do “*frequentemente*” que do “*sempre*”.

Tampouco as relações de interdependência se dão em um universo fechado, de conjuntos (ou classes) previamente definidos. Ao contrário, as ocorrências se dão em um universo aberto, com elementos mais prováveis que outros, mas com horizontes pouco definidos, como argumentava Merleau-Ponty em relação à percepção visual. Corroborando essa compreensão, formulações teóricas como a “Lei do Efeito” e “Lei Generalizada da Igualação”, que “refinam muito a noção de que o comportamento é função de suas consequências” (de Souza, 2000, p. 231), mostram como a relação entre os elementos da “contingência tríplice” envolve uma rede complexa e múltipla de eventos e parâmetros, não apenas das respostas e reforçadores que estão sendo especificamente medidos, mas também “do valor relativo das contingências alternativas simultaneamente disponíveis”, ou seja, “da taxa adicional de reforços fornecidos globalmente pelo ambiente (ou pelo ‘contexto’ de reforço), seja para outras respostas, seja independente de respostas” (p. 131). Dito de outro modo, aquilo que figura nas delimitações dos elementos que compõem a noção de tríplice contingência é insuficiente para promover, sozinho, uma abordagem satisfatória da complexidade do fenômeno comportamental.

Seguindo esse raciocínio, encontramos na noção de contingência tríplice (e.g., Skinner, 1945/1961c, 1953/1965, 1969) um importante “instrumento de análise” (Todorov, 1985) ou “instrumento conceitual” (de Souza, 2000; Todorov & Henriques, 2013), a ser empregado na descrição e investigação do comportamento. Contudo, entendemos ser fundamental delimitar sua pertinência nesse âmbito, sem com isso

buscar fazer dela um substituto do comportamento como objeto de estudo de uma ciência do comportamento.

Tomada como instrumento analítico, a noção de contingência tríplice é útil por ajudar os pesquisadores “na articulação fenomênica sem a qual os dados esparsos ficariam ininteligíveis”, de modo a instituir “o fato empírico do qual ela trata”, ou a alcançar uma intuição básica do comportamento, “uma significação que o universaliza” (Hidalgo, 2017). Já como objeto de estudo, a “contingência de reforçamento” desvia o foco, ou antes, força essa articulação dos dados a uma estrutura de determinação rígida (estrutura do reflexo) que, no limite, não se apresenta na experiência empírica (ou, se apresenta em condições extremamente artificiais).

Cabe ressaltar, ou ainda, recuperar, que, em qualquer dos três “termos” de uma contingência de reforçamento, a relação é *circunstancial*:

um evento é um estímulo somente se estiver em uma dada relação com alguma ação do organismo, uma ação só é uma resposta se estiver em uma dada relação com algo que acontece no ambiente que a antecede (talvez não quando essa relação seja apenas de oportunidade para ocorrência da ação) e, por fim, um evento subsequente só é algo que possa ser chamado de estímulo subsequente ou consequente se houver alguma relação específica com a atividade apresentada pelo organismo. (Botomé, 2013, p. 30)

A tríplice contingência descreve, nesse sentido, uma articulação não obrigatória entre três tipos de evento, que só se mostram a partir de uma configuração distinta e irreconhecível pelo isolamento de qualquer um dos três elementos. Ainda que se possa dizer que respostas, antecedentes e consequentes são *necessários* para a existência uns dos outros, é sua articulação, sua interdependência, *circunstancial*, que os faz possíveis.

Nessa perspectiva, para que o afastamento da abordagem comportamentalista radical em relação a uma estrutura mecanicista se realize, de modo que seja possível uma efetiva extensão dos princípios filosóficos que inspiram a compreensão dinâmica da seleção natural para a seleção por consequências, a contingência não pode ser tomada como uma relação de necessidade. Do contrário, retornamos ao paradigma reflexo, com uma associação mecânica de três termos (ao invés da associação de dois termos). É preciso que o sentido de “circunstancial”, ou “possível, mas não-necessário”, figure mais fortemente, pois é ele que anima o sentido para a noção de contingência partilhado nas expressões “contingência de sobrevivência” (utilizado na explicação de respondentes) e “contingência de reforçamento” (utilizada na explicação de operantes) – em nenhum desses âmbitos estamos falando de relações necessárias. É isso, junto ao princípio de seleção pelas consequências que havíamos indicado, que possibilita a consideração de respondentes e operantes como tipos de um mesmo fenômeno, qual seja, o comportamento.

#### **5.4 – Comportamento e (in)determinismo**

Nas discussões acerca da definição não-relacional do comportamento e, especialmente, da noção de contingência, encontramos o compromisso com o determinismo como um dos aspectos que dificultava ou impedia o desenvolvimento de uma posição mais receptiva ao diálogo com a reflexão fenomenológica existencial merleau-pontyana. Como discutido, a proposta de Merleau-Ponty para compreensão do comportamento demanda o reconhecimento de um caráter positivo, ou mesmo constitutivo, da ambiguidade e, por conseguinte, da indeterminação. Além disso, apontamos também que a supressão de teses deterministas, com maior destaque ao



probabilismo e a argumentos passíveis de interpretação indeterminista, figura entre os aspectos mais significativos ao abandono da estrutura do reflexo e adoção da estrutura do operante na proposta skinneriana. Desse modo, o exame da tese determinista e da possibilidade de uma interpretação indeterminista do comportamento no comportamentalismo radical é fundamental para a avaliação do alcance das mudanças na proposta skinneriana em relação ao diálogo com a reflexão merleau-pontyana.

As discussões sobre o caráter determinista ou indeterminista do comportamento na literatura analítico comportamental são bastante controversas (Laurenti, 2008; Moxley, 1997). Dominada por pesquisadores cujo trabalho se desenvolve predominantemente no âmbito experimental, a literatura da área segue em grande medida os pronunciamentos de Skinner (1947/1961, 1953/1965, 1971) quanto a necessidade de se considerar o objeto de estudo da ciência a ser desenvolvida como completamente passível de determinação e análise (no sentido de um exame baseado na fragmentação). Para esses autores, também se referenciando em Skinner, a pretensão de desenvolver previsão e controle sobre o comportamento demandaria a consideração do comportamento como um fenômeno determinado.

Por outro lado, como já apontado para diversos temas, o texto skinneriano apresenta afirmações que dão sustentação para teses opostas. Nesse sentido, embora a interpretação determinista da proposta skinneriana seja a mais comum, também é possível encontrar respaldo na obra do autor para sustentar interpretações indeterministas, como discutido por Laurenti (2008) e Moxley (1997), por exemplo.

Seguindo a leitura que fizemos da obra skinneriana, é possível identificar uma diferença quanto ao âmbito em que cada uma dessas posições prevalece. De modo geral, as afirmações de cunho determinista mais categóricas se dão majoritariamente quando

Skinner fala sobre questões de nível epistemológico, enquanto que algumas das afirmações de cunho ontológico (quando o autor se dedica a falar sobre “o que é o comportamento”) encaminham a possibilidade de compreensões indeterministas na abordagem do comportamento.

A acepção de determinismo comumente apresentada na literatura analítico-comportamental é designada como determinismo probabilístico (e.g., Abib, 1997; Carrara, 2004; Carvalho Neto, 2002; Laurenti, 2008; Moxley, 2007; Tourinho, 2003). Tal compreensão possibilitaria à abordagem analítico-comportamental defender-se das críticas de que o compromisso com o determinismo faria da proposta comportamentalista avessa a noções como “liberdade” e “criatividade”, “tratando o homem como um mero fantoche das determinações inexoráveis do ambiente natural e social” (Laurenti, 2008, p. 172). Com a noção de determinismo probabilístico, a análise do comportamento continuaria buscando leis rígidas do comportamento, mesmo reconhecendo o caráter multideterminado, e por isso complexo, das relações funcionais exploradas, que restringiriam a determinação do fenômeno de interesse, ou ao menos de seu conhecimento, ao nível das probabilidades. Dito de outro modo, o determinismo probabilístico seria a forma encaminhada por analistas do comportamento para manterem a compreensão de que seu objeto de estudo é um fenômeno determinado (não “caprichoso”, aleatório ou caótico), sem, contudo, terem de se filiar a uma compreensão determinista absoluta<sup>15</sup>.

Tal manobra argumentativa encaminha-se também pela defesa de que, ao contrário do determinismo absoluto, o determinismo probabilístico concentrar-se-ia no

---

<sup>15</sup> A formulação mais paradigmática de determinismo, indicada como “determinismo absoluto”, remete ao argumento de Laplace (1814/1951). Como comenta Laurenti (2008), “ela combina descrição completa do estado do mundo em um dado tempo (as condições iniciais) com as leis da natureza. Se tivermos tudo isso, então, o estado presente do mundo torna necessários todos os estados, passados e futuros” (p.173).

nível epistemológico, não se ocupando de pronunciamentos ontológicos. A ideia de que o comportamento é um fenômeno determinado seria uma “tese de trabalho”, defendida como indispensável para a construção de conhecimento científico, e não uma afirmação interessada em asseverar qualquer especificação acerca da natureza desse fenômeno. O que importaria aos cientistas do comportamento seria o fato de que, tomando o comportamento um fenômeno determinado, é possível conhecer, ainda que em termos probabilísticos, as regras e regularidades do comportamento, permitindo previsão e controle (Dittrich, 2009; Strapassom & Dittrich, 2011).

Como indicado em outros momentos, na perspectiva merleau-pontyana não faz sentido propor uma independência entre os níveis epistemológico e ontológico, e, nessa mesma linha, tampouco seria plausível sustentar o desenvolvimento de uma filosofia da ciência do comportamento que seja a-ontológica. O cuidado insatisfatório com esse tipo de questão seria, para Merleau-Ponty (1942/2006), o que teria levado o behaviorismo watsoniano, por exemplo, a posições incapazes de sustentar o estudo do comportamento como fenômeno com sentido próprio, inviabilizando uma efetiva ciência do comportamento. De modo semelhante, a defesa de que uma ciência do comportamento (ou qualquer outra) possa ser desenvolvida sem implicações com questões filosóficas (ou seja, questões epistemológicas, ontológicas, mas também éticas, políticas e até mesmo estéticas) é negada por Skinner (e.g. 1969, 1974/1976), que ocupa boa parte de sua obra com o desenvolvimento da filosofia dessa ciência. Sendo assim, cabe explorar quais as implicações ontológicas do determinismo probabilístico, discutindo se essa interpretação se mostra de fato distinta e mais interessante que a tese determinista absoluta (como defendido por grande parte da literatura analítico-comportamental), bem como se ela se mostra coerente com as compreensões críticas que possibilitam a

aproximação e diálogo entre o comportamentalismo radical e a fenomenologia existencial.

#### **5.4.1 – Determinismo probabilístico**

Buscando explorar as implicações do determinismo probabilístico, uma questão pertinente a ser colocada é: nesse caso, “O que significa o adjetivo probabilístico?” (Laurenti, 2008, p. 176). Como discute Laurenti (2008), um sentido possível para o termo empregado como qualificador da tese determinista é o de indicar que “é impossível especificar com precisão a causa exata de qualquer comportamento, ou a totalidade dos fatores causalmente relevantes de um evento” (p. 176). Desse modo, a probabilidade qualifica não propriamente o caráter determinado do fenômeno, mas a enuncia sobre as limitações, provisórias ou perenes, do conhecimento acerca dos múltiplos elementos envolvidos na causação do comportamento. É nesse sentido que podemos compreender que o determinismo probabilístico configura uma asserção de caráter epistemológico. Trata-se da afirmação de que, dada a complexidade do fenômeno investigado, o grau de certeza acerca das variáveis envolvidas em sua determinação não chega a ser absoluto.

Contudo, seja em uma posição epistemológica mais otimista, para a qual as limitações do conhecimento podem ser superadas pelos avanços metodológicos, seja em uma posição menos otimista, na qual tais limitações são consideradas intransponíveis, ainda que desafiadas por constantes progressos científicos, o determinismo probabilístico guarda um comprometimento ontológico com o determinismo absoluto (Laurenti, 2008). Uma vez que a tese defendida é de que o conhecimento se dá em termos probabilísticos ainda que o fenômeno seja determinado, há um pronunciamento

tácito acerca da natureza do comportamento: ele é determinado, para além, ou independentemente, do conhecimento que se possa estabelecer sobre ele.

Frente a essa argumentação, vemos que o determinismo probabilístico pouco ou nada difere da tese de que os fenômenos são absolutamente determinados (Laurenti, 2008). Ainda, ao contrário do comumente propagado na literatura, pode-se considerar a ideia de que os fenômenos são absolutamente determinados pouco interessante ao desenvolvimento de uma ciência do comportamento.

De um lado, se considerarmos que o caráter probabilístico imposto pelas limitações do conhecimento das variáveis determinantes é provisório e superável na medida dos progressos metodológicos da ciência, “a noção de probabilidade pode ser considerada supérflua e poderia ser abandonada, já que, no limite, seria possível conhecer e prever o comportamento com certeza absoluta” (Laurenti, 2008, p. 176). O adjetivo “probabilístico” seria um mero recurso retórico. Nesse caso, a abordagem volta a se enquadrar nos moldes de um determinismo absoluto, tornando-se novamente alvo para as críticas em relação ao caráter passivo do sujeito do comportamento e à incapacidade de tratar de temas complexos como a liberdade e a criatividade.

Por outro lado, tendo em vista as limitações ao conhecimento das causas do comportamento como inerentes ao fenômeno em sua complexidade, parece estabelecer-se um quadro pouco encorajador à investigação científica. É como se colocar em uma disputa já definida em derrota previamente. Ainda, se o conhecimento está fadado a nunca alcançar plenamente o fenômeno, tampouco estão garantidas quaisquer certezas em relação a se estar mais ou menos próximo da verdade. As regularidades e sucessos em previsão e controle alcançados podem logo em seguida se mostrarem relativas a outras variáveis não consideradas ou a vieses metodológicos. Nesse caso, os cientistas

estariam fazendo afirmações e previsões apenas supondo, ou mesmo, acreditando estarem sendo guiados por uma aproximação à verdade. Desse modo, o determinismo mostra-se como um ato de fé, e não uma premissa filosófica empiricamente fundamentada. Mais que isso, não sendo passível de sustentação empírica, o determinismo configura uma asserção metafísica em seu pior sentido para uma abordagem científica – um sofisma tomado *a priori*, independente e impassível aos dados de observação.

Numa ou noutra perspectiva, outro aspecto crítico a ser ressaltado contra a adoção de uma compreensão determinista do comportamento encontra-se no fato de que ela conduz a abordagem comportamentalista a comprometer-se com o pensamento causal. Ao defender a tese de que o comportamento é um fenômeno determinado e que buscamos nos aproximar probabilisticamente do conhecimento das variáveis que o determinam, subjaz a compreensão de que tais variáveis causam o comportamento. Ou seja, em uma dada configuração, que pode ser conhecida apenas probabilisticamente, dada sua complexidade e pluralidade de elementos, as múltiplas variáveis envolvidas causam, no sentido de que produzem, geram, o comportamento. Como afirma Moxley (1997) “De maneira geral, o determinismo científico é uma variação mais sofisticada da antiga ideia de que os eventos eram predeterminados por poderes sobrenaturais” (p. 5). No limite, mantendo-se nessa perspectiva, a análise do comportamento continua a procurar pelo agente iniciador do qual Skinner (e.g. 1989/1991c) buscava desvencilhar a compreensão do comportamento. O agente apenas não é mais “interno”, mas continua atuando como uma força propulsora do fenômeno comportamental, ou ainda, como um “agulhão” mais sofisticado.

O compromisso com o determinismo parece colocar a análise do comportamento no círculo vicioso que indicamos quando discutíamos a crítica de Merleau-Ponty (1942/2006) ao realismo cientificista: diante da suposta necessidade de encontrar uma forma ideal de regularidade e determinação, o analista do comportamento tende a considerar as irregularidades e ambiguidades da experiência empírica, via de regra, como falhas ou limitações metodológicas, a serem superadas pela intensificação dos esforços de refinamento dos procedimentos experimentais. De modo geral, tais esforços conduzem ou a uma regularidade e determinação marcadamente artificiais (em contextos que guardam pouco ou nada de proximidade com o fenômeno natural foco dos questionamentos iniciais); ou a nova frustração do ideal determinista, comumente respondida não com um questionamento da crença na determinação absoluta, mas com um resignado *mea culpa* e uma expiação (dos pesquisadores, e também dos sujeitos de pesquisa) em novos esforços metodológicos. Fiel à tese determinista, o cientista do comportamento parece não reconhecer o caráter artificial do contexto de laboratório, impondo a regularidade encontrada nesse contexto ao mundo. De ferramenta para o desenvolvimento de uma interpretação dos fenômenos, os dados experimentais passam a ser tomados como uma espécie de espelho da realidade.

Curiosamente, vemos a análise do comportamento em uma situação semelhante àquela apontada por Skinner (1938/1966) em relação às dificuldades e equívocos da reflexologia clássica: diante da dificuldade de investigação e explicação científica do comportamento humano, a organização dos dados a partir dos compromissos com o determinismo e a lógica causal acaba por conduzir a busca pelas soluções aos problemas do comportamento fora do próprio comportamento. Nesse caso, tal como outrora, uma “ciência neural” parece ser a única alternativa para construção de uma abordagem não

mentalista, e novamente “A possibilidade de uma ciência diretamente descritiva do comportamento e suas vantagens peculiares” (Skinner, 1938/1966, p. 5) passam a ser subordinadas a outros campos, supostamente mais afeitos à linguagem do *em si*. O determinismo exige definições rígidas, estanques, que puxam e forçam a discussão a uma estrutura dos objetos. Por isso induz a uma compreensão em termos de comportamento-coisa, definições topográficas e fisicalistas.

#### **5.4.2 – Indeterminismo**

A partir das críticas apresentadas ao determinismo, mesmo em sua versão “probabilística”, cabe explorar as implicações de uma interpretação indeterminista do comportamento na perspectiva comportamentalista radical. Entretanto, para que possa promover o diálogo entre as propostas de Skinner e Merleau-Ponty, a defesa dessa interpretação não pode se dar simplesmente pela negativa da tese determinista. Deve, ao contrário, ser capaz de mostrar implicações positivas, que sustentem a compreensão crítica que vimos elaborando ao longo das últimas seções, inspirada pelas análises da reflexão merleau-pontyana, e pela discussão das mudanças na proposta skinneriana.

Ao tratar da perspectiva chamada por Moxley (1999) de “Skinner pós-moderno”, vimos que a proposta skinneriana não é completamente impermeável às indicações de Merleau-Ponty quanto a necessidade do reconhecimento do caráter ambíguo e indeterminado do comportamento para sua compreensão como fenômeno com sentido próprio. Esse aspecto pode ser encontrado em Skinner considerando-se, especialmente, alguns pronunciamentos de caráter ontológico, afirmando o comportamento como um “fluxo”, um fenômeno de “natureza probabilística” (Skinner, 1971, p. 96), como “um processo e não uma coisa”, “fluido, mutável e evanescente” (Skinner, 1953/1965, p. 15).



Na mesma direção, encontramos os argumentos de Laurenti (2008) e Moxley (1997, 2003, 2007) de que, com o aprofundamento da perspectiva selecionista (que chamamos de “estrutura operante”), a probabilidade deixa de figurar na proposta skinneriana como um índice da limitação do conhecimento, para se estabelecer como característica constitutiva do fenômeno comportamental. Isso porque, na compreensão em termos de seleção pelas consequências está implicada a ideia de variabilidade: “a existência de variações está na natureza do comportamento assim como está na natureza de um traço genético e, da mesma forma, novos comportamentos e novos genomas emergem quando variações são selecionadas por suas consequências” (Skinner, 1989/1991d, p. 173).

Comentando sobre o tema, Skinner (1990, p. 1207) qualifica as variações envolvidas na seleção pelas consequências como “randômicas”, e as contingências de seleção como “acidentais”. Como discutem Rocha, Laurenti e Liston (2013), “Essas ‘falhas’ exercem um papel fundamental, e sua existência faz todo o sentido, considerando o modelo explicativo proposto em 1981 [*Seleção pelas consequências*], pois permitem ao organismo uma ampla adaptabilidade a novas circunstâncias” (p. 74). A “natureza probabilística” do comportamento diz respeito, portanto, à variabilidade como aspecto intrínseco de sua realização.

Ainda, se o comportamento envolve seleção pelas consequências, ele deve ser tomado como um sistema aberto. As consequências que o definem estão sempre no horizonte futuro. Ao se realizarem, reconfiguram os estados até então estabelecidos, tornando-se parte do fluxo, que terá sua forma selecionada por uma nova consequência, em um novo horizonte futuro. Nesse sentido, o probabilismo do comportamento mostra-

se comprometido com uma interpretação *indeterminista*, e não com o “*determinismo probabilístico*”.

Vale ressaltar que a defesa do indeterminismo não significa a defesa do “livre arbítrio”, de uma perspectiva pautada no caos absoluto, ou da inexistência de regularidades. Mais diretamente, uma interpretação indeterminista do comportamento não impede nem se opõem ao desenvolvimento científico. Ao contrário, mostra-se como a perspectiva mais comprometida com os fatos, e mais desafiadora e instigante ao desenvolvimento de métodos, técnicas e teorias, que precisam se reconstruir, se reinventar e se pronunciar sobre suas escolhas.

comportar-se como se a natureza carregasse em seu bojo um mínimo de indeterminação pode tornar mais desafiadora a elaboração de procedimentos e técnicas para “domesticar essa indeterminação” – ou seja, para procurar padrões de regularidade probabilística na natureza. . . . Com efeito, o indeterminista pode potencializar a variação na tentativa de criar um contexto propício para a observação de fenômenos nunca vistos, sobre os quais pode se debruçar na busca por leis probabilísticas. Desse modo, o indeterminismo pode encorajar uma prática científica não apenas eficiente, já que incita a busca por leis probabilísticas, mas também criativa, já que o novo não é visto como um desvio ou acidente de leis causais universais, mas como uma nova configuração da natureza que está em constante transformação. (Laurenti, 2008, p. 179)

Uma vez que o sistema não se vale de garantias que derivadas de leis *a priori* do mundo *em si* ou de regras lógicas (também *a priori*) da consciência (*para si*), é preciso apresentar-se e comprometer-se constantemente. Constantemente questionar e

esclarecer as bases de onde se está partindo, e apreender os sentidos de onde se está falando.

### **5.5 – Retomada do comportamento como objeto de estudo em uma perspectiva comportamentalista radical**

Na primeira parte deste trabalho, exploramos as reflexões de Merleau-Ponty, via compreensão do comportamento como forma. Já na segunda parte, discutimos primeiramente como a estrutura reflexa não permite a tomada do comportamento como fenômeno com sentido próprio, inviabilizando uma aproximação interessante entre as propostas skinneriana e merleauPontyana. Em seguida, após sinalizar mudanças na obra de Skinner que tornam o diálogo com Merleau-Ponty possível, os argumentos desenvolvidos nas últimas seções nos levaram a criticar uma definição topográfica do comportamento, comprometida com a indicação das contingências de reforçamento como objeto de estudo da ciência do comportamento. Com base na discussão acerca da noção de contingência, encontramos que essa tese acaba, no limite, (re)conduzindo o sistema a uma estrutura mecanicista (especialmente em relação a suas implicações com o indutivismo, o fisicalismo e a lógica causal). Diante desse quadro, parece pertinente retomar a consideração do comportamento como fenômeno com sentido próprio, buscando encaminhar sua compreensão de modo a manter-se em uma estrutura operante, coerente com os fundamentos do selecionismo.

Conforme indicado, Skinner (1989/1991b) argumenta que as confusões e incertezas quanto ao uso e definição do termo “comportamento” são fruto da desconsideração das diferenças entre seus distintos sentidos (especialmente os de “ocorrência”, “categoria” e “probabilidade”). Contudo, se tomarmos por base a

indicação de Merleau-Ponty (1945/1994) do caráter positivo não apenas da indeterminação, mas também da ambiguidade na compreensão dos fenômenos, podemos encarar a pluralidade de sentidos do termo “comportamento” (particularmente em relação aos sentidos indicados por Skinner [1989/1991b]) como uma característica constitutiva dos fenômenos designados por esse termo. Desse modo, ao invés de configurar uma polissemia a ser superada pela delimitação rígida de *definiens*, *definiendum* e uma série de desideratos a serem atendidos (e.g., Lazzeri, 2013), a implicação de diferentes sentidos tratar-se-ia de uma ambiguidade inerente ao comportamento como fenômeno dinâmico, processual, fluido e evanescente – um fenômeno da ordem do percebido, e não da ordem das coisas (Merleau-Ponty, 1942/2006).

Portanto, para que a proposta de compreensão do comportamento fenômeno com sentido próprio possa ser plenamente desenvolvida em uma abordagem comportamentalista, parece-nos pertinente aprofundar as considerações com relação aos diferentes sentidos em que o termo *comportamento* é empregado na proposta skinneriana, sem esquivar da ambiguidade pela eleição de um sentido como “verdadeiro” (tratando os demais como ilusórios ou secundários). Dito de outro modo, ao invés de buscar delimitar no sistema comportamentalista radical o uso da noção de comportamento como ocorrência, *ou* categoria (classe), *ou* probabilidade, buscamos uma noção de comportamento que readéque o sistema para que possa ser tomada como ocorrência *e* categoria *e* probabilidade. Para explorar essa tese, recorreremos a alguns dos argumentos desenvolvidos por Lopes (2004, 2006a, 2006b).

### 5.5.1 – Comportamento como ocorrência<sup>16</sup>, estado e processo

Lopes (2006b) afirma que o que constitui a proposta behaviorista radical não é (somente) a “eleição” do comportamento como objeto de estudo (ou categoria principal), visto que outras correntes teóricas também o fazem (a Gestalt, por exemplo), mas sim como essa filosofia define e explica o comportamento. Reiterando o argumento de que os textos skinnerianos apresentam mais de um sentido para o termo *comportamento*, Lopes (2006b) propõe uma compreensão sintetizadora, na qual o comportamento realiza-se em três *formas* (semelhantes aos três sentidos indicados por Skinner [1989/1991b]): *ocorrência*, *estado* e *processo*. Assumindo a coexistência e interdependência dessas três formas, essa compreensão busca incorporar não apenas os aspectos dinâmico e processual do comportamento, mas também a relevância de seu caráter contínuo e ininterrupto, de modo a apreender a importância da dimensão temporal desse fenômeno.

Como ocorrência, o comportamento é uma inter-relação entre atividades do organismo (comumente indicadas como “resposta”) e eventos ambientais (comumente chamados de estímulos antecedentes e consequentes na literatura analítico comportamental). Essa compreensão corresponderia à indicação de Skinner (1957) de uma “instância de comportamento (‘Fulano fumou um cigarro entre 14:00 e 14:10 ontem’)” (p. 20). Trata-se, portanto, da consideração, ou ainda, do recorte (a partir do fluxo ininterrupto) de uma determinada relação de dependência entre atividades do organismo e o ambiente em um dado tempo e lugar.

---

<sup>16</sup> Optamos aqui pelo termo “ocorrência” em lugar do termo “evento”, empregado por Lopes (2006a, 2006b), para evitar confusões entre essa noção e as expressões “evento comportamental” e “evento ambiental” utilizadas pelo autor na apresentação de sua proposta. Além disso, evitamos também o uso da expressão “evento comportamental” para referirmo-nos ao que comumente é designado como resposta. Em seu lugar, damos preferência à expressão “atividades do organismo”, por entendermos que, sendo o comportamento uma relação que envolve o ambiente, “eventos ambientais” também se configuram como “eventos comportamentais”.

É importante notar, entretanto, que essa relação, apesar de localizada no tempo e no espaço, carrega um horizonte temporal (e por conseguinte, também espacial) alargado, que transcende o presente, atualizando passado e futuro. Quando considero que “Fulano” se pôs a fumar entre 14:00 e 14:10, por exemplo, essa consideração se dá em um contexto que envolve experiências anteriores, e “expectativas” que visam a sequência desse fluxo. Ainda, se sou eu o Fulano a fumar, minha ação de tragar um cigarro aceso envolve não apenas o contexto (paisagem, objetos, estados corporais) e momento presente, mas se estende ao longo de minha história pregressa, com especial relevância de outras relações organismo-ambiente com características próximas àquela presente, e também para minha história futura, que figura como horizonte “quase-presente”. O prazer ou alívio do cigarro fumado já está prefigurado (ou buscado) no levar o cigarro a boca e ascendê-lo – não como uma representação ou juízo antecipatórios, mas como o cenário sem o qual não há cena, como fundo sem o qual não há figura, ou ainda, como o horizonte sem o qual não seguiria em frente, ainda que não veja o que há para além da linha percebida (tal como os óculos buscado por aquele que o perdeu).

De uma perspectiva ou de outra, uma ocorrência específica sempre se realiza e aparece não como uma realização única, mas no quadro de referências de outras ocorrências, como manifestação, ou ainda, como atualização de uma dada categoria. Em outras palavras, toda ocorrência comportamental se realiza como atualização de um dado *estado comportamental* – uma *disposição*, uma *tendência*, ou ainda uma *probabilidade* de um determinado tipo de relação entre organismo e ambiente. Como argumenta Lopes (2004) “no behaviorismo radical disposição é o mesmo que probabilidade” (p. 39). Nesse sentido uma disposição refere-se a uma probabilidade de

ocorrência, e não a uma ocorrência atual específica. Vale notar que dessa compreensão não decorre nenhuma relação causal – a probabilidade não é causa da resposta, nem a ocorrência causa a probabilidade.

Como na história de um organismo vivo não há intervalos sem essa interação, ou seja, sem comportamento, sempre encontramos a atualização de estados comportamentais (que podem ter diferentes gêneses – filogenéticas ou ontogenéticas, por exemplo). E assim como não há ocorrência sem estado, também não há estado sem ocorrência, o que quer dizer que um estado se configura por meio da identificação de similaridades funcionais (no sentido de funcionamento, como discutido anteriormente) entre as ocorrências presentes e ocorrências passadas e futuras (que figuram como horizontes, como bordas).

A coexistência, ou ainda, a implicação mútua das formas *ocorrência* e *estado* do comportamento não se dá nos moldes de uma determinação rígida e delimitação precisa. Ao contrário, essa relação sugere abertura e ambiguidade. Como realizações de um fluxo contínuo e ininterrupto, *ocorrência* e *estado* não tem propriamente começo ou fim, sendo ao mesmo tempo sempre circunstanciais e passageiros, a mercê de uma reordenação e ressignificação a partir de novas ocorrências, que atualizam e configuram “novos” estados. Essa passagem, dinâmica e ininterrupta, se dá pela terceira forma do comportamento: comportamento como *processo*. Segundo Lopes (2006b), os *processos comportamentais* (reforçamento, punição, discriminações condicionais, generalização, abstração, transferência e transformação de função) seriam a ligação entre ocorrências e estados comportamentais, introduzindo o caráter fluído e mutável na definição de comportamento: construção, manutenção, destruição e substituição de regularidades nas relações entre organismo e ambiente.

De maneira mais ampla e sintetizadora, o comportamento pode ser compreendido como a articulação entre essas três formas (ocorrências e estados e processos), como uma espécie de fenômeno trino: as ocorrências configuram atualizações de estados comportamentais, que, por sua vez, são constituídos a partir de processos comportamentais, que operam no âmbito das ocorrências (relação entre atividades do organismo e eventos ambientais).

Podemos encontrar respaldo para essa compreensão no texto skinneriano ao menos em dois momentos em que o autor fala sobre emoções (Skinner, 1938/1966, p. 407; Skinner, 1953/1965, p. 162), e em outro em que, apresentando o objeto de estudos da ciência do comportamento, afirma que o comportamento “é um processo, e não uma coisa” e que “É fluido, mutável e evanescente” (Skinner, 1953/1965, p. 15), conforme citações já indicadas neste trabalho.

Se tomarmos a indicação de Skinner (1953/1965) de que comportamento não é uma coisa adotando o sentido de “coisa” apresentado por Kofka (1935), teríamos que, entre outras características, o comportamento *não possui contornos bem definidos*. Além disso, se considerarmos, como Lopes (2006a), que organismos e ambientes são coisas, teremos que comportamento, organismo e ambiente podem ser tomados como em relação obrigatória, pois as coisas só existem em relação de dependência com não-coisas, e vice-versa. É nesse sentido que podemos afirmar que o comportamento não se localiza nem no organismo nem no ambiente. Ainda que se queira afirmar que o comportamento “pertence” ao organismo, é preciso reconhecer que ele pertence também ao ambiente, na medida em que o organismo só existe em relação a um ambiente, e que ambos, como coisas, só podem existir em relação a uma não-coisa, no caso, o comportamento. O comportamento estaria, portanto, entre o organismo e o ambiente,



como condição de existência desses dois polos (dessas duas coisas), e tendo sua existência condicionado por elas, ou melhor, pela relação entre elas.

A relação de interdependência entre os termos indicados nessa compreensão do comportamento remete a uma ontologia relacional (e.g. Abib, 2001; Lopes, 2006a), que figura na proposta skinneriana desde as primeiras definições de estímulo e resposta (e.g., Skinner, 1935/1961b, 1938/1966). Nessa perspectiva relacionista, entende-se não apenas que toda resposta é resposta-em-relação-a-um-estímulo e que todo estímulo é um estímulo-em-relação-a-uma-resposta, mas se defende a relação como ente primordial, a partir do qual todo o resto do sistema pode ser compreendido, ou ainda, a partir do qual todos os elementos que possam ser identificados têm sua condição de existência. Trata-se, portanto de uma ontologia não apenas relacional, mas imanente – “não há prioridade de existência por parte dos elementos da relação. Assim, não há elementos sem relação, da mesma forma que não há relação sem elementos” (Lopes, 2006a, p. 56, nota 25).

Ao defender que comportamento é relação, caminhamos na direção de sua consideração como fenômeno com sentido próprio – o comportamento é o ente primordial do sistema proposto, e é a partir dele que os demais elementos podem ser conhecidos. Não existem, portanto, respostas ou estímulos, nem organismo ou ambiente, fora de uma relação comportamental. Como comenta Lopes (2006a), isso permite que a compreensão comportamentalista radical afaste-se tanto de concepções realistas (uma vez que não há anterioridade ou independência do mundo sobre o organismo – o ambiente não é *em si*, mas apenas, *em relação*), quanto idealistas (pois não há anterioridade ou independência do organismo em relação ao mundo – o ambiente não é criado pelo organismo, mas aparece na *relação com ele*).

Seguindo a tese desenvolvida por Lopes (2006a), encontramos a transcendência na imanência, tal como preconizado por Merleau-Ponty: todos os elementos considerados emanam da (ou são relativos à) relação comportamental, que se concretiza em uma ocorrência, mas que transcende a ela, sem dela de fato sair, como estado e processo. Não obstante, não se abandona o campo empírico em momento algum – nenhum elemento é externo ou transcendente ao campo comportamental. Ele apenas não é mais identificado com o campo da física mecânica, ou mesmo da fisiologia, mas configura um campo próprio, onde materialidade e sentido estão conjugados.

### **5.5.2 – Análise funcional, disposicional e dinâmica**

As considerações apresentadas na seção anterior levaram-nos a defesa de uma ontologia relacional e imanente para a compreensão do comportamento. Tal compreensão mostra-se coerente e pertinente a muitas das considerações de mesmo âmbito (ontológico) apresentadas por Skinner em diferentes momentos de sua obra (e.g., Skinner, 1953/1965, p. 15, 1971, p. 96). Entretanto, como já discutido, entendemos que considerações nesse nível não são, ou não devem ser, independentes ou indiferentes aos demais âmbitos filosóficos. Nesse sentido, consideramos que essa perspectiva implica em considerações epistemológicas importantes, e que se mostram distintas das posições skinnerianas a esse respeito.

Argumentar em favor da consideração do comportamento como fenômeno com sentido próprio implica em considerar também que sua explicação deve ser elaborada sem emprego de eventos que estejam para além do campo comportamental. Nessa perspectiva, explicar é, propriamente, descrever o funcionamento do *campo comportamental* (ocorrência, estados e processos) (Lopes, 2006a). Mas descrever

também implica interpretar, uma vez que toda observação é, de algum modo, dirigida por um sentido, por uma teoria (Lopes, 2006a). Além disso, entendemos que análise não indica necessariamente divisão ou fragmentação, podendo também indicar interpretação (Hanson, 1975). Assim, ainda que se considere que uma explicação do comportamento deva ser dada em etapas, todas as etapas partilham o fato de serem descritivas e interpretativas, ao contrário da proposta skinneriana (e.g., Skinner, 1957), de separação destes processos (c.f. Laurenti & Lopes, 2009).

Na perspectiva relacional e imanentista encaminhada, a explicação inicia-se com o entendimento do comportamento como relação entre organismo e ambiente. Não se trata de buscar relações causais (que também figurariam nesse sistema negativamente como discurso metafísico), mas de identificar e descrever regularidades e variações nas atividades do organismo e nos eventos ambientais. Regularidades e variações que são observáveis, mas que são observáveis não por serem físicas, públicas ou externas, mas porque se oferecem como articulação entre materialidade e sentido, ou, poderíamos dizer, entre topografia e função.

Seguindo a proposta de compreensão do comportamento em três instâncias (Lopes, 2006a), consideramos também a explicação do comportamento dividida em três formas de análises, ou três etapas, complementares e inter-relacionadas: *explicação* (ou *análise*) *funcional*, *explicação disposicional* e *explicação dinâmica*.

A *explicação funcional*, amplamente reconhecida na literatura analítico comportamental como análise funcional, diz respeito a identificação e separação de ocorrências no fluxo comportamental, por meio da apreensão de uma função a uma dada articulação de topografias isoladas do fluxo. É no âmbito dessa etapa que a estrutura da contingência tríplice se mostra mais efetiva.

Essa identificação e separação, ou ainda, esse recorte só é possível por sua integração a outro tipo de explicação, elaborada como descrição de regularidades (classes ou padrões) dessas articulações funcionais, indicativas de estados comportamentais – uma *explicação disposicional*. É a consideração dessas regularidades que guia a compreensão de que determinadas topografias possuem uma mesma função, o que é, por sua vez, confirmado ou refutado pela análise funcional, retornando como corroboração ou refutação à análise disposicional.

Tais corroborações ou refutações dizem respeito, no limite, à constância ou alterações dos estados comportamentais que, com indicado na seção anterior, se dão pelos processos comportamentais. Uma descrição desses processos comportamentais envolvidos na determinação dos estados estabelece uma *explicação dinâmica*, que articulada às explicações funcional e disposicional, culmina em uma apreciação do (ou, um retorno ao) fluxo comportamental propriamente dito. O fluxo comportamental é ponto de partida e de chegada, mas sem que isso implique em circularidade – parte-se do fluxo natural e chega-se a um fluxo explicado, organizado como um campo comportamental (Lopes, 2006a).

De acordo com Lopes (2006b), a qualificação “dinâmica” dessa análise denota a importância da consideração da dimensão temporal – o comportamento se dá num fluxo contínuo (“mutável e evanescente”, como aponta Skinner, 1953/1965), explicado por meio da descrição das articulações de atividades dos organismos, eventos ambientais, estados comportamentais e processos comportamentais. Nessa linha, Lopes (2006b) afirma ainda que “o fluxo comportamental constitui e é constituído por três diferentes temporalidades inter-relacionadas” (p. 60): instantaneidade (ocorrência); constância ou duração (estado); fluidez ou mudança, relativas à inter-relação entre instantaneidade e

constância (processo). Diferentemente de uma análise que busca ancorar o comportamento em uma dimensão física *em si*, em que tempo e espaço são externos, alheios e independentes entre si e em relação ao comportamento, a compreensão aqui encaminhada considera-os como imanentes ao comportamento (uma compreensão com forte apelo fenomenológico-existencial), sendo justamente por essa razão impossível de desvincular o campo comportamental dessas dimensões empíricas.

De acordo com Lopes (2006a, 2006b), as explicações em cada um dos três níveis ou etapas começa com interpretações guiadas por uma teoria científica e hipóteses iniciais, não havendo desvinculação entre descrição e explicação, nem entre explicação e interpretação. Nessa direção, o modelo de explicação proposto afasta-se de modelos causais de explicação, encontradas nas tradições criticadas por Merleau-Ponty.

Como discutido, tais tradições, tanto de cunho empirista quanto de cunho intelectualista, mantinham-se em uma perspectiva dicotômica, buscando resolver as aparentes incongruências dos fenômenos pela redução a um dos polos e atribuição como ilusório das características antagônicas. No caso da explicação científica, a causalidade mecânica prescreveria a realidade da determinação e da constância, relegando a mudança e variação à ilusão decorrente de falhas metodológicas ou cognitivas.

Contrariamente, a proposta aqui encaminhada, assume positivamente a convivência no fluxo comportamental de características ambíguas: mudança e continuidade. No sistema proposto o fluxo comportamental é regulado por uma série de processos que operam ao mesmo tempo. Assume-se, portanto, a operação de uma série de estados comportamentais ao mesmo tempo (como indicado, por exemplo, nas “Lei do Efeito” e “Lei Generalizada da Igualação”). É justamente essa complexidade que faz com que não haja rupturas bruscas e que o fluxo seja de fato contínuo (Lopes, 2006a).

Não há diferença entre o que ele é e o que ele parece ser: o fluxo é contínuo, estável, mas também mutável, ao mesmo tempo, e sua explicação pode ser encontrada por meio das descrições funcionais, disposicionais e dinâmicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho diante das dificuldades de definição do comportamento, mesmo em uma disciplina identificada como “ciência do comportamento”. Explorando essa questão na obra de seu principal autor, B. F. Skinner, vemos que ela é marcada por indicações diversas com relação a esse conceito, nem sempre convergentes e coesas. Tal pluralidade relaciona-se a um quadro de interpretações e compromissos teórico-filosóficos não apenas distintos, mas muitas vezes incompatíveis, o que parece refletir em dificuldades para pesquisadores e profissionais da área em lidar com essa noção, tão central quanto incógnita: sabemos o que é comportamento até que nos seja apresentada a questão – o que é comportamento?

Frente a esse quadro, adotamos com estratégia confrontar o texto skinneriano com textos de outra tradição filosófica que estivessem ocupados em explorar a mesma problemática. Elegemos as duas primeiras obras de Merleau-Ponty (1942/2006, 1945/1994), voltadas a discussão não apenas da noção de comportamento, mas também da abordagem de fenômenos psicológicos, seguindo indicações na literatura de que o diálogo entre essas propostas poderia ser profícuo, apesar de não haver sido cuidadosamente realizado (Abib, 1988; Kvale & Grenness, 1967).

Com base no estudo e sistematização da compreensão do conceito de comportamento nas obras iniciais de Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/1994), destacamos aspectos problemáticos presentes nas formulações da noção de comportamento desenvolvida pelas chamadas “psicologias de laboratório” (Merleau-Ponty, 1942/2006), bem como características positivas que uma proposta alternativa deveria apresentar. Indicada por Merleau-Ponty (1942/2006) como fundamental para o

encaminhamento da proposta de superação das antinomias clássicas (e.g., mente e corpo; subjetividade e objetividade; intelectualismo e empirismo), a noção de comportamento, tal como apresentada n'*A estrutura do comportamento* e na *Fenomenologia da percepção*, aponta importantes desafios a serem considerados no estudo e discussão da compreensão skinneriana de comportamento e das controvérsias da abordagem comportamentalista.

Partindo para o texto skinneriano, fomos levados a considerar as indicações na literatura analítico-comportamental acerca das mudanças na obra de Skinner. Em grande medida, a possibilidade de diálogo entre o comportamentalismo skinneriano e a fenomenologia merleau-pontyana coincidem com as indicações de um “Skinner moderno” (Moxley, 1999), com o qual o diálogo é praticamente impossível, e um “Skinner pós-moderno” (Moxley, 1999), cujos argumentos mostram convergência e ressonância com muitos dos aspectos críticos encaminhados por Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/1994) na revisão da noção de comportamento. Nessa direção, apontamos que a proposta comportamentalista radical pouco avança em relação ao behaviorismo clássico, quanto a possibilidade de tomar o comportamento como fenômeno com sentido próprio, ao encaminhar sua compreensão em uma estrutura do reflexo, comprometida com o pensamento mecanicistas, atomista e causal. Alternativamente, compreendida em uma estrutura operante, baseada em princípios selecionistas, o comportamento mostra-se capaz de sustentar um campo próprio de estudo, tal como proposto por Merleau-Ponty (1942/2006) por meio da noção de forma.

No sentido de viabilizar uma efetiva aproximação entre a “filosofia da forma” e a estrutura operante, analisamos diferentes sentidos da noção de contingência, bem como a possibilidade de uma definição não-relacional do comportamento. Como



resultado, encontramos que, para manter a coerência com os princípios selecionistas, a contingência não pode ser tomada em termos de relações necessárias, nem a definição de comportamento pode se dar de modo independente de variáveis contextuais. Desse modo, cabe salientar que a mera mudança terminológica, substituindo expressões como “reflexo”, “correlação estímulo-resposta” e “causa-feito”, por “operante”, “contingência” e “relação funcional” não implica em uma verdadeira passagem à estrutura operante. Como indicado nas análises desenvolvidas, função, contingência, e uma definição não-relacional de comportamento admitem interpretações próximas ao mecanicismo, sem apresentar uma efetiva superação dos problemas ligados a estrutura do reflexo indicados por Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/1994).

No limite, o que se depreende do estudo e discussão da obra de Skinner é que ela permite diversas interpretações e ênfases, de modo que a escolha por uma delas precisa vir acompanhada de uma exploração cuidadosa quanto aos princípios e implicações filosóficas. Do contrário, corre-se o risco de que, tal como apontado por Merleau-Ponty (1942/2006) em relação à noção de comportamento em Watson, “o que há de saudável e de profundo”, agora na intuição de operante, seja “comprometido por uma filosofia indigente” (p. 4).

Por outro lado, a discussão de diferentes definições e compromissos do conceito de comportamento pode mostrar que argumentos que sustentam algumas das críticas comumente endereçadas à abordagem comportamentalista radical são inconsistentes com um dado uso e interpretação (Carrara, 2005). Mais que isso, pode possibilitar a elaboração de uma compreensão coerente, capaz de sustentar a abordagem do campo psicológico como campo comportamental.

Neste trabalho, propomos que tal compreensão se dá por meio da consideração de que a noção de comportamento carrega ao menos três sentidos: ocorrência, estado e processo. Trata-se, em grande medida, da incorporação da ambiguidade como aspecto constitutivo do fenômeno comportamental, tal como preconizado por Merleau-Ponty. Além disso, encontra-se implicada em tal compreensão a declaração e defesa de uma ontologia relacional e imanentista, que coloca o comportamento, entendido como relação entre organismo e ambiente, como ente primordial do sistema – uma configuração que não apenas é irreduzível ao funcionamento de qualquer uma de suas partes, mas que instaura a existência delas, ao mesmo tempo que é realizada, que aparece, pela articulação desses elementos.

Ainda, tendo em vista as discussões desenvolvidas, pode-se argumentar que um dos maiores obstáculos do sistema skinneriano é o determinismo. É esse compromisso que está fortemente presente na defesa do modelo reflexo inicial, e que vai se arrastando por toda obra, gerando ruídos (como os argumentos fisicalistas, atomistas e causais) e dificuldades ao desenvolvimento de uma perspectiva plenamente comprometida com os princípios filosóficos que inspiram a noção de seleção pelas consequências. Em contrapartida, a discussão de uma perspectiva indeterminista do comportamento, como encaminhada por Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/1994), e que também está presente no texto skinneriano, implicado na defesa do probabilismo e do selecionismo, mostra-se extremamente relevante, ao possibilitar o estabelecimento de coerência entre considerações de cunho epistemológico e pressupostos ontológicos do comportamento no sistema comportamentalista radical. Desse modo, defendemos a importância da proposta comportamentalista radical incorporar em seu escopo alguns elementos

defendidos na fenomenologia de Merleau-Ponty, como a ambiguidade, a abertura e a indeterminação.

Em suma, parafraseando Prado Jr. (1982)<sup>17</sup>, depois de girar em falso dentro do conceito *de comportamento na obra de Skinner*, o movimento centrífugo parece expulsar-nos para fora dele: na direção do restabelecimento do império do respondente, ou na direção da teleologia da práxis. O “império do respondente” pode ser entendido como a abordagem do comportamento em uma “estrutura do reflexo”. Essa parece ser a direção adotada por compreensões comprometidas com os argumentos e propostas do chamado “Skinner-moderno” (e.g., Maar, 1993; Tonneau, 2013; Todorov & Henriques, 2013). Contudo, de acordo com as análises desenvolvidas em relação às mudanças na obra do autor (Cruz & Cilo, 2008; Laurenti, 2009; Michelleto, 2001; Moxley, 1997, 1998, 1999, 2001; Rocha, Laurenti & Liston 2013), esse é justamente o caminho do qual Skinner foi se afastando ao longo de sua carreira.

Já a direção da “teleologia da práxis” parece coadunar com as análises e reflexões que conduzimos com base na proposta de Merleau-Ponty para compreensão do comportamento, que poderíamos definir como *intencional*, ou ainda, *existencial*. Essa compreensão possibilita o desenvolvimento de um campo comportamental propriamente dito – o estudo do comportamento como fenômeno com sentido próprio. Desse modo, consideramos que a abordagem analítico-comportamental teria muito a ganhar dando maior espaço e atenção para a discussão e desenvolvimento de compreensões indeterministas e intencionais do comportamento.

Por fim, cabe comentar que a exploração da possibilidade de diálogo entre as abordagens comportamentalista radical de Skinner e fenomenológico-existencial de

---

<sup>17</sup> “Depois de girar em falso, dentro do conceito de operante, o movimento centrífugo parece expulsar-nos para fora dele: na direção do restabelecimento do império do respondente, ou na direção da teleologia da práxis” (Prado Jr, 1982, pp.117-118).

Merleau-Ponty desenvolvida neste trabalho limitou-se a fazê-lo via noção de comportamento, e em um movimento que partiu do estudo do texto merleaupontyano para discussão crítica da proposta skinneriana. Contudo, consideradas e respeitadas as diferenças em termos de lugar e compromissos do qual parte cada um desses discursos, entendemos que tanto um movimento inverso é possível, quanto outros caminhos podem ser explorados.

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1988). Comportamento, Subjetividade e Sentido. In *Anais da XVIII Reunião Anual de Psicologia Anual de Ribeirão Preto* (pp. 419-427). Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
- Abib, J. A. D. (1996). Epistemologia, Transdisciplinaridade e Método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12, 219-229
- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade a psicologia*. São Carlos: Editora da UFSCar.
- Abib, J. A. D. (1999). *O Sujeito no Labirinto*. Santo André. Editora ESETec.
- Abib, J. A. D. (2001). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scozs. (Eds.) *Sobre Comportamento e Cognição Vol. 8* (pp. 140-142). Santo André: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva e S. M. Oliane (Eds.) *Sobre Comportamento e Cognição*, Vol. 13 (pp. 52-61). Santo André: ESETec
- Abib, J. A. D. (2005). Prólogo à História da Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(1),53-60.
- Agostinho (1980). Confissões, Livro XI – O Homem e o tempo. In *Os pensadores* (pp. 207-231). V. Civita (Ed.), (Trad. J. O. Santos & A. A. de Pina). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 397-398).
- Baum, W. M. (1994). *Understanding behaviorism*. New York: HarperCollins College Publishers.

- Bermudez, J. L. (2005). *Philosophy of psychology: a contemporary introduction*. London: Routledge.
- Bimbenet, E. (2000). *Texte et Commentaire: La Structure du comportement, L'ordre humain (ch.III, 3), Merleau-Ponty*, Paris: Ellipses éditions.
- Bimbenet, E. (2004). *Nature e humanidade: Le problème anthropologique dans l'oeuvre de Merleau-Ponty*. Paris: Librairies Philosophique J. Vrin.
- Bimbenet, E. (2014). *O animal que não sou mais*. (M. J. Cardoso, Trad.). Curitiba: Editora UFPR.
- Boyer, C. B. (1974). *História da Matemática*. São Paulo: Edgar Bluncher.
- Botomé, S. P. (2013). O conceito de comportamento operante como problema. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 19-46.
- Bunge M., & Ardilla, R. (1987). *Philosophy of psychology*. New York: Springer-Verlag.
- Burgos, J. E. 2004. Realism about behavior. *Behavior and Philosophy*, 32, 69-95.
- Carrara, K. (2004). Causalidade, relações funcionais, e contextualismo: Algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações*, 17(6), 29-54.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.
- Carrara, K. & Zilio, D. (2013). O comportamento diante do paradigma behaviorista radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 1-18.
- Carrara, K. & Zilio, D. (2013b). Abordagens ao conceito de comportamento: 1) o operante como problema; 2) a pele como fronteira; 3) um estudo sobre definições; 4) efeitos e consequências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(2), 99-106.

- Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: Behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, 6(1), 13-18.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição* (Trad. da 4ª ed., D. G. de Souza e cols.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative.
- Chauí, M. S. (1984), Tradução e notas, In *Os Pensadores –Merleau-ponty, Maurice, 1908-1961. Textos selecionados*. 2 ed. (Trad. M. S. Chauí, N. A. Aguiar, & P. S. Moraes). São Paulo: Abril Cultural.
- Corriveau, M. (1972). Phenomenology, psychology, and radical behaviorism: Skinner and Merleau-Ponty on behavior. *Journal of Phenomenological Psychology*, 3(1), 7-34.
- Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B. F. Skinner's account of private events. *Behaviorism*, 8, 31-53.
- Cruz, R. N., & Cillo, E. N. P. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 375-385.
- Day, W. F. (1969). On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 489-506.
- de Rose, J. C. C. (1983). Operantes assintóticos e a diferenciação do comportamento. *Psicologia*, 9(3), 19-28.

- de Souza, D. G. (2000). O conceito de contingência: um enfoque histórico. *Temas em Psicologia*, 8, 125-136.
- Dittrich, A. (2009). Uma defesa do determinismo no Comportamentalismo Radical. In R. C. Wielenska (Ed.), *Sobre comportamento e cognição Vol. 23*, (pp. 65-72). Santo André: ESETec.
- Flanagan Jr. O, J. (1980). Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. *Behaviorism*, 8, 1-13.
- Furlan, R. (2000a). Merleau Ponty e a Psicologia. *Temas em Psicologia*, 8(2), 175-182.
- Furlan, R. (2000b). A noção de “comportamento” na Filosofia de Merleau-Ponty, *Estudos de Psicologia*, 5(2), 383-400
- Gazzaniga, M. S. & Heatherton, T. F. (2005). *Ciência Psicológica: Mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Giannotti, J. A (1974). “O que é fazer?”. *Estudos Cebrap*, (9), 81-127.
- Giorgi, A. (1975). Convergences and Divergences between Phenomenological Psychology and Behaviorism: A Beginning Dialogue. *Behaviorism* 3(2), 200-212.
- Hidalgo, M. (2017). Behaviorismo e fenomenologia – notas sobre MerleauPonty e Skinner. In I. O. Caminha & A. J. Abath (Eds.). *Merleau-Ponty e a Psicologia*. São Paulo: LiberArs.
- Keller, F. S. (1954). *Learning: Reinforcement theory*. Now York: Doubleday.
- Koch, S. (1964). Psychology and emergent conceptions of knowledge as unitary. In T. W. Wann (ed.). *Behaviorism and phenomenology: contrasting bases for modern psychology* (pp. 1-45). Chicago: University of Chicago Press.
- Koffka, K. (1935). *Principles of Gestalt Psychology*. London: Lund Humphries.



- Kvale, S. & Grenness, C. E. (1967), Skinner and Sartre: toward a radical phenomenology of behaviorism? *Review of Existential Psychology and Psychiatry*, 7, 128-150.
- Laurenti, C. (2008). Determinismo, Probabilidade e Análise do Comportamento, *Temas em Psicologia*, 16(2), 171-183.
- Laurenti, C. (2009). Criatividade, liberdade e dignidade: impactos do darwinismo no behaviorismo radical, *Scientiæ Sudia*, 7(2), 251-69.
- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2014a). Comportamentalismo. In S. F. Araujo, F. S. Caropreso, G. A. Castanon, & R. T. Simanke (Eds.), *Fundamentos Filosóficos da Psicologia Contemporânea* (pp. 87-130). Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2014b). Réplica a ‘Crítica ao Comportamentalismo’. Em: S. F. Araujo, F. S. Caropreso, G. A. Castanon, & R. T. Simanke (Eds.), *Fundamentos Filosóficos da Psicologia Contemporânea* (pp. 153-161). Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). São Paulo: Hogrefe.
- Lazzeri, F. (2013). Um estudo sobre definições de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 47-65.
- Lopes, C. E. (2004). Comportamento e disposição. In: Maria Zilah da Silva Brandão; Fátima Cristina de Souza Conte; Fernanda Silva Brandão; Yara Kuperstein Ingberman; Vera Lucia Menezes da Silva; Simone Martin Oliani. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: EseTec.

- Lopes, C. E. (2006a). *Behaviorismo e subjetividade*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.
- Lopes, C. E. (2006b). O papel do tempo na definição e explicação do comportamento. In: Hélio José Guilhardi; Norren Campbell de Aguirre. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: Esetec.
- Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, X(1), 1-13
- Lopes, C. E., Laurenti, C. & Abib, J. A. D. (2012). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: mundo, homem e ética*. 1ª. ed. Santo André: ESETec.
- Lopes, C. E. (2014). Uma discussão sobre a concepção de ciência no livro *Science and Human Behavior*. In V. B. Haydu, S. A. Fornazari, C. R. Estanislau (Eds.), *Psicologia e análise do comportamento : conceituações e aplicações a educação, organizações, saúde e clínica* (pp. 41-60). Londrina: EDUEL.
- Malone, J. C. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: a response to Leigland. *Behavior and Philosophy*, 32, 313-315.
- Marr, M. J. (1993). Contextualistic mechanism or mechanistic contextualism?: The straw machine as tar baby. *The Behavior Analyst*, 16(1), 59-65.
- Marr, M. J., & Zilio, D. (2013). No island entire of itself: reductionism and behavior analysis. *European Journal of Behavior Analysis*, 14(2), 241-257.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Le visible et l'invisible: suivi de notes de travail*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1973). *Ciências do Homem e Fenomenologia*. (Trad. S. T. Muchail). São Paulo: Saraiva (Trabalho original publicado em 1951).

- Merleau-Ponty, M. (1990). *Merleau-Ponty na Sorbonne: resumo de curso: 1949-1952: Psicossociologia e Filosofia*. (Trad. C. M. César). Campinas: Papirus.
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção*. (C. A. R. de Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1945).
- Merleau-Ponty, M. (2006). *A estrutura do comportamento*. (M. V. M. de Aguiar, Trad.) São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1942).
- McDougall, W. (1912). *Psychology: The study of behavior*. New York: Holt.
- Micheletto, N. (2001). Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. In R. A. Banaco (Ed.), *Sobre comportamento e cognição, Vol.1* (pp. 116-129). Santo André: ESETec.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson: Sloan Publishing.
- Moore, J. (2011). Behaviorism. *The Psychological Record*, 61, 449- 464.
- Moreira, M. B., & Medeiros, C. A. (2007). Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed.
- Morgan, C. L. (1900). *Animal behaviour*. Arnold, London.
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: the world view of Behavior Analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, 46, 289-323.
- Morris, E. K. (1993). Mechanism and contextualism in behavior analysis: just some observations. *The Behavior Analyst*, 16, 255-268.
- Moutinho, L. D. S. (2012). Merleau-Ponty e a ‘filosofia da consciência’. *Dois pontos*, 9(1), 121-153.
- Moxley, R. A. (1997). Skinner: from determinism to random variation. *Behavior and Philosophy*, 25(1), 3-28.

- Moxley, R. A. (1998). Why Skinner is difficult. *The Behavior Analyst*, 4(3), 289-305.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27(2), 97-125.
- Moxley, R. A. (2001). The modern/postmodern context of Skinner's selectionist turn in 1945. *Behavior and Philosophy*, 29, 121-153.
- Moxley, R. A. (2003). Pragmatic selectionism: the philosophy of behavior analysis. *The Behavior Analyst Today*, 21(1), 73-91.
- Moxley, R. A. (2005). Ernst Mach and B. F Skinner: their similarities with two traditions for verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 28(1), 29-48.
- Moxley, R. (2007). Ultimate realities: deterministic and evolutionary. *The Behavior Analyst*, 30(1), 59-77.
- Overton, W. F. (1984). World views and their influence on psychological theory and research: Kuhn-Lakatos-Laudan. *Advances in Child Development and Behavior*, 18, 191-226.
- Prado Jr, B. (1982). Breve nota sobre o operante: circularidade e temporalidade. In B. Prado Jr (Ed.) *Filosofia e Comportamento*. São Paulo: Brasiliense.
- Ramos, S. de S. (2009). *A prosa de Dora: uma leitura da articulação entre natureza e cultura na filosofia de Merleau-Ponty*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Roediger, H. L. (2004). What happened to behaviorism. *American Psychological Society Observer*, 17 (3), <http://www.psychologicalscience.org/observer/what-happened-to-behaviorism#.WTcXamjyu00>.
- Scharff, J. L. (1982). Skinner's concept of the operant: from necessitarian to probabilistic causality. *Behaviorism*, 10(1), 45-54.

- Schick, K. (1971). Operants. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 15, 413-423.
- Schnaitter, R. (1999). Some criticisms of behaviorism. In B. Thyer (Ed.), *The philosophical legacy of behaviorism*, 209-249. London: Kluwer.
- Sério, T. M. A. P., Andery, M. A. P. A., & Micheletto, N. (2005). A noção de variabilidade na obra de B. F. Skinner. *Acta Comportamentalia*, 13(2), 98-110.
- Simons, J. & Calvo, P. (2009). *The Routledge Companion to Philosophy of Psychology*. New York: Routledge.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appletton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961a). The concept of the reflex in the description of behavior. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 321-346). New York, NY: Appletton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1931).
- Skinner, B. F. (1961b). The generic nature of the concepts of stimulus and response. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 347-366). New York, NY: Appletton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1935).
- Skinner, B. F. (1961c). The operational analysis of psychological terms. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 272-286). New York, NY: Appletton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1961d). Current trends in experimental psychology. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 223-241). New York, NY: Appletton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1947).
- Skinner, B. F. (1961e). The experimental analysis of behavior. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 70-76). New York: Appletton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1951).

- Skinner, B. F. (1965). *Science and Human Behavior*. New York: The Free Press.  
(Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1964). Behaviorism at fifty. In *Behaviorism and Phenomenology: contrasting bases for modern psychology* (pp. 79-97), T. W. Wann, ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Skinner, B. F. (1966). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1938).
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971) *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1973). Answers for my critics. In H. Wheeler (Ed.), *Beyond the punitive society* (pp. 256-266). San Francisco: Freeman.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1978). The experimental analysis of behavior (A history). In *Reflections on behaviorism and society* (pp. 113-126). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507),501-504.
- Skinner, B. F. (1988). *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: comments and consequences* (A. C. Catania & S. Hamad, Eds.). Cambridge, MA: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291–301.

- Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the Western World? *American Psychologist*, *41*, 568-574.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, *45*, 1206-1210.
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes em análise do comportamento*. (A. L. Neri, Trad.) Campinas: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1991a). As origens do pensamento cognitivo. In *Questões recentes em análise do comportamento* (pp. 25-42). (A. L. Neri, Trad.) Campinas: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1991b). O ouvinte. In *Questões recentes em análise do comportamento* (pp. 53-69) (A. L. Neri, Trad.) Campinas: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1991c). O eu iniciador. In *Questões recentes em análise do comportamento* (pp. 43-52) (A. L. Neri, Trad.) Campinas: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1991d). The behavior of organisms aos cinquenta anos. In *Questões recentes em análise do comportamento* (pp. 163-181) (A. L. Neri, Trad.) Campinas: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Strapasson, B. A., & Dittrich, A. (2011). Notas sobre o determinismo: implicações para a psicologia como ciência e profissão. *Avances em Psicología Latinoamericana*, *29*(2), 295-301.

- Thagard, P. (2007). *Philosophy of psychology and cognitive science*. Amsterdam: Elsevier.
- Todorov, J. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, (3), 10-23.
- Todorov, J. C. (1991). O conceito de contingência na psicologia experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7(1), 59-70.
- Todorov, J. C. (2007). A Psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 57-61.
- Todorov, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento, *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 3(1), 32-37.
- Todorov, J. C. & Henriques, M. B. (2013). O que não é e o que pode vir a ser comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 74-78.
- Touneau, F. (2013). Comportamento e a pele. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 66-73.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: A análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(2), 30-41.
- Tourinho, E. Z. (2006a). *Subjetividade e relações comportamentais*. Tese para concurso de Professor Titular. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Tourinho, E. Z. (2006b). Relações comportamentais como objeto da psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10, 1-8.
- Vargas, E. A. (2007). O comportamento verbal de B. F. Skinner: uma introdução. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(2), 153-174.



- Veríssimo, D. S. (2013) A revisão das antinomias na psicologia: do racionalismo científico ao estruturalismo. *Psicologia Argumento*, 31(74), 537-546.
- Veríssimo, D. S. & Furlan, R. (2007). Entre a filosofia e a ciência: Merleau-Ponty e a Psicologia. *Paideia*, 17, 331-342.
- Wann, T. W. (Ed.). (1964), *Behaviorism and phenomenology: Contrasting bases for modern psychology*. Chicago: University of Chicago Press
- Watson, J. B. (1970). *Behaviorism*. New York: W. W. Norton. (Trabalho original publicado em 1930).